

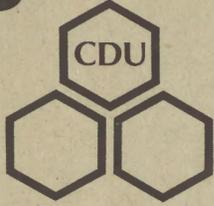
Semanário

Director:
António Dias Lourenço

Ano 58 - Série VII - N.º 789
9 de Fevereiro de 1989
Preço: 50\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 22 / 25 Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

Parlamento Europeu



Jornada de Esclarecimento 12 e 13 de Fevereiro

Págs. 1, 2 e 3/Em Foco

Iniciativas em Aveiro, Braga, Bragança, Évora, Olhão, Portalegre e Porto

Págs. 10/Semana



As delegações do PCP e do PS no CT da Soeiro Pereira Gomes

ENCONTRO PCP-PS

O Partido Comunista Português recebeu na sua sede da Soeiro Pereira Gomes uma delegação do Partido Socialista, encabeçada pelo respectivo secretário-geral, Jorge Sampaio. Durante o encontro, em que a nova direcção do PS apresentou cumprimentos aos comunistas, foi analisada a actual situação política nacional. No final da reunião, o camarada Domingos Abrantes, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP disse aos jornalistas que o PCP reafirmou ao PS a necessidade de convergência e de conjugação de esforços dos dois partidos na defesa dos interesses nacionais. Pelo PS participaram no encontro Lopes Cardoso, Jorge Lácio e António Guterres, enquanto a delegação do PCP integrava os camaradas Luis Sá e José Casanova, da Comissão Política, Octávio Pato e Francisco Lopes do Secretariado do CC do PCP.

SITUAÇÃO SOCIAL

O Executivo da Comissão Política, analisando o desenvolvimento das lutas sociais em curso, designadamente a greve dos trabalhadores dos transportes e outros, responsabiliza o Governo pelo agravamento das condições de vida dos trabalhadores e das classes e camadas médias, pelo clima de protesto e instabilidade social, incluindo as dificuldades que daí decorrem para numerosos sectores da população.

Em 1988, o Governo Cavaco Silva previu uma taxa de inflação de 6% e a taxa efectiva foi muitíssimo superior, o que provocou a baixa dos salários reais de centenas de milhares de trabalhadores. Acentuou-se uma repartição do rendimento nacional profundamente injusta e desfavorável para os trabalhadores, revertendo para o capital a maioria dos ganhos de produtividade.

Este ano, o Governo pretende de novo impor tectos salariais com base numa taxa de inflação, que sabe irrealista, calculada sem qualquer base científica. Pretende de novo impor um pacote laboral que, no essencial, mantém as normas lesivas dos trabalhadores e das suas organizações de classe.

O PCP manifesta a sua solidariedade e o seu apoio à justa luta dos trabalhadores pela melhoria das suas condições de vida e contra o pacote laboral, no uso de importantes direitos constitucionais conquistados pela luta de todo o povo português.

Lisboa, 3 de Fevereiro de 1989

O Executivo da Comissão Política do Comité Central do PCP

A LEI DOS BALDIOS

1. A aprovação na Assembleia da República do Projecto de Lei do PSD relativo aos baldios, com os votos do PSD e CDS, pretende consumir a destruição da Lei dos Baldios promulgada em Janeiro de 1976.

É uma afrontosa repetição dos decretos salazarentos (Decreto-Lei n.º 27 207 de 16 de Novembro de 1936) de confiscação da serra para uma florestação forçada e selvagem, postergando direitos, calcando tradições, espezinhando laços seculares entre a comunidade humana e a terra, rompendo equilíbrios culturais e económicos.

2. Tem 12 anos a pertinaz resistência dos povos dos baldios à ofensiva política de direita, de sucessivos governos e maiorias da Assembleia da República (PS, PS/CDS, PS/PSD, PSD) visando a destruição da Lei dos Baldios.

Nestes anos, os Conselhos Directivos dos Baldios promoveram milhares de pequenos e grandes melhoramentos nas suas aldeias: romperam caminhos e instalaram fontanários e tanques, construíram ou reconstruíram igrejas e capelas, centros culturais e parques desportivos; desenvolveram a produção pecuária, sobretudo de cabras e ovelhas; levaram a cabo a protecção e gestão equilibrada das florestas à sua guarda.

Obra notável, sobretudo atendendo aos boicotes, ilegalidades e faltas de apoio técnico, que os Conselhos Directivos dos Baldios tiveram que enfrentar.

3. A legislação agora aprovada é mais uma revisão antecipada e inconstitucional da Constituição da República. É princípio constitucional serem os baldios «bens comunitários com posse útil e gestão das comunidades locais», inconfundíveis com autarquias. Vários pareceres nos últimos anos da Procuradoria da República confirmam-no.

4. E também mais uma medida do Governo PSD/Cavaco Silva de desestabilização social e económica, geradora de previsíveis conflitos.

Não será possível que os povos dos baldios, por razões históricas, económicas e sociais, se conformem com a situação criada pelo PSD/Cavaco Silva. Tal legislação só entrará em vigor após possível promulgação do Senhor Presidente da República.

Não se conformaram durante a Idade Média com as tentativas dos senhores feudais se apropriarem e filharem as terras comunais. Não se conformaram durante a violenta ofensiva da ditadura de Salazar para os desapossar daquilo que sempre consideraram seu, luta que Aquilino Ribeiro caracterizou afirmando: «A serra é dos seranos desde que o mundo é mundo, herdada de pais para filhos, quem vier para no-la tirar, conosco se há-de haver».

Não se conformarão hoje. A seu lado estarão sempre os comunistas. 5. O PCP, nos anos da ditadura fascista, apoiou e organizou a luta dos baldios, e tinha no seu Programa da Revolução Democrática e Nacional, aprovado em 1965, no VI Congresso, a «restituição ao uso dos povos respectivos das terras baldias e outras usurpadas pelo Estado fascista e grandes agrários».

No novo Programa do Partido, aprovado no Congresso realizado no Porto em Dezembro passado, ficou claramente inserido o objectivo de garantir «a posse, uso e administração democrática dos baldios pelos compartes».

Os povos dos baldios contarão hoje, como ontem, com a firme solidariedade do Partido Comunista Português.

Lisboa, 6 de Fevereiro de 1989

O Executivo da Comissão Política do Partido Comunista Português

Nota do Secretariado

O Secretariado do CC do PCP considera que o traço essencial nas notícias que diversos órgãos de comunicação social têm vindo a publicar sobre o estado de saúde do secretário-geral do PCP é o da especulação.

A respeito da ausência do País de Álvaro Cunhal, o Secretariado do CC do PCP informou oportunamente que a mesma se devia à sua deslocação à URSS para um período de repouso e observação médica.

Não é possível prever de forma precisa a duração dos exames médicos a que Álvaro Cunhal está a ser submetido, sendo natural que se prolonguem por mais algum tempo do que o inicialmente previsto.

Esse facto não permite entretanto que dele se extraia qualquer conclusão quanto ao estado de saúde do secretário-geral do PCP, cujo regresso é aguardado para a retomada plena das suas funções e responsabilidades.

3 de Fevereiro de 1989

O Secretariado do Comité Central do PCP

SAUDAÇÃO AO MPLA

Na passagem do 28.º aniversário do 4 de Fevereiro, o Comité Central do Partido Comunista Português transmite ao Comité Central do MPLA-PT, e, por seu intermédio, a todo o povo angolano, as mais calorosas e fraternais saudações dos comunistas portugueses.

Há 28 anos, um punhado de heróis, interpretando os mais profundos sentimentos patrióticos do seu povo, dava início a uma nova e gloriosa etapa da luta do povo angolano pela independência da sua pátria. Catorze anos mais tarde, em 11 de Novembro de 1975, o MPLA proclamava a fundação da República Popular de Angola, e a revolução angolana vitoriosa projectava-se como acontecimento maior da luta dos povos de África e do mundo inteiro pela sua libertação.

Nos 28 anos que nos separam da gloriosa jornada de 4 de Fevereiro o povo angolano não conheceu a paz que tanto deseja e de que tanto necessita para construir a nova sociedade de progresso e justiça social, orientada para o socialismo, pela qual firmemente optou. Primeiro na luta armada contra o colonialismo português, depois na longa guerra imposta pelos racistas sul-africanos com o aberto apoio do imperialismo, o povo angolano foi obrigado a consentir enormes sacrifícios em vidas humanas e bens materiais para conquistar, defender e afirmar a independência e soberania da RPA.

Não foram em vão tantos sacrifícios. A revolução angolana, sob a direcção do MPLA-PT, impôs aos agressores severas derrotas no plano militar e

alcançou grandes sucessos no plano político e diplomático. O prestígio e autoridade internacional da RPA reforçaram-se. Os acordos assinados em Dezembro em Nova York estipulando o fim da ingerência e agressão da África do Sul racista e dos EUA contra a RPA e a independência da Namíbia com base na Resolução 435 da ONU, abrem novas perspectivas ao desenvolvimento pacífico da revolução angolana, à solução dos graves problemas herdados do passado, à reconstrução nacional.

O processo da revolução angolana encerra experiências e ensinamentos da maior importância para todos os povos em luta pela sua libertação e confirma que a confiança e a mobilização da energia revolucionária das massas e a solidariedade internacionalista são factores decisivos de vitória. Sempre solidário com o MPLA-PT e povo angolano, o PCP deseja-lhe os maiores sucessos nos esforços para alcançar definitivamente a paz em Angola e na África Austral.

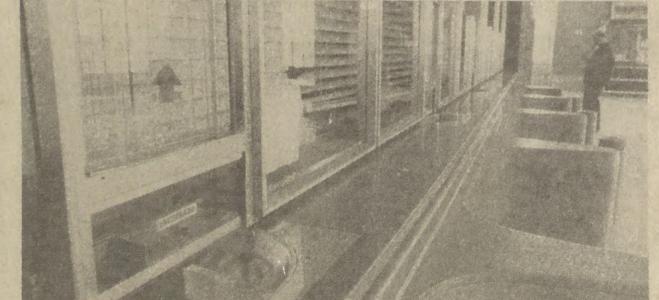
O PCP reitera, nesta ocasião, a sua vontade de continuar a agir para que se reforcem sempre mais as relações de amizade, solidariedade e cooperação entre os nossos dois partidos, no interesse dos nossos dois povos e países e da causa comum do progresso social e da paz.

Viva o 4 de Fevereiro
Viva a amizade entre o PCP e o MPLA
Viva o Internacionalismo Proletário
O Comité Central do Partido Comunista Português

GREVE



A greve dos transportes...



... teve adesão praticamente total...



... em todos os sectores...



... e, apesar dos incómodos provocados...



... contou com a compreensão e apoio...



... da maioria da população

Médicos mantêm três dias de greve

Metalúrgicos param por todo o País

CGTP: reúne-se amanhã o Conselho Nacional

Greves dos Vidreiros, na EPAC, Fisipe, Covina, Portucel e outras lutas, incluindo a Enatur

Dia Nacional de Luta na Função Pública marcado para hoje

Dever indeclinável dos democratas portugueses

Portugal encontra-se de novo num ponto nodal da sua trajectória política.

O evoluir da situação nacional sob a gestão de um Governo de direita gerador de tensões de natureza vária, cada vez mais discricionário, dominado pela febre restauracionista do capitalismo monopolista de Estado, evidencia de maneira palmar o crescente divórcio entre a política económica, social e de relacionamento institucional da equipa governante PSD/Cavaco Silva e os interesses e aspirações basilares da maioria da população, sem dúvida da parte mais substancial e representativa da sociedade portuguesa actual.

Os acontecimentos dos últimos dias, e os que vêm na crista da onda nos dias imediatos, comprovam-no à saciedade.

Bastaria ao cidadão comum deter-se com objectividade na envergadura e motivações dos protestos populares em curso e na diversidade e crescente acutância das formas de luta de vastos sectores sociais em que a greve se assume com particular relevo para compreender ao vivo a natureza e profundidade das contradições que no momento presente estão na base da instabilidade generalizada em que o País se debate.

Depois da intensa movimentação de massas e do surto grevístico verificado desde o início do ano — em que avultam as grandes manifestações populares de 27 e 28 de Janeiro, as importantes greves nacionais de sexta-feira última dos sectores dos Transportes e Metalurgia, participadas na imensa maioria das empresas afectadas a 80/100%, e agora a greve nacional dos médicos, iniciada ontem e a terminar amanhã à meia-noite e também participada de 90 a 100% — as concentrações e acções projectadas da Função Pública, do professorado e estudantes e de outros sectores sócio-profissionais, alargam, continuam e categorizam num nível superior a resposta de massas à política antipopular do Governo cavaquista.

É natural e inevitável que greves como as dos Transportes, dos Médicos e eventualmente outras de trabalhadores de serviços e sectores estratégicos de relevante utilidade pública (como alguns da Função Pública, do Professorado, do aparelho Judicial e outros) provoquem grandes transtornos e incómodos aos utentes, que desorganizem por reflexo outros serviços e actividades, que afectem seriamente a vida normal de outros trabalhadores e cidadãos.

Mas os trabalhadores e profissionais em greve por reivindicações de incontestável justiça têm jus à compreensão política e à solidariedade activas dos outros trabalhadores e cidadãos.

O transtorno, o incómodo, mesmo o descontentamento da população afectada pela greve de um

serviço de utilidade pública, são de hábito subtilmente explorados pelo alto patronato e pelo Governo de direita a favor dos seus interesses de classe.

Toda a máquina de propaganda e contrapropaganda mistificadora da opinião pública a soldo da direita governante e do grande capital, com destaque para os meios de comunicação social de maior audiência, é activada e mobilizada para denegrir e atacar os profissionais em greve, para acirrar contra eles o descontentamento e a hostilidade populares. A solidariedade de classe é, pois, um imperativo actual para todos os trabalhadores.

As greves dos Transportes e mesmo a dos Médicos actualmente em curso contaram desta vez em termos significativos, com a larga compreensão e solidariedade das populações afectadas. Só minimamente a acção propagandística e hostilizante do Governo e do alto patronato resultou e foi correspondida.

Há entretanto aspectos que não podem deixar de impor-se à consciência social e à consideração da população laboriosa: as reivindicações que fundamentam tais greves são, em abstracto e muitas vezes em concreto, reivindicações comuns a todos os trabalhadores; as vitórias e derrotas dos trabalhadores forçados ao recurso extremo da greve, são vitórias ou derrotas de todo o mundo do trabalho socialmente considerado.

A responsabilidade das greves e dos consequentes transtornos e incómodos causados ao conjunto da população não cabe aos trabalhadores a quem não foi dada qualquer alternativa negociável aceitável para verem satisfeitas reivindicações de comprovada justiça, mas sim e por inteiro ao Governo PSD/Cavaco Silva e às entidades patronais.

A compreensão política e a solidariedade activas para com os trabalhadores em greve são, além disso, formas de luta de interesse mais geral e quantas vezes uma directa condição e contribuição para uma vitória generalizada das reivindicações mais sentidas do mundo do trabalho.

Que reivindicações estão na origem das greves e acções várias dos trabalhadores em luta e qual a resposta do Governo, do alto patronato e dos «Conselhos de Gestão» das empresas nacionalizadas afectadas pelas greves?

Particularmente duas dessas reivindicações estiveram no centro da ampla movimentação de massas dos últimos tempos: *uma política de rendimentos ajustada à taxa real da inflação e da elevação do custo de vida e à melhoria do poder de compra dos salários e a recusa da «lei dos despedimentos», miolo mais significante do chamado «pacote laboral» que corporiza um verdadeiro*

atentado ao direito constitucional ao trabalho, a uma remuneração justa e às liberdades, direitos e garantias sociais dos trabalhadores.

Na política de rendimentos a resposta do Governo PSD/Cavaco Silva e do alto patronato, com a colaboração dos principais dirigentes divisionistas da UGT, foi a tentativa de impor uma taxa de aumento da massa salarial de apenas 8,8% quando a taxa real de inflação, muito mais elevada do que a que se tem querido ditar ao mundo do trabalho, tem demonstrado na prática a falsidade deliberada do «tandem» Cavaco, Cadilhe & C.º que, a par de uma leitura desajustada da realidade económica e financeira do País, pretende impor a diminuição dos salários reais e elevar à custa da exploração agravada dos trabalhadores, o crescimento real da acumulação capitalista, como base essencial da política de restauração a curto prazo do capitalismo monopolista de Estado.

Quanto à «Lei dos Despedimentos», ao chamado «pacote laboral», de que até o jornal do grande patronato «O Tempo» diz que «nem Marcelo Caetano foi tão longe», poria completamente à mercê das atitudes discriminatórias do patronato a garantia dos postos de trabalho. Entre outras disposições estabeleceria como «justa causa» do despedimento individual e colectivo as maiores arbitrariedades; em nenhum caso na prática os trabalhadores teriam a possibilidade jurídica de anular e corrigir, através do reingresso na empresa, qualquer decisão ilegal do empresário; o pagamento das indemnizações seria de tal forma exigente que acabaria por reverter exclusivamente a favor da entidade patronal; os contratos a prazo e o trabalho precário tenderiam a generalizar-se sem qualquer limite.

Não é verdade que estas duas reivindicações centrais das greves dos Transportes e da Metalurgia são reivindicações de todos os trabalhadores? A primeira, a da política de rendimentos, só a dura luta a poderá anular. No Metro, em resultado da greve, os trabalhadores conseguiram já um aumento de salários de 14%.

A segunda, a «Lei dos Despedimentos» dependente agora do Presidente da República que assumirá, se a promulgar, uma grave responsabilidade.

No caso da CP consideram justo os trabalhadores e outros cidadãos portugueses que a gerência insista em aumentar apenas em 7% os salários quando se sabe que só em 1988 os 6/7% da taxa de inflação prevista por Cadilhe acabou por atingir no fim do ano os 11,7%?

E que aos da Transtejo a gerência quisesse apenas ceder 7,9% de aumento global dos salários?

E que na Carris de Lisboa a gerência tenha querido impor um «acordo» negociado com apenas 60 trabalhadores ao conjunto dos 6 800 da empresa na base de 8,7% de aumento, além de violações abertas da Lei da Greve?

E que na Rodoviária Nacional se tenha querido impor aumentos da mesma ordem?

E que a todos os trabalhadores dos Transportes se recuse a redução de 45 para 40 horas de trabalho em sectores onde o trabalho suplementar tem sido lei, provocando sobrecargas que podem estar na base das chamadas «falhas humanas» como causa dos trágicos acidentes registados nos últimos dois anos?

E que o projecto da lei-quadro dos transportes terrestres já aprovada na generalidade com os votos da maioria do PSD aponte à redução efectiva do tráfico ferroviário, à rápida reprivatização dos transportes ferroviários e rodoviários, e que sejam os utentes e não o Estado a pagar suplementarmente os custos das infra-estruturas à custa da elevação excepcional das tarifas?

Não é verdade que as reivindicações da classe médica, as suas críticas ao projecto de lei que na prática destruiria a carreira de clínica geral e o sector de cuidados primários dos Centros de Saúde, as despesas e imposições de uma gestão hospitalar essencialmente incompetente, à introdução dos chamados «genéricos» que transfere para as farmácias as atribuições de uma grande parte do recetário clínico — não é verdade que tudo isso interessa vitalmente à saúde pública, ao conjunto da população?

Não é verdade que todas estas reivindicações dizem respeito, na sua substância, aos interesses de todos os trabalhadores e do conjunto da população?

A solidariedade activa e a compreensão política para com os grevistas dos serviços de utilidade pública são, de facto, um irrecusável imperativo das massas populares.

Em todo este contencioso social ressalta com nitidez a responsabilidade do Governo PSD/Cavaco Silva, a sua desrazoada recusa de atender às reivindicações de incontestável justiça dos trabalhadores, a sua deliberada acção desestabilizadora no terreno social a par de medidas económicas e financeiras que agravam pesadamente a situação dos trabalhadores e das classes e camadas mais desfavorecidas.

Intensificar a convergência dos partidos democráticos, preparar em conjunto as importantes batalhas políticas que se perspectivam para 1989, unir esforços e vontades para que uma alternativa democrática se viabilize no prazo mais curto, é um dever indeclinável dos democratas portugueses.

Resumo

1 Quarta-feira

A JCP denuncia, em conferência de imprensa, que o novo regime de acesso ao ensino superior «introduz critérios de avaliação ainda mais subjectivos do que o anterior, não assegurando a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes, conforme prevê a Constituição». ■ A secção regional do Norte da Ordem dos Médicos revela as razões da suspensão do diálogo com o Ministério da Saúde, salientando que «decorridos sete meses de diálogo, não se vislumbram indícios de transformação do sistema de Saúde». ■ Lutando contra a aplicação de um acto de gestão de aumentos de salários, os trabalhadores da Portucel paralisam completamente seis dos oito centros de produção desta empresa. ■ A Direcção da Organização Regional de Lisboa do PCP afirma em comunicado continuar a «aguardar resposta» por parte do PS e do PRD aos convites para encontros «com vista à procura de uma alternativa à gestão de direita da Câmara Municipal de Lisboa». ■ O governo angolano pede

3 Sexta-feira

Trabalhadores da CP, da RN, do Metro, da Transtejo, da Carris e dos Colectivos do Porto paralisam. E a maior greve de sempre no sector dos transportes. ■ O coordenador da CGTP afirma que a adesão às greves «prova que os trabalhadores estão muito unidos contra a inaceitável poli-



tica salarial e de contenção salarial do Governo». ■ O PCP responsabiliza o Governo pelo agravamento das condições de vida e pelo clima de protesto e instabilidade social. ■ A Associação de Amizade Portugal-Angola comemora o 4 de Fevereiro, data do início da luta armada em Angola. ■ No Paraguai, um golpe militar derruba aquele que era o mais velho ditador latino-americano, Alfredo Stroessner, há 35 anos no poder. ■ O presidente soviético, Mikhail Gorbachov, é formalmente convidado a visitar a República Popular da China. ■ Em Pequim, a China e a União Soviética decidem iniciar conversações com vista à redução das suas forças e armamentos colocados ao longo da fronteira comum.



às autoridades portuguesas a concessão de credenciais para Rui Mingas como futuro embaixador de Angola em Lisboa. ■ O Comité Central da Liga dos Comunistas da Jugoslávia decide a realização, ainda este ano, de um Congresso extraordinário. ■ O ministro soviético dos Negócios Estrangeiros chega a Pequim para preparar a primeira cimeira sino-soviética em trinta anos.

2 Quinta-feira

O Grupo Parlamentar do PCP requer à Procuradoria Geral da República a instauração de um processo-crime ao ministro das Finanças por uso indevido de pessoal e viaturas da Guarda Fiscal na mudança para o seu apartamento nas Amoreiras. ■ O PRD responde positivamente ao convite formulado pelo PCP para se discutirem soluções alternativas à gestão Abecasis na Câmara Municipal de Lisboa. ■ A Assembleia da República aprova dois projectos-lei sobre matéria desportiva. ■ A Polícia Judiciária apreende, em Cascais e Setúbal, 70 mil contos de tabaco americano de contrabando. Três sargentos da Armada e um guarda da PSP são detidos. ■ Em comunicado, a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) defende o incremento de medidas que favoreçam o investimento produtivo nas explorações agrícolas, no quadro da adesão plena à CEE. ■ Pieter Botha demite-se da presidência do Partido Nacional, no poder na África do Sul. ■ O secretário-geral das Nações Unidas lança um apelo à criação de condições para a paz no Afeganistão.

4 Sábado

O secretário do Partido Socialista para os assuntos autárquicos, Lopes Cardoso, afirma que o seu partido não está disponível para coligações nas autarquias, tendo no entanto admitido a continuidade das alianças com o PSD nas Câmaras onde elas já existem. ■ Duzentas crianças estão internadas no Hospital D. Estefânia devido a uma epidemia de sarampo, a maior dos últimos vinte anos no nosso país. ■ Em Aveiro, Luis Sá afirma que «a defesa da igualdade entre Estados-Membros da CEE e das suas instituições» e «a real intervenção dos trabalhadores e das forças do progresso e da cultura com todas as instâncias decisórias» são duas propostas da CDU no quadro da CEE. ■ Sargentos dos três ramos das Forças Armadas decidem marcar um Encontro Nacional de Sargentos. ■ A União Soviética anuncia que vai reduzir os efectivos militares na parte asiática do seu território em 280 mil homens durante os próximos dois anos. ■ Moscovo retirará também três quartos das suas forças estacionadas na Mongólia. ■ Abre ao público a IX edição do Festival Internacional de Cinemas do Porto — Fantasporto.

5 Domingo

O Grupo Parlamentar do PCP anuncia que vai apresentar queixa ao Conselho de Comunicação Social contra a RTP por ter omitido as opiniões do PCP no programa informativo «24 Horas», o que «configura processo de censura por omissão». ■ O Presidente da República regressa a Lisboa, vindo da Venezuela onde assistiu à tomada de posse do presidente Andres Perez. ■ A agência noticiosa soviética informa que a cidade de Kabul, a capital do Afeganistão, está «praticamente sob regime de lei marcial», em vésperas da conclusão da retirada soviética. ■ O presidente provisório do Paraguai anuncia a convocação de eleições gerais dentro de 90 dias. ■ Moscovo e Pequim anunciam simultaneamente que o presidente soviético efectuará uma visita oficial à República Popular da China de 15 a 18 de Maio deste ano. ■ Tropas israelitas voltam a matar nos territórios árabes ocupados. Três adolescentes são vitimados por disparos e cerca de meia centena de pessoas fica ferida durante o fim-de-semana.

6 Segunda-feira

Os taxistas paralisam durante duas horas, no Porto, para acompanharem o funeral do seu colega assassinado, em sinal de solidariedade, os taxistas de Lisboa paralisaram durante meia-hora. ■ O Secretariado Nacional do PS decide convocar uma reunião da Comissão Política para o dia 16 de Fevereiro para análise da situação política, política autárquica e política social. ■ As autoridades portuguesas reafirmam na Comissão dos Direitos do Homem das Nações Unidas o direito do povo de Timor-Leste à autodeterminação. ■ Delegação do PS é recebida na sede do PCP onde durante duas horas socialistas e comunistas analisam a actual situação política. ■ A oposição paraguaia protesta contra a marcação de eleições gerais no prazo de 90 dias, que considera insuficiente para se preparar após 35 anos de clandestinidade.

7 Terça-feira

A questão de Timor-Leste é o tema central das conversações entre o ministro Deus Pinheiro e o seu homólogo holandês, Van der Broek, em Lisboa; a Holanda representa os interesses de Portugal junto do governo de Jacarta. ■ Os directores hospitalares e de centros de saúde apresentam queixa ao Presidente da República pela «requisição civil encapotada e ilegal» feita pelas administrações regionais de saúde para minorar os efeitos da greve dos médicos que amanhã se inicia. ■ Um porta-voz oficial soviético anuncia que mais de mil soldados soviéticos foram mortos no processo de retirada do Afeganistão. ■ O major Robert D'Anbuisson é acusado em El Salvador, num relatório oficial, de ter sido o «instigador» do assassinio do arcebispo Oscar Romero. ■ O Departamento de Estado norte-americano acusa Israel, em relatório publicado em Washington, de violar os direitos humanos nos territórios árabes ocupados.

Exemplares no aspecto da convergência e da unidade na acção, as greves de sexta-feira passada foram também um exemplo nos níveis de adesão, na atitude perante os conselhos de gerência e o público utente. O alcance nacional da forma de luta adoptada pelos sindicatos dos transportes não escapou sequer à televisão que se viu na contingência de ter que cumprir pelo menos o seu dever mínimo de informar — mas só depois da greve estar no auge — como foi flagrante, por exemplo, o trabalho do Canal 2 às 9 horas da noite de sexta-feira. Como exemplo não faltou também «uma atitude provocatória». A Comissão Executiva da FESTRU disse aos jornais no próprio dia da greve que «os gestores da Carris impediram a entrada nas instalações de representantes sindicais que procuravam contactar os trabalhadores». Na RN, elementos do conselho de gerência não se coibiram também de mandar «os seus lacaios» (a expressão é da FESTRU) destruir propaganda respeitante à greve. Mas não valeu de nada. A greve fez-se com êxito espectacular e com a compreensão dos utentes, como assinala ainda a mesma Federação sindical.

Transportes

Magnífica adesão à greve nacional

Foi magnífica pela conjugação de esforços, pela sua comprovada indispensabilidade e principalmente pela extraordinária adesão, a greve nacional dos transportes, que coincidiu com importantes paralisações no mesmo dia. Provavelmente terá paralisado o trabalho em luta contra o pacote laboral e as suas in-

cidências mais directas um total de 250 mil trabalhadores.

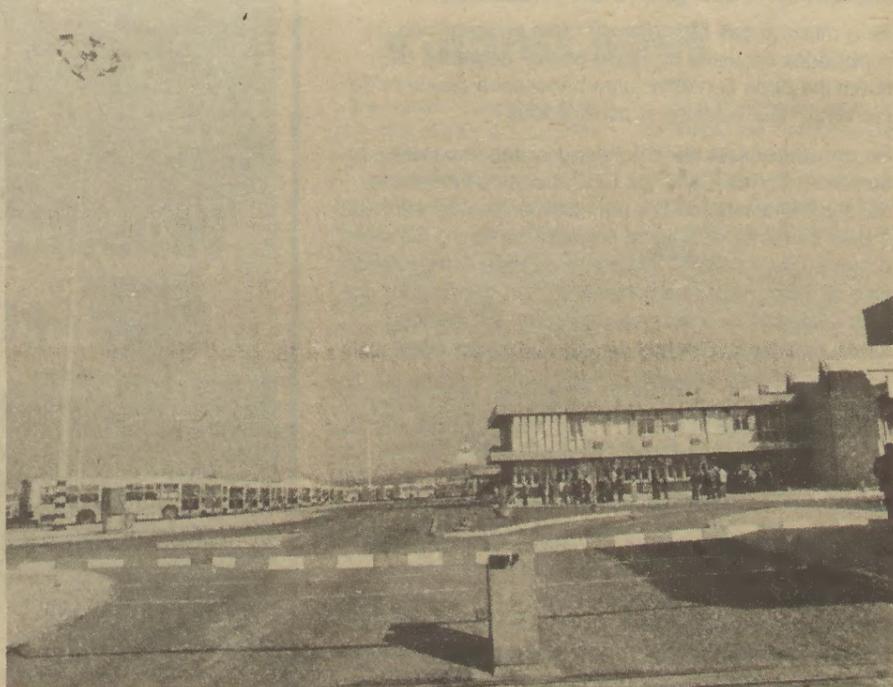
Foi magnífica ainda a jornada de sexta-feira passada porque, apesar da amplitude das paralisações e das naturais inconveniências e prejuízos para os utentes, a razão dos sindicatos e dos trabalhadores não foi contestada

nas ruas e o Governo teve que «encolher-se» perante a convergência ineludível do movimento sindical no seu conjunto, em total independência e unidade, sem olhar a correntes ou opções alheias à própria luta a desenvolver. Confrontado afinal com a escassez dos «alternativos», mal organizados e

inoperantes, o povo não está contente, ao contrário do que diz o Governo, com a política conduzida pelo elenco Cavaco Silva, Miguel Cadilhe, etc. A adesão às greves dos transportes, juntamente com a jornada dos metalúrgicos e com a paralisação de grandes empresas como a EPAC, Silopor, Fisipec, Portucel e

ainda outras convergiram no sentido do apelo geral da CGTP e da maior parte do restante movimento sindical na recusa dos projectos legislativos do Governo que, a serem aprovados, trarão um prejuízo irreparável a toda a população trabalhadora do nosso país.

(Desenvolvimento nas págs. 2, 3 e 4)



Adesões de 100 por cento na Carris, não circulando qualquer viatura; paralisação a 100 por cento no Metro; 99 por cento nos STCP do Porto; na RN as adesões atingiram níveis próximos dos 98 por cento — números divulgados pela FESTRU durante a tarde de sexta-feira, dia 3, à hora em que a nossa reportagem obtinha estas fotos na CP e na Carris (Pontinha) ambas em Lisboa

Função Pública

Dia nacional de luta anunciado para hoje

O Dia Nacional de Luta mantinha-se convocado para hoje pela Frente Comum dos Sindicatos da Função Pública que integra, como se sabe, a maior parte dos sindicatos representativos do sector a nível nacional. Em causa continua a negociação com o Governo da proposta reivindicativa para o ano corrente.

A Frente (FC) de que fazem parte, além dos trabalhadores da Administração Central, Regional e Local, classes profissionais como os enfermeiros, os médicos, os professores, trabalhadores da Segurança Social, etc. tem-

-se batido contra os baixos salários, ao mesmo tempo que procura manter com o Governo o diálogo e a negociação.

Mas na reunião de 24 de Janeiro, a última em data de que temos notícia — ao fim de mais de dois meses de reuniões — a contraproposta do Governo não ia além dos 6,3 por cento no aumento global dos salários. Sabia-se, no entanto, que os representantes governamentais nas negociações estariam dispostos a chegar até aos 7,5 por cento — percentagem que os sindicatos não aceitam.

Em 25 do corrente, o Secretariado (direcção) da Frente Comum dos Sindicatos da Função Pública dizia à comunicação social não estar na disposição de «aceitar que o Governo admita aumentos de nove ou nove e meio por cento para a generalidade dos trabalhadores e persista em impor aumentos muito inferiores aos trabalhadores da Função Pública». A FC insiste em aumentos da ordem dos 11 por cento.

Recorde-se que o próprio ministro das Finanças, Miguel Cadilhe, já admitiu no Conselho Permanente da Concertação Social que a inflação, em

1989, andarà pelos 8/9,5 por cento.

Os sindicatos representativos dos trabalhadores do Estado mantêm as suas reivindicações que consideram justas, tanto no que respeita aos aumentos salariais para este ano, como na questão do horário semanal de trabalho, que em nenhum caso deve exceder as quarenta horas semanais.

Os mesmos trabalhadores, a nível nacional, também não esquecem, além dos 6,5 por cento do ano passado, que o Governo acaba de aprovar «um regime gravoso de férias, faltas e licenças».

É por isso que, sem deixarem de persistir no diálogo e nas negociações com o Governo, os dirigentes sindicais da FC apelam à mobilização para a jornada de hoje, que deve incluir um **desfile em Lisboa** e outras formas de luta, conforme os locais de trabalho e as regiões.

Os motivos principais do Dia Nacional de Luta relacionam-se com a «reforma do regime remuneratório e de carreiras», com «o regime de emprego público», com o «regime de horário e duração do trabalho» e com o «reforço dos direitos de participação».

Carnaval

No Carnaval — diz-se — ninguém leva a mal. A bisnagada, que o putto do vizinho nos atira ao olho pondo-se a milhas por trás do pai — e que a gente agradece com o sorriso torrado, que é a cor que se obtém com o amarelo da boa educação e o vermelho da raiva — é forçosamente encantadora.

A grosseria, que pode ter as expressões mais sinistras por parte dos nossos colegas de trabalho — e que nos cai em cima como expressão suprema de afecto carnavalesco — é nesta quadra uma oportunidade irrecusável de mostrarmos o nosso sentido de humor.

As parvoíces que nos espreitam em cada esquina nestes dias são, inquestionavelmente e na proporção geométrica da capacidade em as suportar, a contra prova do nosso desportivismo, o teste supremo que demonstra que, para batermos os 100 metros da irritação, não precisamos de chegar aos expedientes dramáticos do Ben Johnson.

No Carnaval — é preciso não esquecê-lo — ninguém leva a mal.

Neste contexto a vida política do País perdeu, em dramatismo, o que ganhou em chocarreirice.

Se o ministro das Finanças se mete em negócios imobiliários ao estilo do «pato-bravo» dos anos 60, quem lhe pode contestar uma brincadeira que vem de carnavais tão vetustos e consignados?

Se um sindicalista tão defensor dos trabalhadores, como é o Torres Couto da UGT, troca os interesses desses trabalhadores por um «banco novinho em folha» e uma carreira profissional negociados com o Governo, o que é que isso tem? Do ponto de vista carnavalesco, isso só demonstra que o homem é um trabalhador dos sete costados — e tão assumido que, em primeiro lugar, garante e defende os seus próprios interesses.

Se a ministra da Saúde anda metida em negócios que podem lesar o Estado em um milhão de contos, como parece ser o «caso» da Ortopedia do Egas Moniz, como ridicularizar ou responsabilizar tal coisa numa quadra onde tudo é permitido?

Se, como dizem os jornais, o ministro Cadilhe anda a perseguir deputados com fiscalizações financeiras, numa «vingança» e numa advertência em relação aos inquéritos que andam para aí a desencadear sobre os seus negócios imobiliários, não é isso uma excelente partida de carnaval que o titular das Finanças — corajoso como sempre — resolveu desencadear no momento próprio?

Mais.

Se a tímida remodelação governamental há dias operada, trocando um par de secretários de Estado também no momento próprio — um momento de pré-carnaval — por que não de inventar tempestades em copos de água, insinuando jogos de poder que ninguém percebe (o poder do voto não dá para tanto, nesta democracia pêpêdê)?

Se um jornal, como o «Correio da Madeira», identifica o seu *telex* com a consigna «Flama», por que não de confundir esta palavra, tão vulgarmente utilizada na nossa língua, com uma outra que por acaso se escreve da mesma maneira e que em tempos serviu de consigna a um movimento separatista, reaccionário e antinacional, por coincidência utilizado também numa Região Autónoma? Ver mal nisto é, indubitavelmente, não respeitar nem compreender esta quadra tão do agrado do nosso Povo.

Se finalmente alguém se virar para o chefe do Executivo, o professor Cavaco Silva, e lhe manifestar perplexidade pela sua caução a este estado de coisas, o que é que está à espera? Que ele se explique? Que peça explicações?

Que, ao menos, diga que a culpa é dos jornais?

É evidente que não.

No máximo — e já é exercendo o seu conhecido «fair play», cultivado em anos de estudo na velha Albion — o nosso Primeiro só poderá responder uma única coisa. Que estamos no Carnaval.

O que é bastante duvidoso é que ninguém leve a mal.

■ H.C.

Embora seja previsível a necessidade de conduzir um processo de aproximação de posições e de reforço da convergência dentro da unidade na acção por parte das várias organizações sindicais dos transportes, entre 16 e 24 do corrente ocorrerão novas lutas. Na Carris, o plenário efectuado no próprio dia da paralisação nacional (sexta-feira, 3), além da «**próxima greve a efectuar no dia 24**», decidia também «sugerir a realização de acções dos trabalhadores dos transportes, com expressão pública, o mais possível conjugadas, por forma a poderem transmitir publicamente as suas reivindicações e as razões da sua luta, pelo que propõem como data 16 de Fevereiro».

Em causa continuam os salários e a semana de 40 horas. Nas outras empresas, designadamente na Rodoviária, STCP (colectivos do Porto), CP, Transtejo e TAP, as reivindicações relacionam-se também com questões de ordem salarial e negociações de convenções colectivas de trabalho.



A FP, de que fazem parte os trabalhadores da LN, no desfile de 28.1 em Lisboa

Reforço da unidade

Manifesta disponibilidade da CGTP (antecipações de um êxito)

Só porque a coordenação e o êxito da greve em todo o sector dos transportes (rede pública) dependia em larga medida da deslocação dos dirigentes, delegados e activistas sindicais para os mais diversos pontos do território do Continente é que não se realizou uma reunião conjunta, aceite pela CGTP para o dia 2, quinta-feira, imediatamente antes das greves do dia seguinte. Foi nesses termos que a **comissão de sindicatos dos transportes para a greve do dia 3** respondeu, um dia antes, à expressa disponibilidade do coordenador da CGTP, Manuel Carvalho da Silva, para receber em audiência (entretanto solicitada para a última quinta-feira) «um conjunto de sindicatos do sector dos transportes», como se lê num *telex* do gabinete de Imprensa (DIF) da Intersindical.

Foi o próprio secretário

coordenador da CGTP-IN, Manuel Carvalho da Silva, que, em nome da Comissão Executiva da Central, respondeu àquele conjunto de sindicatos nos termos seguintes:

«Recebi o vosso *telex* sobre o pedido de reunião, que por vós me foi solicitada, conjuntamente com outras organizações sindicais com representação no sector dos transportes.

«Sobre o assunto cumpre-me dizer-vos:

«1. Não é expresso no ofício enviado que "o fundamento da reunião pedida ao secretário coordenador da CGTP-IN visava a realização e coordenação da greve nacional dos transportes no dia 3 de Fevereiro, declarada por todos os sindicatos do sector".

«Antes o ofício solicita exclusivamente — e passo a citar — "uma reunião urgente

para discutir as consequências, no sector de transportes, de um possível acordo sobre política de rendimentos e preços (1.º trimestre)".

«Muito menos o vosso ofício faz qualquer referência a dia e hora úteis em função daquela data.

«2. A nossa resposta positiva, afirmando "disponibilidade para um futuro imediato concretizar o vosso pedido", teve rigorosamente em consideração as decisões por vós tomadas antes de me formularem o pedido de reunião e que conjuntamente com o referido pedido me foram comunicadas.

«3. Reafirmamos o nosso empenho activo e solidariedade à greve de amanhã (dia 3), manifestamos de novo a nossa disponibilidade para uma reunião de acordo com o vosso ofício e declaramos que, se há questões inadiáveis a apreciar quanto à reali-

zação da greve, estamos hoje disponíveis para, em hora a acertar, podermos reunir convosco». (Sublinhado no original.)

«Solicitamos que dêem conhecimento da presente comunicação aos restantes subscritores do ofício e do *telex*, com a maior brevidade possível.»

O ofício que acabámos de transcrever na íntegra é assinado por Manuel Carvalho da Silva, em nome da Comissão Executiva do Conselho Nacional da CGTP-IN, e foi enviado à comissão de **sindicatos dos transportes para a greve do dia 3** e, designadamente, como consta do *telex* da CGTP, aos seguintes Sindicatos: Técnicos de Desenho; SITRA; SITEMA; SNPVC; SINAFE; SINFER; SETAA; SNFTR; SINDEFER; SITENAQ; FETESE/SITESTE; SMAQ; SINDEM; e Motoristas.

aceleram noutras sectores



A presença reivindicativa dos professores

Metalúrgicos em greve

Adesão média nacional superior a 80%

• Paralisações na EPAC, Fisipe, Portucel e outras lutas

De acordo com a Federação sindical do sector (FSMMMP), a adesão à greve dos metalúrgicos, sexta-feira passada, excedeu os 80 por cento a nível nacional. Das diversas lutas marcadas para o mesmo dia saliente-se a da EPAC, Fisipe, Portucel, esta última no dia 1, paralisando completamente seis dos oito centros de produção da empresa. Em resultado da luta na metalurgia, metalomecânica e minas, **houve empresas deste sector que aumentaram os salários dos trabalhadores em 15 por cento**, adianta ainda a FSMMMP.

Esta Federação, que reúne hoje a sua Comissão Executiva, decidirá sobre o prosseguimento da greve, em face dos resultados da luta e na «**perspectiva de uma greve geral**».

Decorria entretanto na Marinha Grande e noutros pontos do país, incluindo a Sotanco da Amadora, uma **greve dos trabalhadores vidreiros**, com particular incidência nas empresas do grupo Crisal e na Dâmaso Luís dos Santos, em Vieira de Leiria. Em causa: revisões salariais justas para o ano corrente.

Prova geral de acesso Reclamada a revogação

De forma idêntica a praticamente todas as organizações ligadas ao ensino, excluindo naturalmente quase só o Ministério da Educação e o Governo, o Sindicato dos Professores da Zona Centro, com sede em Coimbra, está contra a chamada **prova geral de acesso ao ensino superior**. O respectivo Decreto-Lei, sobre o qual decorreu entretanto um debate na televisão, deve ser revogado, pois, «**em resumo, o novo sistema não resolve nenhum dos problemas nem**

elimina as incorrecções do sistema anterior e, pelo contrário, introduz mecanismos pedagógica e cientificamente incorrectos que se limitam a incrementar a selectividade e discriminação social, promovendo de claradamente o lucrativo negócio do ensino privado de carácter supletivo», conclui aquele Sindicato.

Entretanto, a direcção do SPGL (Sindicato dos Professores da Grande Lisboa) e a Fenprof (Federação Nacional

dos Professores), de que faz parte aquele Sindicato com sede em Coimbra, têm promovido em Lisboa algumas vigílias junto ao Ministério da Educação e participaram, juntamente com outras organizações sindicais, nas manifestações do passado dia 28, efectuadas por todo o País.

Entre as questões reivindicativas mais urgentes encontram-se a garantia da estabilidade de emprego, as carreiras em geral (processo de negociações a decorrer no Ministério), concursos e for-

mação profissional, bem como naturalmente a questão salarial, relacionada de perto com a maior parte das reivindicações sindicais docentes.

Por outro lado, além da luta específica do sector, as organizações sindicais dos vários ramos do ensino devem participar no **Dia Nacional de Luta** que os sindicatos da Função Pública e designadamente a Frente Comum, de que os professores fazem parte, têm anunciado para hoje.

Médicos mantêm a greve

No início desta semana, as organizações sindicais representativas dos médicos mantinham a greve inicialmente marcada para os dias 8, 9 e 10 do corrente. A Ordem efectuava, entretanto, segunda-feira passada, uma reunião com os directores dos hospitais e centros de saúde. As declarações da ministra Leonor Beza na Assembleia da República são susceptíveis de «agudizar ainda mais o conflito», disse, segundo a Lusa, um dirigente do Sindicato Independente dos Médicos, ao sair da reunião. Recorde-se que a principal organização que convocou as formas de luta anunciadas é a FENAME - Federação Nacional dos Sindicatos Médicos, que em 31 de Janeiro findo se reuniu com a UGT.

Vivas apreensões da CGTP-IN

No mesmo dia, a Comissão Executiva da CGTP-IN emitia um comunicado onde salienta «a permanente degradação» na área da saúde e manifesta pelo facto as «**mais vivas apreensões**». No mesmo comunicado, a Central «solidariza-se com as lu-

tas dos diversos sectores profissionais da saúde, considerando-as justas e integradas no objectivo mais vasto de defesa do direito à saúde de todos os portugueses».

A Comissão Executiva da CGTP sumaria como segue «as medidas gravosas» adoptadas pelo Governo desde o início do seu mandato no campo da saúde:

«**Restrições no acesso a consultas de especialidade**, de que a fisioterapia é o exemplo mais escandaloso; **aumentos sucessivos dos preços dos medicamentos; diminuição da comparticipação no preço de medicamentos e mesmo a sua abolição em muitos deles; despedimento de cerca de dois mil médicos policlínicos**, quando as listas de espera por consultas têm vindo a aumentar; **degradação extrema do funcionamento das urgências hospitalares; abolição de 71 serviços de especialidades** (cardiologia, pediatria, maternidades, ortopedia, oftalmologia, etc.) em 22 hospitais distritais («Diário da República», de 1-9-87); **diminuição do horário de funcionamento das urgências em centros de saúde das zonas do interior; encerramento de serviços de internamento em**

centros de saúde das zonas interiores; imposições, por parte das estruturas intermédias do Ministério da Saúde, **de que os médicos prescrevam o menor número possível de medicamentos aos doentes**, sob a ameaça de lhes retirar os subsídios de Natal e de férias; **liquidação da gestão democrática nos hospitais e nomeação de "comissários políticos"** da estrita confiança partidária do Governo, e sem formação adequada ao exercício dos cargos; **proibição pelos novos gestores de que os médicos prescrevam na urgência do Hospital de São José os medicamentos adequados ao tratamento posterior dos doentes que aí são assistidos; elaboração de um projecto que visa o encerramento de diversas urgências hospitalares nos grandes centros urbanos; tentativa de destruição de grandes unidades hospitalares, de que o Hospital Júlio de Matos e o Hospital de Lorrvão são os exemplos mais gritantes; abolição do boletim de sanidade para diversos sectores profissionais**, de que o caso mais escandaloso se situa a nível da indústria alimentar e hoteleira».



As graves carências na saúde viram-se na rua em 28.1

Inteira solidariedade da CGTP

A maioria esmagadora dos sindicatos, que convocaram as greves de quinta e sexta-feira passadas, defendem a convergência e a unidade na acção. O mesmo acontece com as organizações representativas (ORTs) dos trabalhadores, designadamente as CTs, e mesmo organizações sindicais como a UGT e sindicatos nela filiados. Foi o que se verificou na greve dos transportes e em outros sectores.

Embora sublinhem sempre que «**os trabalhadores nunca fazem a greve pela greve**», mas pressionados pelas circunstâncias inadmissíveis que o Governo patrocina e estimula por todo o lado, os sindicatos e os trabalhadores continuam a não afastar a possibilidade de convocação de uma greve geral, se persistir e se agravar a disposição do Governo em fazer avançar e pôr em prática os seus projectos de liberalização dos despedimentos, de salários cada vez mais baixos relativamente ao aumento do custo de vida e à inflação.

Quanto à possível continuação das lutas, que podem desembocar na greve geral, deve referir-se que amanhã, 10, se reúne o Conselho Nacional da CGTP-IN.

As greves aceleram noutros sectores



Luta na Lotaria

Sem indicar expressamente que a alteração tenha efeitos na adesão dos trabalhadores da Lotaria Nacional ao **Dia Nacional de Luta** marcado para hoje na Função Pública, o departamento de informação da FNSFP (federação sindical) anunciava quinta-feira passada e suspensão da greve do dia seguinte.

O motivo da suspensão deve-se ao facto de o ministro do Emprego e Segurança Social, Silva Penada, ter marcado para 8 do corrente uma reunião no sentido de resolver o conflito.

Recorde-se que, depois de um plenário em 17 de Janeiro findo, os trabalhadores da Lotaria Nacional foram para a greve no passado dia 20 (24 horas) impedindo assim a extracção, que foi adiada.

Em causa continuava, depois da greve do dia 20, o trabalho extraordinário efectuado e por pagar ainda hoje (6 do corrente). Essas **remunerações em dívida** referem-se aos anos de 1986 e 1987, quando se iniciou a Lotaria Popular. Os trabalhadores, que dependem da Santa

Casa da Misericórdia de Lisboa, tutelada pelo Ministério do Emprego e Segurança Social, reclamam ainda, segundo a FNSFP, a «plena aplicação do Decreto-Lei 265/87 sobre direitos e regalias sociais».

A greve anunciada para a passada sexta-feira, e depois suspensa, iria afectar a extracção da Lotaria Popular do Carnaval, com um orçamento avaliado em 700 mil contos.

Recorde-se que, entretanto, foi substituído o secretário de Estado da Segurança Social.

Greve na Enatur

Para durar em princípio 24 horas, mas ainda sem data marcada na última quinta-feira, era anunciada uma greve dos 1000 trabalhadores da Enatur-Empresa Nacional de Turismo. Resultado de conflito de ordem salarial (negociações do ACT num impasse), a forma de luta foi tornada pública naquela data pela FESHOT — Federação dos Sindicatos de Hotelaria e Turismo de Portugal.

A mesma organização, membro da CGTP, que apoia as lutas em curso e tem participado em toda a movimentação reivindicativa nos sectores que abrange, revela

que os trabalhadores da Enatur recebem «**remunerações médias brutas**» (isto é, antes dos descontos) **de 39 mil escudos mensais e trabalham 44/45 horas por semana.**

As negociações de revisão do acordo colectivo de trabalho (ACT) entre a empresa e os sindicatos «estão num impasse». A FESHOT acrescenta, através da Comissão Executiva do Conselho Nacional, que o conselho de administração da Enatur segue «**orientações do Governo**» idênticas às do ano passado (aumentos salariais de

6,5 por cento) e «**recusa as propostas sindicais**».

Estas últimas cifram-se nos 13,5 por cento de aumento nos salários e num máximo de 40 horas de trabalho semanal.

Quinta-feira passada, dia do anúncio da greve, esta forma de luta já tinha sido aprovada na maioria dos plenários nos locais de trabalho da Enatur.

Assinala a FESHOT que esses locais de trabalho são 37, incluindo 31 pousadas, 2 hotéis e 4 restaurantes. A ser concretizada, a greve terá âmbito nacional.

CGTP no Patriarcado

Para uma informação sobre as posições que defende acerca dos projectos legislativos do Governo no campo laboral, uma delegação da CGTP-IN foi recebida no Patriarcado de Lisboa.

A delegação da Central, constituída por Manuel Lopes, José Ernesto Cartaxo e Emídio Martins, membros da Comissão Executiva do Conselho Nacional, foi recebida por Monseñor José Agostinho Moita, em representação

do Cardeal Patriarca de Lisboa.

Segundo o departamento de informação da CGTP, a delegação sindical expôs, em 31 do mês passado, àquela instância superior da Igreja a apreciação que a Central faz do «pacote laboral e informou o Patriarcado das posições que tem defendido, em sede de Governo e de Concertação Social, sobre uma política de rendimentos para 1989, numa perspectiva de maior justiça social».

O peixe não chega

Sindicalistas do sector das pescas disseram aos jornalistas em Lisboa que «a produção de pescado estagnou». Em documento a que tivemos acesso afirma-se, entre outros dados fidedignos, que as descargas não vão além das 250 mil toneladas, quando são necessárias 400 mil. Quanto à balança comercial do sector, a Federação dos Sindicatos do Sector das Pescas sublinha que o saldo desfavorável para o nosso país deve ter atingido os 50 milhões de contos no ano passado. Da CEE tem vindo «algum dinheiro», reconhece a Federação, mas as contrapartidas «acabarão por ficar bem caras para Portugal», como o próprio ministro das Finanças admitiu recentemente, recorda a FSSP.

Ainda sobre essas contrapartidas exigidas pelos dinheiros da CEE, a Federação dos Sindicatos do Sector das Pescas (FSSP) foi muito clara ao afirmar que «**para já assiste-se a uma forçada diminuição da capacidade, através de incentivos ao abate de embarcações, à venda de embarcações aos espanhóis, que acabam por continuar a pescar em águas portuguesas desembarcando em Espanha, à transferência para bandeira panamiana de outras embarcações**».

Para a FSSP verifica-se actualmente «um verdadeiro debaratar de dinheiro, que não tem em vista a resolução dos reais problemas que se colocam às pescas portuguesas».

Onde se morre mais, onde se ganha menos

Os sindicalistas da pesca disseram à imprensa que é no seu sector onde se situam «as mais elevadas taxas de sinistralidade e de mortalidade do mundo do trabalho». A título de exemplo, referiram-se ao período entre 1974 e 1984. Durante estes últimos

dez anos morreram 306 pescadores «em acidentes ou sinistros». Houve 260 naufrágios. Ficaram feridos mais de 40 000 trabalhadores, «segundo os acidentes participados, que seguramente serão inferiores à realidade». Morre-se muito, em termos relativos como é evidente, mas ganha-se muito pouco, em termos absolutos — desta vez — porque **aos pescadores nem sequer a Lei Geral do Trabalho é aplicável**, como sublinha a FSSP.

Atente-se no que isso significa. Além de esse facto permitir que as condições de trabalho dos pescadores «sejam bastante piores que as da maioria» da população trabalhadora, isso significa que:

- Os horários diários de trabalho na pesca, mesmo quando regulamentados em convenções de trabalho, nunca sejam inferiores a 12 ou 16 horas, chegando a atingir na prática as 20 horas diárias, particularmente em alguns segmentos da pesca artesanal;

- O direito a férias e ao subsídio de férias seja desconhecido pela maioria esmagadora dos pescadores;

- Os trabalhadores das sociedades mistas de pesca não tenham direito a qualquer esquema de Segurança Social;
- Quando inactivos, não

dos e Cunha, que teve a seu cargo como se sabe o sector das pescas comunitárias (CEE), os dirigentes da FSSP consideram-na «verdadeiramente escandalosa», pois não só manteve como agravou ainda mais a situação desfavorável a Portugal, no que respeita, «por exemplo, às conservas marroquinas».

Embora refiram o dinheiro da CEE que, «através dos fundos estruturais», permitiram «**um certo relançamento dos investimentos no sector**», os mesmos sindicalistas sublinham que «**a nossa indústria conserveira tem sido discriminada, quer no que se refere a financia-**

Todos esses efeitos são claramente visíveis no dia-a-dia dos portugueses, e principalmente reflectem-se para pior nos orçamentos familiares.

Para os sindicatos, os trabalhadores da pesca nada ganharam com a adesão de Portugal às Comunidades. Perdemos, nós portugueses, até mesmo «direitos tradicionais» no que respeita a águas exteriores. Entre os pesqueiros tradicionais para o nosso país e que se evaporaram com a CEE contam-se «**os do bacalhau em águas do Canadá**».

Com a adesão à CEE,

seria permitido pescar» na zona comunitária.

O mesmo sucede com a nossa indústria conserveira que, além de ter sido «discriminada» — é o termo usado pela FSSP — no que se refere a «financiamentos estruturais», foi-o também quanto às «quotas de exportação para a CEE».

Para a FSSP, o Governo é naturalmente responsável por grande parte do que se passa na pesca portuguesa. Em data ainda por anunciar quinta-feira passada, a Federação (FSSP) realizará o seu segundo Congresso onde serão certamente aprovadas propostas e adiantadas soluções para grande parte dos problemas a que o Governo não deita mão.

Assinale-se, por último nesse campo, «o declínio de segmentos significativos da nossa frota, com realce para a frota bacalhoeira e para as traineiras de pesca da sardinha».

Além da extrema penosidade e insegurança cada vez maior a que estão sujeitas as condições de trabalho dos pescadores nacionais, refira-se, ainda, que, em resultado de tudo o que temos vindo a dizer, «**as importações de pescado e de produtos pesqueiros aumentaram rapidamente, tendendo hoje para as 200 000 toneladas e para um valor superior ao das capturas nacionais, ao mesmo tempo que diminuem as exportações**» portuguesas de conservas de peixe.

Para todos menos para o Governo parece claro que uma situação dessas não se pode manter.

Má lota no Funchal

Numa nota distribuída à imprensa quinta-feira passada, a Federação dos Sindicatos do Sector da Pesca (FSSP) afirma que a lota do Funchal, apesar de nova, funciona de tal maneira (mal) que «barcos de espada preto» são obrigados «a perder toda a noite para descarregar», depois de passarem três ou quatro dias na faina do mar. A par desta dificuldade, outras são apontadas pela FSSP no que

lhes seja atribuído qualquer subsídio de desemprego.

A Federação das Pescas não se referiu à média salarial no sector. Mas é fácil descortinar que será bastante inferior, não ao salário médio, mas aos mínimos nacionais.

Escandalosa a acção do comissário

Ao referirem-se à actuação do comissário português Car-

mentos estruturais, quer no que respeita às quotas de exportação para a CEE».

A política de pesca comunitária aponta, segundo a mesma fonte, para uma redução ainda maior da nossa capacidade produtiva. Por outro lado, acrescentam os sindicalistas da FSSP, essa política veio agravar a «**concorrência nas nossas águas e no nosso mercado interno**».

lembram os sindicalistas da pesca, a nossa ZEE (zona económica exclusiva), que diz respeito ao «nosso mar», foi aberta «**a frotas estrangeiras que exploram os nossos recursos sem contrapartidas válidas em águas comunitárias**».

Foi atribuída a Portugal uma quota exígua e, além disso, com pouco interesse, devido às «espécies que nos

PCP

SAÚDE

As consequências que estamos a pagar pela política do Governo Cavaco/Beleza

Um balanço sintetizado das consequências que os portugueses estão a pagar pela política do Governo Cavaco na área da Saúde é apresentado aos órgãos da Comunicação Social pela direcção do Sector da Saúde de Lisboa do PCP, que esteve reunida há dias na capital. «A vasta informação recolhida e debatida permite confirmar a caracterização da política do Governo como uma acção sistemática de degradação e destruição dos serviços públicos de saúde», sublinha aquele organismo do PCP.

No apanhado das consequências, apontam-se os seguintes problemas e situações:

- O acesso cada vez mais difícil aos cuidados de saúde para a generalidade dos portugueses, sujeitos a listas de espera até para uma mera consulta e defrontando-se com o encerramento de serviços ou com a falta de médicos, enfermeiros e outros técnicos para os atenderem;

- Os aumentos galopantes do preço dos medicamentos, cada vez menos comparticipados pelo Governo, o que atinge com particular dureza os reformados, os doentes crónicos e, em geral, a população de mais fracos recursos;

- As novas gestões dos hospitais, impostas pela Ministra Beleza, que, em vez da capacidade e eficácia prometidos, têm lançado o caos nas instituições com a sua incompetência, defendendo os 300 ou 400 contos de ordenado e os Renaults 19 ou 21 que lhe foram atribuídos;

- As leis que se cozinham nos gabinetes dos Ministérios quer preparando o despedimento ou precarização do vínculo dos profissionais de saúde com a consequente instabilidade assistencial, quer visando a extinção dos Centros de Saúde, levando a que os serviços hoje gratuitos (consultas, análises, RX e tratamentos) passem a ser pagos em comparticipação;

- A visão economicista da ministra e dos seus secretários de Estado que impõem uma política desumana de «rentabilização» das instituições de Saúde, com o objectivo de transformar hospitais e Centros de Saúde em meros supermercados ou fábricas de sabão que têm de dar dinheiro à custa da Saúde e da vida dos cidadãos que a eles recorrem;

- O envolvimento de membros de gabinete, diariamente denunciados nos órgãos de informação, em casos de corrupção e compadrio, em torno de negociatas chorudas em que se aliena o património público à actividade privada ou se entregam as áreas rentáveis à avidez das multinacionais.

Ofensiva contra os trabalhadores

É também consequência directa de uma tal política, a ofensiva contra os trabalhadores da Saúde, através da modificação negativa das suas carreiras e com a substituição do seu vínculo à Função Pública por um qualquer contrato individual de trabalho a maior ou menor prazo.

Esta ofensiva tem sido a oposição firme dos médicos, enfermeiros e outros trabalhadores da Saúde, que têm participado activamente em pequenas e grandes lutas

contra a política laboral do Governo e do Ministério da Saúde nestes últimos anos.

Independemente de legítimas razões de queixa que a população utente tem em relação ao funcionamento de serviços e até de alguns trabalhadores, o certo é que é cada vez mais claro que a luta dos profissionais da Saúde tem muito de comum com a crescente indignação e reclamação dos portugueses, vítimas da política anti-social deste Governo.

Perante uma tal situação, a Direcção do Sector da Saúde de Lisboa do PCP decidiu levar a cabo um conjunto de acções com o objectivo de denunciar sistematicamente as medidas lesivas do Governo Cavaco Silva/Leonor Beleza e de contribuir para a organização da luta dos trabalhadores do Sector e das populações pelo direito à Saúde e exigência da manutenção e aprofundamento das actuais garantias constitucionais.

Ao saudar a greve dos médicos a 8, 9 e 10 de Fevereiro e a jornada de luta dos trabalhadores da Função Pública a 9 de Fevereiro, a Direcção do Sector da Saúde de Lisboa do PCP exorta os trabalhadores comunistas da Saúde a continuarem na primeira linha da movimentação social do sector e apela à população do distrito para denunciar, protestar e manifestar-se contra as medidas do Governo que tão duramente atingem a sua vida e o seu bem-estar.

Guimarães — um exemplo

A Comissão Concelhia de Guimarães do Partido Comunista Português analisou na sua última reunião plenária a situação político-social que se vive no município.



Saúde: um exemplo bem significativo da política que o Governo chefiado por Cavaco Silva destina aos portugueses.

Entre outras questões abordou a problemática da saúde que, dada a gravidade dos factos e os prejuízos que comporta para os vimaranenses e as injustiças de que são vítimas os profissionais da saúde, merece especial atenção.

O PCP denuncia a situação de quase rotura em que se encontram os serviços de saúde do concelho:

- Os cuidados primários de saúde da responsabilidade do Centro de Saúde e extensões debatem-se com enormes carências de quadros, sobretudo médicos e enfermeiros, com dificuldades de materiais e estruturas, o que torna a sua acção deficiente e incompleta.

Em consequência, há milhares de utentes sem médico de família em várias extensões (Hortas, Vizela e Taipas).

A articulação dos cuidados primários com os Serviços Hospitalares é ineficaz dada a falta de capacidade de resposta do actual Hospital Distrital, situação fielmente retratada nas listas de espera para consultas de especialidade, para internamentos e,

em particular, para intervenções cirúrgicas onde se aguarda anos pela vez de ser operado.

- O Serviço de Urgência, que atendeu cerca de 380 doentes por dia em 1988, está instalado num espaço exíguo e acanhado no qual se amontoam macas e pacientes. Aqui, o número de médicos em serviço diminuiu substancialmente com a saída de 12 clínicos gerais que ali prestavam serviço.

O resultado é um número reduzido de médicos a trabalhar 24 horas consecutivas na Urgência, em manifesto desprezo pela saúde dos doentes e em desrespeito pelos profissionais da saúde.

É reconhecido o insuficiente número de enfermeiros e auxiliares, o que, conjugado com a falta de médicos, explica o facto de os doentes que vão à Urgência esperarem 3 ou mais horas pelo atendimento, em certos dias.

No serviço de medicina, grande parte dos doentes passa os primeiros dias de internamento deitados em macas espalhadas pelos corredores, à espera de vaga.

- Faltam médicos especialistas em ortopedia, medicina e obstetria além de otorrino e oftalmologia.

O PCP solidariza-se com os profissionais de saúde que apesar das dificuldades e da falta de condições materiais e psicológicas se esforçam e conseguem minimizar os efeitos desastrosos que a política de saúde do Governo representa para Guimarães e municípios vizinhos.

Porque a situação no Hospital Distrital de Guimarães é gravíssima e sentida por todos que procuram os seus serviços, o PCP não compreende nem apoia o que parece ser uma manobra de diversão com vista a encobrir o essencial apontando para o acessório através de notícias sensacionalistas que, infelizmente, encontraram eco na imprensa local.

O Partido Comunista Português espera que os órgãos do poder local mormente a Câmara Municipal de Guimarães, as forças políticas e sociais do concelho, e a comunicação social avaliem a gravidade da situação e intervenham para que o Governo dote Guimarães dos meios e recursos necessários ao bom funcionamento do Hospital Distrital, para bem da saúde das populações e para segurança e estímulo dos profissionais que ali prestam serviço.

São João da Madeira

Incompetência e irregularidades em cheio nos Paços do Concelho

«A incompetência e as graves irregularidades da Câmara Municipal de S. João da Madeira, constantemente denunciadas pelos eleitos da CDU na Assembleia Municipal e através de comunicados do PCP e da CDU na imprensa local e nacional, são hoje confirmadas publicamente nos principais órgãos de comunicação» — sublinha a Concelhia local do Partido em nota divulgada recentemente.

Mais adiante, os comunistas chamam a atenção para estes aspectos:

«As conclusões do inquérito à Câmara de S. João da Madeira traduzem uma forma vesga de análise à situação, pois a responsabilidade pelas graves irregularidades, pela incompetência e inoperância da Câmara envolve todos os seus componentes, desde o Presidente aos vereadores do CDS e do PSD, estes últi-

mos eleitos com o apoio do PS.

«Entre o CDS e o PSD não há melhores nem piores, pois há corrupção, nas lutas pelo poleiro e na consternante incompetência, há apenas iguais. São disso exemplo bastante o funcionamento da actual Câmara, como também o foi o roubo de cerca de 6700 contos, em 1982, pelo então Presidente da Junta de Freguesia e militan-

te do PSD, ou ainda a compra de andares de 70 000 contos nas Amoreiras sem pagar sisa (será que estão em saldo?), enquanto que o Governo aumenta brutalmente as rendas dos bairros sociais e procura liquidar as Cooperativas de Habitação».

Noutra passagem, a Concelhia do PCP refere:

A Câmara não serve!

«A constatação de que os superiores interesses da população são constantemente postos em causa e de que escandalosamente se suja o nome de S. João da Madeira, leva a que se tire mais uma vez a conclusão: a Câmara CDS/PSD, não serve!

«Todos estes factos salientam o quanto faz falta a CDU estar representada na Câmara

Municipal, garantindo o diálogo, a resolução dos reais problemas da população, o combate à corrupção e ao compadrio e a informação constante de toda a actividade camarária.

«Certamente que os sanjoanenses saberão no futuro corrigir o que levou a nossa autarquia ao estado caótico em que se encontra, elegendo pessoas sérias e competentes.

«Pelo seu lado, os comunistas de S. João da Madeira, conjuntamente com os eleitos da CDU na Assembleia Municipal e na Junta e Assembleia de Freguesia, tudo continuarão a fazer para que seja reposta a legalidade e para que os interesses de quem vive e trabalha na nossa terra sejam defendidos».



Encontro PCP-PSR

Encontro de uma delegação do PSR, composta por Francisco Louçã e António Frade, com uma delegação do PCP integrada por José Casanova, Joaquim Judas e Rosa Rabiais.

Coimbra

Uma clara demonstração de repúdio pela política do Governo, várias centenas de trabalhadores manifestaram-se em Coimbra no passado dia 27. Depois, a 3 deste mês, a adesão massiva às greves de diversos sectores, com destaque para os trabalhadores da CP, RN e Triunfo, bem como de algumas empresas da metalurgia e do ramo automóvel, sublinhou esse vigoroso movimento de protesto.

Foi exactamente a questão das lutas que esteve em primeiro plano na recente reunião da Comissão Concelhia de Coimbra do PCP que, entretanto, enaltece a importância do convite dirigido ao presidente da Comissão Política concelhia de Coimbra do PS no sentido do estabelecimento de um acordo entre as forças democráticas com vista a uma alternativa conjunta para a gestão do Município de Coimbra, susceptível de derrotar o PSD/CDS nas próximas eleições autárquicas.

PCP

PORTO

Camaradas da DORP falam ao Avante! sobre a 2.ª Assembleia (extraordinária)

O trabalho preparatório para a realização, no próximo dia 5 de Março, da 2.ª Assembleia da Organização Regional do Porto (extraordinária) está lançado. Intensifica-se a convocação de todos os militantes da região — são mais de 25 mil — para as 110 assembleias plenárias que irão eleger os delegados. Aprofunda-se a discussão da situação política e social ao nível das várias organizações do Partido. Prepara-se um plano de trabalho que responda às principais tarefas do ano corrente, em particular a luta contra a política do Governo e em defesa da Constituição, as grandes batalhas eleitorais para o Parlamento Europeu e para as Autarquias Locais. Auscultam-se os principais organismos com vista à proposta de composição da futura DORP.

Da curta troca de impressões que tivemos com camaradas do Secretariado da Direcção Regional do Porto, Helena Medina, Rosa Dias e Emídio Ribeiro, membros do Comité Central, ficamos a saber das diferentes questões que mobilizam a organização do Partido no distrito do Porto em volta dos aspectos fundamentais que levaram à convocação do seu órgão máximo.

Adaptação às novas realidades

Dos objectivos, da necessidade, da Assembleia falou-nos, em primeiro lugar, a camarada Helena Medina:

«A necessidade de realizar a 2.ª Assembleia era óbvia e decorria de duas ordens de factores interligadas: a primeira, das importantes resoluções aprovadas no XII Congresso do Partido e da urgência de, com grande energia, com espírito inovador e criador, lutarmos pela concretização das suas conclusões, fazendo repercutir, a todos os níveis do trabalho do Partido, a linha política, o estilo de trabalho, a adaptação às novas situações e às batalhas concretas que temos pela frente no ano em curso; a se-

gunda, a necessidade de renovar profundamente a Direcção Regional, em conformidade com os interesses do Partido, a vida, as tarefas e a evolução dos quadros, tal como vem expresso nos Estatutos, tendo em conta a importância muito grande que assume o papel e a capacidade do organismo de direcção no desenrolar de toda a actividade política e partidária do Partido.»

A luta e as tarefas para 1989

A preparação da Assembleia está ligada a uma intensa actividade política, desenvolvem-se lutas em muitos sectores, intensifica-se a resposta dos trabalhadores à tentativa de imposição do pa-

cote laboral, lembrou a camarada Rosa Dias.

«A própria organização regional vê a preparação da sua Assembleia com o objectivo de criar melhores condições para responder às tarefas que o momento político coloca. Mas são também, e sobretudo, os próximos actos eleitorais para o Parlamento Europeu e para as Autarquias Locais que irão ser um dos grandes temas políticos da Assembleia da Organização Regional do Porto, com tudo o que significa em matéria de animação da CDU, da constituição de listas, da divulgação das posições do Partido sobre os problemas que afligem a região e as populações em particular», referiu a camarada.

«A Resolução Política que culminará o primeiro ponto da ordem de trabalhos da nossa Assembleia», adiantou o camarada Emídio Ribeiro, «será exactamente ligada, no fundamental à tarefa do ano de 89 — as eleições e, ao mesmo tempo, toda a resistência social e a réplica à política de Cavaco Silva, a luta contra a revisão inconstitucional da Constituição».

Tudo o trabalho preparatório está já a ser dirigido neste sentido. As 110 Assembleias Plenárias que se vão realizar entre o dia 18 e 25, na sua maioria, para além da eleição dos delegados irão aprofundar todos estes aspectos da situação, ao mesmo tempo que irão discutir o seu próprio trabalho concreto.

«Este esforço que está a ser levado a cabo pelas várias organizações no sentido de se colocarem em con-

dições de cumprir as resoluções do Congresso, vai concretizar-se também com a realização de várias Assembleias de Organização, que aproveitarão para discutir os seus próprios problemas e para eleger novos organismos dirigentes, particularmente nas freguesias», salientou a camarada Helena Medina.

Uma direcção ligada à vida e à luta

A composição da futura DORP é o segundo grande tema político da Assembleia. Como nos referiram os camaradas, «da sua capacidade política e de aprofundamento dos problemas, da sua ligação à vida, à luta e à intervenção do Partido nas diversas áreas, da sua capacidade de unir a organização, de coordenar e fazer convergir a acção em torno das direcções políticas fundamentais do Partido vai depender a possibilidade de concretizar as grandes conclusões do Congresso, de levar a cabo com êxito as transformações profundas que é necessário realizar e conduzir no distrito do Porto».

Desta questão o camarada Emídio Ribeiro referiu-nos os critérios que estarão na base da proposta que está em estudo, com o recurso à «auscultação dos principais organismos sobre os quadros, de forma a que seja uma proposta equilibrada, a melhor proposta possível».

«A própria convocação da Assembleia com carácter extraordinário tem a ver, não apenas com as tarefas do ano em curso como já referimos, «mas com esta preocupação que todos sentimos» — a evolução nos últimos anos coloca um conjunto de problemas novos aos quais o Partido tem de responder de forma adequada.»

Essa resposta passa, também, por um organismo de direcção regional diferente do anterior. Além da dedicação e da capacidade, do acordo com os princípios de funcionamento e com a linha política do Partido, precisamos de um organismo que compatibilize melhor o trabalho dos camaradas que acompanham directamente as diferentes esferas do trabalho de organização e o dos camaradas que têm uma intervenção destacada em frentes de trabalho de massas, nas autarquias, no movimento sindical, no movimento operário e popular, em áreas de problemas que hoje assumem uma importância significativa, como por exemplo os problemas do desenvolvimento regional.

E, no fim, conseguir um organismo capaz de aprofundar mais e melhor, naturalmente de acordo com as resoluções do último Congresso, a orientação prática do trabalho político no dis-

trito do Porto. O actual organismo de direcção, independentemente do valor dos quadros de que dispõe, já não satisfaz, há necessidade de melhorá-lo».

Isto significa, de todo o modo, manter a maioria operária, dar atenção particular à relação existente do número de mulheres e de jovens, ter em conta a necessidade de ter um organismo funcional, portanto com um número de quadros não superior, ou pelo menos que não se distancie largamente do número existente actualmente, reafirmaram os camaradas com quem conversámos.

Participação colectiva

Na actual fase de preparação da 2.ª Assembleia da Organização Regional do Porto auscultam-se as organizações sobre o assunto, depois, a proposta que irá ser apresentada aos delegados será considerada previamente, e em relação aos camaradas que nela figurem, junto dos organismos e dos militantes com quem trabalham.

Aqui fica registado o apelo final dos camaradas: para que a 2.ª Assembleia da Organização Regional do Porto (extraordinária) cumpra os seus objectivos é necessária a participação colectiva na discussão que ora decorre nos diferentes organismos e organizações da região do Porto. Participação colectiva que dará contributo decisivo para que o Partido no distrito do Porto corresponda às exigências e tarefas que o XII Congresso colocou e às batalhas políticas e sociais que se colocam nos próximos meses.



«O Estado deve assumir as suas responsabilidades»

DORL do PCP toma posição sobre as tentativas de extinção das orquestras sinfónicas

A seu pedido, a Direcção Regional de Lisboa (DORL) do PCP reuniu-se recentemente com a Direcção do Sindicato dos Músicos. Neste encontro os dirigentes sindicais deram à delegação da DORL uma informação muito larga e vários esclarecimentos sobre a tentativa de extinção das orquestras sinfónicas da RDP e a luta que os músicos travam contra esse projecto, que se arrasta há 6 anos.

Apoio à luta dos músicos

A DORL do PCP considerou ainda que «a integração das orquestras sinfónicas na "Regie-Cooperativa" deve ser feita em bloco, sendo a abertura de concurso apenas destinada ao preenchimento das vagas actualmente existentes; que tal integração não deve passar por provas apreciadas por um júri estrangeiro, que como os profissionais bem conhecidos irá preferir os músicos portugueses em benefício dos estrangeiros, tanto mais que todos os músicos que actualmente integram orquestras sinfónicas lá estão por concurso público», e denuncia a evidência de padrão pessoal que transpare-

ce em passagens do decreto-lei que constitui a «Regie-Cooperativa».

A DORL do PCP assinalou também «nas atitudes dos músicos e da sua organização de classe uma preocupação de qualidade para as orquestras sinfónicas, degradadas não pelos músicos mas pela política cultural de vários governos» e adiantou que também fica claro que só interesses que nada têm a ver com a cultura poderiam justificar a continuação deste processo que, de dia para dia, se constata ser rejeitado unanimemente por instituições, profissionais e outras personalidades da cultura portuguesa, constando-se assim estar aberta a porta para uma larga convergência que, vencendo mesquinhos interesses privados e partidários, detenha e inverta este processo.

A Direcção da Organização Regional de Lisboa do PCP declarou ainda o seu apoio à luta que os músicos travam e as propostas que têm avançado para o presente e a futuro das orquestras sinfónicas portuguesas.

Trás-os-Montes

Vão os homens e as máquinas fica a região ao abandono

• A propósito da última «machadada» nas empresas Milnorte e Vicominas

Vão os homens para a emigração, vão as máquinas para o estrangeiro, fica a região ao abandono.

Quadro negro, pessimista talvez em demasia... poderá pensar o leitor. Mas acrescentemos mais alguns elementos e tire depois as suas conclusões... Pensemos na esquecida, região de Trás-os-Montes e deite-se contas à vida: que poderá significar a destruição de duas empresas, o desaparecimento de 500 postos de trabalho directos, 1000 indirectos e induzidos, e de cerca de 2 milhões de contos para a economia regional em salários e matérias-primas, nomeadamente quartzo e madeira?... Mas as coisas não ficam por aqui...

Ao desbarato foram vendidos fornos industriais considerados dos mais modernos da Europa (destino: Venezuela e Brasil). Agora, sim, voltemos ao início: Vão os homens para a emigração, vão as máquinas para o estrangeiro, fica a região ao abandono. É pessimismo? Ou, infelizmente, a realidade?

Tomando posição sobre o assunto, o Executivo da Direcção Regional de Trás-os-Montes (DORT) do PCP divulgou no passado dia 2 uma breve nota aos órgãos de Comunicação Social, onde sublinha:

«Veze sem conta se fala na necessidade do desenvolvimento do interior e da industrialização de Trás-os-Montes. Mas a realidade é bem outra...»

Foi dada à última machadada nas empresas «Milnorte» e «Vicominas».

A história é longa, e desde a primeira hora que a DORT do PCP alertou para os sucessivos passos na sua destruição, para estes verdadeiros atentados à economia da região.

1 — Foi a destruição (a que se chamou reconversão) de uma empresa que produ-

zia gusa a partir dos magnetites do Marão. Custou mais de um milhão de contos à Banca nacionalizada. O então ministro do PSD, Eusébio de Carvalho (ministro do Trabalho) em Abril de 1980 veio felicitar tal «reconversão».

2 — Feita a reconversão e sem que a «Vicominas» entrasse em funcionamento, em 1987 o Governo PSD de Cavaco Silva dita a sentença de morte das duas empresas. Como não podia deixar de ser a proibição de subsídios a estas empresas, nomeadamente o subsídio ao preço de energia eléctrica, é feita, com o argumento de que a CEE não o permitia. O que nem sequer é totalmente verdade...

3 — A destruição destas duas empresas na região apresenta o desaparecimento



Trás-os-Montes: onde está o desenvolvimento prometido pela política de direita?

de 500 postos de trabalho directos, 1000 postos de trabalho indirectos e induzidos, e cerca de dois milhões de contos para a economia regional em salários e matérias-primas: quartzo, madeira, etc..

A DORT do PCP alertou por várias vezes para a importância das instalações e do equipamento da «Vicomi-

nas» e da «Milnorte», acrescido do fácil acesso à matéria-prima de alta qualidade, nomeadamente o quartzo.

Mas tudo isto, que é e que foi ignorado pelos sucessivos governos de direita, é motivo de cobiça por uma das maiores empresas do sector electrometalúrgico a nível mundial. E assim vamos ver partir para a Venezuela dois fornos da «Milnorte» e para o Brasil um forno da «Vicominas».

O Governo PSD/Cavaco Silva é cego aos interesses nacionais. A venda ao desbarato destes fornos, considerados dos mais modernos da Europa, é mais um golpe nas pobres perspectivas de desenvolvimento industrial da nossa região.

Agora os abutres caíram sobre Trás-os-Montes e levam o que restava destas empresas.

Para o PCP não foi uma surpresa. Sucessivas vezes alertámos para o que se estava a passar.

Ministros, Governo, autarquias locais a mando do PSD enchem a boca com palavras de modernidade e industrialização e deixam na prática afundar-se a região.

Os que tentaram desmentir as nossas anteriores denúncias estão agora calados.

Vão-se os homens para a emigração, vão-se as máquinas para o estrangeiro, e a região fica ao abandono.

O Partido Comunista Português continuará a denunciar esta situação e a pugnar pelos interesses de Trás-os-Montes — conclui a nota dirigida à opinião pública.

O protesto População de Aveiro não cruza os braços e a luta

• Distrital do PCP analisou situação política e social

A Comissão Distrital de Aveiro do PCP, reunida no passado dia 3, discutiu a situação política e social, debruçando-se particularmente sobre as suas incidências no distrito. Abordou ainda um conjunto de iniciativas e acções a desenvolver no futuro. Apreciando os mais recentes desenvolvimentos que caracterizam o agravamento da situação social, a CDA do PCP concluiu que as medidas políticas, económicas e fiscais do Governo PSD são gravosas para a quase totalidade dos sectores socio-económicos do distrito e, por tal razão, estão a provocar a multiplicação das acções de protesto e luta.

No distrito de Aveiro são praticamente diárias as informações sobre plenários, concentrações, desfiles, greves e outras acções de protesto. A classe operária assume neste plano papel de destaque fazendo ouvir as suas exigências de melhores salários, de recusa do pacote laboral, de defesa e criação de emprego, de efectiva justiça social, como ficou demonstrado nas recentes greves do sector metalúrgico, da CP, da RN, e de empresas isoladas como

a EPA, todas com elevada adesão.

Além da classe operária outros grupos e camadas laboriosas fazem também suas tais reivindicações, a que juntam outras como carreiras profissionais dignas e a defesa da eficiência dos sectores em que estão inseridos — é esta a situação dos funcionários públicos, dos professores, dos médicos e dos restantes trabalhadores da saúde.

Os agricultores do distrito

movimentam-se em defesa da usufruição dos baldios pelos habitantes dos bairros sociais contra os aumentos violentos das rendas; são os pequenos e médios comerciantes e industriais e os que aspiram a casa própria contra as limitações ao crédito; são os trabalhadores e os vizinhos das indústrias poluentes contra os riscos industriais.

Crece o caudal dos que pretendem e exigem uma vida digna num ambiente seguro e saudável. É neste

contexto que surge em destaque a manifestação do passado dia 28 de Janeiro, em Aveiro, convocada pelo movimento sindical unitário, já que ela foi a demonstração da amplitude do protesto popular e, ao mesmo tempo, da vontade de continuar a luta, expressa de forma viva e determinada durante o desfile pelas ruas da cidade.

A Distrital do PCP saudou os homens, as mulheres e os jovens da região que demonstram, pela sua acção, que a democracia surgiu do 25 de Abril não se limita ao exercício do direito de voto quando da realização de eleições e utilizam todos os direitos inscritos na Constituição da República para a defesa dos seus legítimos inte-

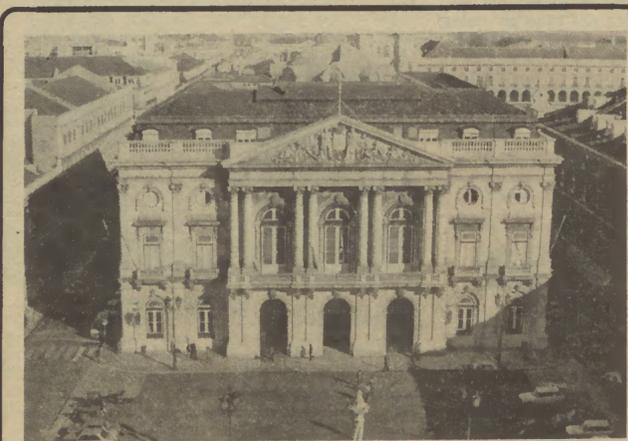
resses, e apela para os comunistas e para outros democratas do distrito no sentido de enpenharem o seu melhor esforço, tendo em vista estes objectivos.

Iniciativas

Quando ao Parlamento Europeu foi apreciada a realização de um ciclo de iniciativas de informação e debate com a presença de dirigentes do PCP especialistas de diferentes áreas. Temas como «CEE-Realidades e Perspectivas», «Acto Único e Constituição da República», «Fundos Estruturais» e «CEE e Agricultura» foram já abordados em Espinho e Lourosa e serão desenvolvidos no dia 10 em Santiago de Riba-U-

(Oliveira de Azeméis), no dia 11 em Estarreja e em Ovar e no dia 12 em Casal Comba (Mealhada). De igual modo se avançou na preparação da próxima visita ao distrito de um dos deputados do PCP no Parlamento Europeu.

No que respeita às eleições autárquicas, os comunistas de Aveiro realiram o seu objectivo de concorrer, no âmbito da CDU, a todos os órgãos municipais (Câmaras e Assembleias) do distrito, bem como ao maior número possível de freguesias. Neste capítulo efectuou o balanço dos contactos já realizados e definiu um calendário eleitoral, ficando agendado para a próxima reunião da CDA a discussão final sobre os primeiros candidatos das



LISBOA precisa da CDU

A base principal e determinante para imprimir uma nova orientação à gestão municipal é o reforço substancial das posições da CDU, única força portadora de uma política alternativa, com um projecto de defesa e de verdadeira modernização de Lisboa como cidade histórica, amada pelo seu País, memória de gerações e expressão viva das nossas raízes e identidade cultural — lê-se no documento preparatório da 2.ª Assembleia da organização local de Lisboa (OLL) do PCP.

Recorde-se que os comunistas de Lisboa estão actualmente empenhados na preparação dessa importante iniciativa, marcada para 11 e 12 de Março próximo. As questões autárquicas, o trabalho dos eleitos CDU, a actuação do Município e as eleições de Dezembro são, naturalmente, alguns dos temas em análise. Ao mesmo tempo que preparam a Assembleia e as tarefas necessárias ao reforço do Partido, os comunistas encaram com dinamismo o trabalho eleitoral neste ano de 1989.

Assembleia da República

Comparticipação nos medicamentos

Ataque à bolsa do cidadão doente

Objecto de um pedido de ratificação solicitado pelo Grupo Parlamentar do PCP, o decreto de lei governamental que reformula o sistema de participação do Estado no custo dos medicamentos prescritos aos utentes no âmbito do Serviço Nacional de Saúde e da ADSE voltou a ocupar a atenção dos deputados em S. Bento.

Fortes dúvidas e críticas quanto aos critérios adoptados pelo Governo para a drástica redução das participações acabaram por constituir o cerne do debate, dividindo-se a Câmara uma vez mais entre uma maioria apostada acriticamente na «defesa da sua dama», e uma oposição que partindo de diferentes ângulos encara o essencial da questão como um ataque à bolsa do cidadão doente e à liberdade de prescrição dos médicos.

Para o Governo, na origem das alterações avançadas está assim o propósito de cortar com aquilo a que se chama gastos supérfluos,

subordinando-se o novo regime de participação a «critérios de lógica terapêutica e de economia de meios», tudo de molde a viabilizar,

segundo as palavras do deputado Luís Filipe Menezes, o sistema de saúde e a garantir maior justiça social.

Objectivos sem dúvida defensáveis se pensarmos que constitui hoje um problema mundial, como observou, o deputado comunista Fernando Gomes, a necessidade de os Estados controlarem as suas despesas em medicamentos, colocando-os ao abrigo das modas, das promoções consumistas, dos interesses lucrativos das multinacionais farmacêuticas.

Tudo estaria pois bem se não se desse o caso de «economia de meios»; para o Governo, querer dizer, mais prosaicamente, sobrecarregar o orçamento doméstico do cidadão doente, e de «critérios

de lógica terapêutica» significarem, tão-só, um triste sinal de «ignorância ou de incompetência» ou, o que seria mais grave, «de mistificação», como assinalou Fernando Gomes.

É que, para a bancada comunista, uma mais correcta prescrição medicamentosa, com a inerente defesa do cidadão, não deverá passar pela sua limitação «administrativa e intimidatória», mas, sim, por uma informação adequada e atempada do Ministério, idêntica à que deve ser desencadeada para combater o consumismo, ou seja, «pela educação dos cidadãos», preservando-os de campanhas publicitárias que visam o consumo livre de medicamentos.

Fernando Namora

«Se alguma síntese é aqui possível, é a de lembrar que este homem raro, ao longo de 50 anos de actividade literária e de permanência cívica no combate pela liberdade, se afirmou, de forma íntegra e incondicional, em defesa de valores que se não pautaram pelo mero êxito singular e que antes, confrontando-se com o colectivo do povo português, procuraram interpretar ansiedades e propulsionar realidades que um dia viriam». Com estas palavras evocou o deputado José Manuel Mendes a figura de Fernando Namora escritor cuja obra, afirmou, «indiscutivelmente perdurará entre aquelas que constituem as mais altas de todos os patrimónios da literatura portuguesa».

Poucas horas depois do falecimento, com o peso natural da emoção a guindar as palavras, a breve declaração de voto que o deputado comunista proferiu em nome da sua bancada, associando-se ao pesar colectivo e à homenagem prestada por toda a Câmara, recordou um «verdadeiro luzeiro crítico e militante, alguém que quis dar testemunho de muitas vidas, não permitindo que a dilaceração da consciência nos anos das trevas levasse aos caminhos fáceis da renúncia».

«Se há vazios que a dor preenche, onde a dor lacera e onde a memória tritura os momentos que passam — diria ainda José Manuel Mendes —, esses vazios, confortemo-nos, serão certamente por aquilo que no futuro não deixará de ser o tributo dos que o leram e dos que o amaram como nós, os que souberam e puderam amá-lo, como fraterno companheiro de jornada nesta tentativa de desconstruir as sombras, de emendar, de corrigir o mundo e torná-lo melhor, mais justo e habitável».

Hoje, em debate

Lei Quadro do Ensino Superior Politécnico

Dotar o Ensino Superior Politécnico de um quadro normativo geral que permita ultrapassar a situação de indefinição que se vem vivendo, constitui a principal razão de ser de um projecto de lei do PCP que define a Lei-Quadro para aquele ramo do Ensino Superior. Agendado para a reunião plenária de hoje, o projecto apresentado pelos parlamentares comunistas será apreciado conjuntamente com um outro, da iniciativa do PS, este substanciando o «Estatuto e autonomia dos estabelecimentos do Ensino Superior Politécnico».

Criado em 1977 e consagrado na Lei de Bases do Sistema Educativo (em vigor desde Outubro de 1986), o Ensino Superior Politécnico

continua sujeito a medidas avulsas e contraditórias por parte do Governo, designadamente no regime de instalação (nalguns casos prolonga-se já há oito anos), facto que tem vindo a impedir o exercício do direito de participação e gestão democrática por alunos, professores e pessoal não docente.

Na opinião dos parlamentares do PCP, de acordo com uma nota do seu secretariado, a situação é tanto mais chocante quanto se encontra já em vigor a Lei da Autonomia das Universidades que veio reconhecer a estes estabelecimentos um regime próprio de auto-organização participado e democrático.

O projecto do PCP parte precisamente do regime definido para as Universidades

para, com as devidas adaptações, consagrar aos institutos politécnicos e respectivas unidades orgânicas o direito à autonomia estatutária, científica, pedagógica, administrativa, financeira e disciplinar, definindo, de igual modo, os métodos de constituição dos órgãos de gestão, assentes no respeito por princípios de democraticidade e participação.

Para o Grupo Parlamentar do PCP trata-se agora de promover o necessário debate público com a participação de todos os interessados, tendo para o efeito já proposta uma comissão parlamentar especializadora, a quem caberá a sua organização aquando da apreciação na especialidade dos projectos de lei em causa.

Um negócio só para alguns

A reestruturação judiciária já em parte aplicada tornou mais difícil e por vezes impossível o acesso dos cidadãos à Justiça e à efectivação dos seus direitos, atingiu todo o meio forense, semeou a instabilidade e atingiu a própria vida de muitas comarcas.

Tal é a situação actual da Justiça no nosso País em resultado da aplicação da nova lei Orgânica dos Tribunais Judiciais, diploma chamado por iniciativa do PCP à ratificação da Assembleia numa das sessões plenárias da passada semana.

Isso mesmo se pode depreender do debate realizado em torno desta matéria e principalmente das palavras da deputada comunista Odete Santos a quem na ocasião se ficou a dever uma circunstanciada análise do quadro presente, onde não faltaram numerosos e significativos exemplos reveladores de quanto a Justiça se vai tornando difícil, quando não mesmo inacessível para muitos.

As suas palavras foram sobretudo messageiras das reclamações e protestos que «chovem de todos os lados»: das autarquias insatisfeitas pelos círculos em que foram integradas e que lesam as suas populações; dos cida-

dãos que são obrigados a deslocar-se a maiores distâncias, perdendo mais tempo, sentindo-se mais afastados da Justiça.

Aspecto considerado gravíssimo foi, por exemplo, o caso dos tribunais de círculo. Segundo Odete Santos, «nasceram num estado de semi-mortos, à partida afundados pelo número de processos que receberam no próprio dia da instalação, pelos processos que têm de preparar desde a sua entrada».

«Como é possível que os juízes privativos dos tribunais de círculo com a vastidão da sua competência configurada pela Lei Orgânica possam

passar os dias (que os vão passar) a fazer julgamentos e ao mesmo tempo despachar, preparar para julgamento todos os processos?», interrogaria a propósito a deputada comunista.

Mas falar da aplicação da nova Lei Orgânica é referir ainda a falta de instalações ou as precárias condições de trabalho que nasceram do facto de o Ministério da Justiça «ser surdo ao diálogo» e às críticas que lhe foram feitas pelos advogados (que exigem a revogação imediata do diploma ou, pelo menos, a sua suspensão), pelos magistrados que insistentemente têm manifestado a sua apreensão e alarme e pelos funcionários judiciais que sabem que o sistema não vai funcionar.

É esta incapacidade para estabelecer um diálogo sério que o Governo e a sua maioria voltaram a revelar neste debate, recusando liminarmente as propostas da bancada do PCP destinadas a mitigar, tanto quanto possível, os «maléficos efeitos da nova organização judiciária».

O caso Cadilhe
Requerida instauração de processo criminal

Deputados do Grupo Parlamentar do PCP requereram à Procuradoria-Geral da República a instauração de um processo criminal contra o ministro Miguel Cadilhe por indiciado peculato de uso.

Em causa está a utilização de pessoal e viaturas da Guarda Fiscal na mudança dos móveis da residência do ministro, questão que de resto fora já levantada na recente proposta do PCP de realização de um inquérito parlamentar suscitado exactamente pelo processo de aquisição de um andar nas Amoreiras por Miguel Cadilhe.

Posterior ao pedido de inquérito, foi publicamente confirmada a utilização de meios humanos e materiais da Guarda Fiscal, designadamente através de um *telex* do seu próprio Comando transcrito no jornal «Tal e Qual» no qual se afirma, designadamente, que o ministro da tutela da Guarda Fiscal utilizou em proveito pessoal

(mudanças de residência) pessoal e viaturas daquela força.

O pedido de instauração do competente processo criminal solicitado à Procuradoria-Geral da República surge, pois, neste contexto, em que, na perspectiva dos parlamentares comunistas, nada há a acrescentar no proposto inquérito parlamentar sobre esta matéria.

Recorde-se, entretanto, que a Lei dos Crimes de Responsabilidade dos Titulares dos Cargos Políticos (Lei n.º 34/87) refere no n.º 1 do seu artigo 21.º que o «titular de cargos políticos que fizer uso ou permitir a outrem que faça uso, para fins alheios àqueles a que se destinam, de veículos ou outras coisas móveis de valor apreciável que lhe tenham sido entregues, estiverem na sua posse ou lhe forem acessíveis em razão das suas funções será punido com prisão até dezoito meses ou multa de 20 a 50 dias».

Perguntas que o Governo não gosta

Não falta quem se interroge sobre a utilidade das sessões de perguntas ao Governo. Não, obviamente, por elas constituírem um normal e competente instrumento do Parlamento exercer as suas competências. A questão é outra: nos moldes actuais, conforme o seu interesse, o Executivo acaba por retirar uma boa parte da eficácia que este valioso meio de intervenção dos deputados adquire no acompanhamento da acção governativa.

O deputado comunista Álvaro Brasileiro quis saber, por exemplo, as razões que levaram o Governo a publicar um decreto que reduz os direitos aduaneiros para a importação de carne de bovino, com isso «prejudicando produtores e consumidores na-

cionais». Conhecedor da matéria, citou números: entre 1986 e 1987 as importações cresceram 40 por cento e no respeitante à importação de animais vivos o número de cabeças importadas passou de 13 380 para 24 680.

Que foi tudo para evitar que os preços da carne de vaca «disparassem» no consumidor, que «nunca o Governo tomara medidas prejudiciais aos produtores», garantiria, sem o provar, o secretário de Estado da Alimentação, apresentando na ocasião uma versão diferente dos números adiantados pelo deputado comunista. Álvaro Brasileiro retorquiu, comentando que «os computadores do Ministério dizem sempre o contrário» dos computadores de outros organismos.

Lurdes Hespanhol, em nome da bancada comunista, indagou por sua vez o secretário de Estado Adjunto do Ministro da Educação acerca do contrato que põe em causa muitos direitos adquiridos pelos professores primários e educadores de infância profissionalizados. Alarcão Troni limitou-se a afirmar que a administração «não tem de garantir o emprego às pessoas de que não precisa», afirmando ainda que o Sindicato aceitara o acordo em matéria de assistência na doença, facto que a deputada comunista desmentiu lembrando que ainda recentemente, na Comissão especializada da Assembleia da República, os representantes sindicais garantiam não aceitar a legislação proposta pelo Governo.

Poder Local



Lisboa. Daqui partiu a descoberta do mundo moderno, aqui chegou a cidade construída devagarinho, ao ritmo de um Povo que cresceu em diáspora. Já emergiu de terremotos e maremotos, suporta coisas que nem a antiga musa canta, é sem dúvida uma das mais belas cidades do mundo e continua à espera de ser amada pelos seus. De ser protegida, enquanto, pacientemente, vai regenerando feridas que a barbárie lhe vai abrindo, até que a expulsemos convenientemente, atirando-a para fora mais às suas gestões «incendiárias»

CDU adverte: Urge uma alternativa para a Câmara de Lisboa

A Coordenadora da CDU de Lisboa — onde têm assento o PCP, Os Verdes, a ID e muitos independentes de diversas sensibilidades políticas — na sua 6.ª reunião realizada em finais da semana passada apreciou positivamente a proposta dirigida pelo PCP ao PS e PRD para viabilizar um entendimento para as próximas eleições autárquicas em Lisboa, apelando aos partidos democráticos, «nomeadamente ao PS e ao PRD para que, com os partidos e independentes que integram a CDU, congreguem esforços

para encontrar uma alternativa à gestão medíocre e de destruição da cidade que tem sido desenvolvida».

Nesta reunião foi também anunciada a realização de jornadas de reflexão e debate sobre Lisboa, nos dias 25 e 26 de Fevereiro, nas quais será debatido um programa para recuperar e desenvolver a cidade, «convitando-se a participar todos os lisboetas interessados em contribuir com as suas opiniões e ideias para que o futuro de Lisboa seja o de uma cidade humanizada, recuperada e desenvolvida, onde dê

gosto viver e trabalhar».

Relativamente ao trabalho preparatório das eleições para o Parlamento Europeu e para as autárquicas, a Coordenadora da CDU apontou ainda o forte empenhamento dos eleitos e activistas da CDU, patente na realização de dezenas de reuniões nas Freguesias e na formação de muitas comissões CDU, «onde se estão a integrar muitos independentes e personalidades de diversas sensibilidades políticas à esquerda do PSD», informa ainda o gabinete de Imprensa da CDU.

Entretanto o presidente Abecasis continua a ser notícia quase diária, embora geralmente por razões negativas. Ainda segundo o gabinete de Imprensa da CDU, os vogais da Assembleia Municipal de Lisboa esperaram, no passado dia 2, exactamente uma hora e 20 minutos pelo presidente da Câmara para uma reunião que tinha, como ponto da ordem de trabalhos, uma intervenção da sua responsabilidade...

A CDU manifestou de imediato «o mais vivo repúdio pela forma como a Assembleia Municipal de Lisboa é tratada pelo actual presidente da Câmara Municipal de Lisboa».

Torres do Mondego A recandidatura do bom trabalho

Segundo comunicado da Coligação Democrática Unitária local, reuniu a Comissão de Apoio à CDU de Torres do Mondego, concelho de Coimbra, para análise do trabalho desenvolvido pelos seus eleitos na Junta e Assembleia de Freguesia (onde a CDU é a força maioritária) e perspectivar o trabalho futuro, no sentido do reforço da CDU na freguesia.

Saliendo com bastante agrado o bom trabalho desenvolvido no sentido da resolução dos problemas das populações, quer através da dinamização do executivo e Assembleia, quer no chamamento da população à realização, com trabalho voluntário (mais de 700 dias) de várias obras.

Nesta reunião, onde se começou a preparar a futura lista da CDU, foi escolhida por unanimidade a recandidatura do actual presidente da Junta de Freguesia — Firmino Vítor

— ao próximo acto eleitoral.

Finalmente ficou marcada para o próximo dia 26 de Fevereiro uma nova reunião plenária da Comissão de Apoio à CDU.

Por iniciativa da ADEPO Em discussão urbanismo do Grande Porto

A Associação para o Desenvolvimento da Região do Porto (ADEPO) promove no próximo dia 11, no Auditório da Reitoria da Universidade do Porto, à Rua D. Manuel II, um debate sobre o tema «O Planeamento Urbanístico no Grande Porto».

O debate funcionará em dois painéis, o primeiro entre as 9.30 h e as 12.30 h com o título «O planeamento urbanístico», e o segundo entre as 14.30 h e as 18.30 h sobre «O Plano Geral de Urbanização do Porto e outros Planos do Grande Porto».

A ADEPO pretende com este debate «contribuir para apontar perspectivas para uma melhor qualidade de vida urbana no território do Grande Porto».

Reunião da Coordenadora CDU do Porto

O alargamento da expressão unitária

Em finais de Janeiro reuniu a Coordenadora Distrital do Porto da CDU, com a participação de representantes do PCP, Os Verdes, a ID e ainda de outros independentes que integram esta coligação, para além de elementos da componente juvenil da CDU.

A reunião proporcionou uma ampla troca de opiniões sobre os aspectos mais marcantes da evolução política e social, na sua expressão nacional e regional, tendo examinado os objectivos e as consequências da acção do Governo Cavaco Silva, designadamente no que respeita à acentuada degradação de vida dos trabalhadores e de outras camadas sociais e à sistemática ofensiva contra os seus direitos, à aceleração do plano de destruição do Sector Empresarial do Estado e ao bloqueamento do processo de criação das Regiões, publicamente preconizado pelo próprio Primeiro-Ministro.

A forma como o PS e o PSD estão a conduzir a revisão da Constituição e os perigos reais daí decorrentes para o nosso regime democrático, foram motivo de atenta e preocupada consideração durante a reunião, tendo sido sublinhada a importância da mobilização democrática e popular e de todos os que se reconhecem nos valores do 25 de Abril e da Constituição.

A Coordenadora Distrital do Porto da CDU discutiu igualmente diversos aspectos relacionados com os importantes actos eleitorais de 1989 — eleições para o Parlamento Europeu e para as autarquias locais — tendo considerado necessário «alertar e denunciar a actualização do Governo e do Grupo Parlamentar do PSD no sentido de condicionar e distorcer a vontade do eleitorado e comprometer a seriedade e democraticidade das eleições, designadamente através da manipulação da Comunicação Social e, no plano legislativo, através das tentativas de alteração à lei eleitoral para o PE — agora vetada pelo Presidente da República — e da injustificada imposição à CDU da mudança do seu símbolo e sigla, a escassos meses das eleições».

A Coordenadora fez um balanço ao andamento dos preparativos eleitorais que se desenvolvem em todo o Distrito com vista à apresentação de candidaturas CDU a todos os órgãos autárquicos,



quer municipais quer de Freguesia. Foi ainda sublinhada a importância de prosseguir o esforço para uma participação ainda maior no trabalho da CDU e com a CDU, de muitos independentes e de quantos se interessam e se empenham na resolução dos problemas das populações e da região.

A preparação e composição das listas da CDU, a discussão e redacção dos programas eleitorais e a dinamização da iniciativa e da actividade ao nível dos Concelhos e Freguesias do Distrito do Porto, com destaque para a próxima realização da jornada nacional da CDU que terá lugar nos dias 10, 11 e 12 de Fevereiro, «serão expressão do crescente alargamento unitário da CDU», segundo nota final do documento saído da reunião.

Chaves Quando as eleições «abrem» caça ao voto

Segundo a Comissão Concelhia de Chaves do PCP, a proximidade das eleições autárquicas despertou o executivo camarário do PSD para a produção de... intenções. É o disparar das promessas, num tempo de «caça ao voto».

E diz a Comissão Concelhia de Chaves do PCP:

«O executivo camarário do PSD não perde tempo e apresenta um Plano de Actividades para 1989 de um milhão e quatrocentos mil contos, com todos os projectos com verbas definidas — isto é, com dotações garantidas». Parece não ter importância que 27% daquela verba não esteja coberta com receitas previsíveis — o que é ilegal, para lá de manifesta demagogia eleitoral.

«Para a Câmara, que na Assembleia Municipal se escusou a dar qualquer explicação, nada significa que mesmo nas verbas do dito financiamento assegurado (um milhão e vinte e seis mil contos) estejam incluídas «possíveis» transferências de projectos candidatos ao FEDER/CEE no valor de cento e setenta e nove mil contos, mas ainda não aprovados... Isto quando o mesmo executivo se queixa dos atrasos consecutivos (página 4 do Orçamento) e considera a possibilidade de recorrer a empréstimos para ocorrer a «atrasos no recebi-

mento de verbas provenientes dos fundos comunitários e da administração central» (página 15 do Orçamento). Empréstimos que irão agravar uma difícil situação financeira, com um endividamento actual de 350 000 contos e uma pagamento de juros e amortizações de 55 000 contos em 1989».

O comunicado do PCP chama então a atenção para este «pequeno pormenor»:

«Isto é, sem qualquer exagero podemos dizer que 40% do Plano está sem cobertura orçamental, ou seja, muitas obras não serão feitas. O seu aparecimento no Plano de Actividades tem apenas objectivos eleitorais».

Entretanto nas relações com as Freguesias continuam o çaciquismo, as ilegalidades e a má gestão, como pormenoriza a nota da Concelhia de Chaves:

«Continua-se a transferir praticamente o mínimo obrigatório por lei — este ano 37 000 contos para 50 Freguesias. Mas depois, em vez de fazer uma distribuição dessa verba nos termos da

Lei das Finanças Locais, retira 12 000 contos para uma distribuição segundo os interesses e a vontade do sr. presidente da Câmara. O que é manifestamente ilegal, pois nos termos da alínea 3, do Art.º 20 da lei n.º 1/87, o mapa das transferências para as Freguesias tem de ser aprovado pela Assembleia Municipal e segundo critérios definidos.

«Como resultado, há 13 Freguesias que recebem apenas o suficiente para pagar as remunerações ao presidente e vogais da Junta e as senhas da Assembleia de Freguesia, exactamente, 417 000\$00.

«Muitas pequenas obras, que poderiam com todas as vantagens económicas, políticas e sociais ser feitas pelas Juntas — lavadouros, fornos, pequenos arruamentos — empolam desnecessariamente o plano municipal, embora com evidentes vantagens eleitorais. Outras vantagens retirará o executivo do PSD, da extrema dependência económica (e não só) das Juntas face à Câmara, tendo para qualquer telha ou vidro a colocar na escola primária, de se dirigir ao sr. Presidente que, naturalmente, os tratará com muita «compreensão e carinho»!»

Conclui a nota.

Nacional

Portugal e a CEE

Comunistas lançam mãos à obra por um tratamento sério das questões

É certamente mais fácil, não o negamos, tratar a problemática da CEE e da integração de Portugal na Comunidade de uma forma ligeira, propagandeando fundos e anunciando desafios que só podem ser para ganhar... É mais fácil isto, do que um tratamento sério das questões, uma abordagem concreta dos problemas, um diálogo vivo com as populações, com os agricultores, os pescadores, os empresários, os trabalhadores.

Apesar de a primeira solução ser mais fácil e ser também a que, pelo exemplo dos governos, entrou na moda política, o PCP e os seus deputados no Parlamento Europeu preferiram a segunda, numa linha de actuação muito própria dos comunistas e que é um dos pilares do prestígio do PCP na sociedade portuguesa.

Aqui damos algumas notícias das iniciativas realizadas um pouco por todo o País, alertando desde já o leitor para as que se vão efectuar nos próximos dias.

Consumo: preso por ter cão...

«O Governo e o PSD pretendem multiplicar apelos ao consumismo desenfreado. Ao mesmo tempo o Governo contraria o consumo de largas massas, invocando a CEE como pretexto para baixar salários e cortar despesas públicas em sectores essenciais. Como pode o PSD prosseguir uma política deste tipo e afirmar simultaneamente que é adepto da «dimensão social europeia», da «coesão económica e social», etc.? O PCP, pelo contrário, invoca em coerência estes princípios que a CEE proclama e exige uma política de elevação das condições de vida e que conduza à igualização progressiva das condições de vida e de trabalho nos diversos países da Europa das Doze».

As afirmações são do camarada Luís Sá, membro da

Comissão Política do Comité Central, no decorrer de uma Conferência/Debate subordinada ao tema «Portugal e a CEE», realizada no passado dia 31 de Janeiro, no Centro de Trabalho da Boavista, no Porto.

As alterações da realidade nacional, os comunistas e o desafio ideológico e perspectivas de acção política foram questões centrais da Conferência proferida, que contou com a participação interessada de perto de uma centena de camaradas.

«O grande patronato e o PSD dizem-nos, por exemplo, que a modernização exige o retrocesso nas conquistas sociais e nos direitos dos trabalhadores. O PCP e o movimento popular afirmam, pelo contrário, que as conquistas sociais e os direitos dos trabalhadores não são obstáculo mas sim uma faceta e uma base essencial para uma política de modernização da

economia na qual estão firme e activamente empenhados», referiu Luís Sá.

A actividade do Centro de Estudos da DORP, voltada para acções de formação de quadros do Partido na região do Porto, foi assim retomada, após interrupção de alguns meses por razões relacionadas com a preparação do XII Congresso. No próximo dia 27 haverá nova Conferência com tema a anunciar oportunamente, e está previsto o reinício dos Cursos Básicos.

Desenvolver mas a sério

«O PCP propõe uma economia baseada em altos níveis de rendimento, de condições de vida e de consumo, e preconiza o desenvolvimento baseado no efectivo acesso a tecnologias de ponta» — afirmou Luís Sá num colóquio efectuado no sábado em Aveiro, na escola secundária Homem Cristo.

O dirigente do PCP contrapõe assim a posição dos comunistas a afirmações de Cavaco Silva na Suíça e ao facto de o Governo e o grande capital pretenderem enfrentar a concorrência e obter vantagens comparativas «à custa de uma especialização apendicular» e com base «na mão-de-obra barata e na eliminação dos direitos dos trabalhadores».

Luís Sá defendeu a «igualdade entre Estados membros da CEE e das suas instituições» e a «real intervenção dos trabalhadores e das forças do progresso e da cultura em todas as instâncias decisórias» da Comunidade.

Em Aveiro foram ainda

lembradas afirmações de Miguel Cadilhe, segundo as quais o ministro das Finanças esperaria que em 1992 Portugal não esteja à venda. «Infelizmente, já está» — afirmou o membro da Comissão Política do CC do PCP. «Já estão à venda as suas riquezas naturais, ao mesmo tempo que se prossegue uma política acelerada de privatizações que abrirão caminho à entrega ainda mais acelerada de partes essenciais do aparelho produtivo nacional ao capital estrangeiro» — constatou Luís Sá.

Foi também criticada a atitude do PS que, afirmando-se como uma força de oposição ao PSD, viabiliza simultaneamente, com o acordo de revisão constitucional, o agravamento da política do Governo de Cavaco Silva.

Ria Formosa, Governo incapaz

Num seminário em Olhão a política do Governo em relação à CEE foi caracterizada, pela generalidade dos participantes, como capitulacionista perante os interesses das multinacionais e reveladora da mais completa incapacidade negocial na defesa dos interesses nacionais.

O seminário — dirigido para a discussão de questões ligadas à integração de Portugal na CEE e à Ria Formosa, pescas, turismo, marisco, poluição, urbanismo, legislação — realizou-se no sábado passado e contou com a participação de Carlos Brito, da Comissão Política do CC do PCP e presidente do grupo parlamentar comunista na AR, de deputados, autarcas e

especialistas, bem como pescadores e residentes na área da Ria.

Carlos Brito manifestou a total disponibilidade do PCP para apresentar na AR uma proposta para a criação da freguesia da ilha da Culatra, se for essa a vontade da população.

Este e outros núcleos habitacionais continuam a ser alvo de ameaças de demolições que contrariam promessas e garantias anteriores. Entretanto, continuam sem resolução problemas de falta de tratamento de esgotos altamente poluentes...

Foi considerada bastante importante no quadro da participação de Portugal na CEE a actividade dos mariscadores.

Em relação à pesca artesanal e aos apoios comunitários, afirmou-se que estes não têm sido bem negociados. Em Portugal prossegue o abate de embarcações, enquanto a Grécia, por exemplo, consegue subsídios para embarcações abaixo dos 9 metros.

As três ou quatro edições de planos de ordenamento para a Ria Formosa foram resultado de todo um conjunto de pressões pseudodesenvolvimentistas e visavam, em geral, objectivos políticos e económicos que, por trás de um falso desenvolvimento, implicam o sacrifício total dos pescadores tradicionais da Ria.

No seminário participou também o dr. Luís Catarino, do conselho geral da Intervenção Democrática.

Minho: falta transparência, sobra burocracia

«Por todo o lado escuto queixas pela ausência de uma política clara e transparente por parte do Governo, a excessiva burocracia e morosidade da sua resposta, os atrasos no pagamento de subsídios e incentivos» — afirma-se numa nota em que o gabinete de imprensa da Direcção da Organização Regional do Minho do PCP dá conta da visita que o camarada Aboim Inglez efectuou aos distritos de Viana do Castelo e Braga no fim da semana passada.

No dia 2 Carlos Aboim Inglez visitou os Estaleiros Navais de Viana do Castelo, onde teve encontros com a administração e com a comissão de trabalhadores; visitou ainda a Cooperativa de Construção Civil Vilamourense, encontrou-se com grupos ecologistas e com a imprensa regional de Caminha; à noite realizou-se no salão nobre da Câmara Municipal de Caminha um colóquio em que estiveram, entre outros, o presidente do órgão autárquico e vereadores.

Dia 3, sexta-feira, iniciou-se o programa do distrito de Braga. Nas diversas iniciativas Aboim Inglez foi acompa-

nhado por Óscar João Pires (colaborador da Comissão Distrital do PCP para as questões da CEE), Casais Batista (vereador), José Antunes (do CC e da CD do PCP), Armando Nogueira, José Manuel Araújo e José Evangelista (da CD).

Na Grundig a delegação do PCP encontrou-se com representantes da gerência e da comissão de trabalhadores; houve ainda um encontro com o presidente e o director-geral da Associação Industrial do Minho, uma visita à Cooperativa Agrícola de Barcelos (onde reuniu com a direcção); um encontro com os profissionais da comunicação social de Braga e uma entrevista com a direcção da Associação Comercial de Braga.

Sábado, Aboim Inglez e outros camaradas prosseguiram os contactos em Famalicão, participando numa reunião com dirigentes da Associação Comercial do concelho e num encontro-debate no auditório da Casa da Cultura.

Alentejo

No quadro da preparação das eleições de 18 de Junho para o Parlamento Europeu e também as eleições autárquicas do fim do ano, realizou-se no teatro eborense Garcia de Resende um encontro de eleitos da CDU dos distritos de Évora, Beja e Portalegre sobre informação e comunicação social na área do Poder Local.

Em debate estiveram os rádios locais, a imprensa regional, os meios de informação das autarquias e outras questões. Foi defendido que a comunicação social seja um espaço aberto e isento, através do qual se deve assegurar o confronto diversificado de opiniões, com abertura às diferentes correntes do pensamento ou ideológicas.

Bragança, Portalegre e mais

Na sexta-feira realizou-se ainda uma sessão pública em Bragança, dirigida pelo camarada Agostinho Lopes, do CC e suplente da Comissão Política do Partido. Debateram-se várias questões ligadas à CEE, ao mercado único de 1992 e suas consequências, numa abordagem «pela rama» das implicações para Portugal da adesão à Comunidade.

Em Portalegre tinha-se realizado já na semana anterior, dia 27 de Janeiro, um debate em que estiveram os camaradas Joaquim Miranda, deputado ao PE e membro do CC, e Luís Roque, deputado à AR pelo distrito. Discutiu-se «CEE e desenvolvimento regional» e falou-se, em particular, da Operação Integrada do Desenvolvimento do Alentejo, dos acessos e vias de comunicação.

Outras iniciativas estão programadas para os próximos dias, como pode ver detalhadamente na Agenda.

Armando de Castro
Última lição
com «saudades do futuro»

Professor catedrático, investigador, militante comunista. Armando de Castro deu a sua última lição no Salão Nobre da Faculdade de Economia do Porto perante ouvintes atentos de alunos, trabalhadores e docentes, reitor e vice-reitor da Universidade do Porto, outras entidades oficiais e amigos: Ferreira Alves, Virgínia Moura, Lino Lima, José Morgado...

Armando Castro como professor, como investigador, como homem granjeou prestígio e respeito sem nunca «sacrificar qualquer parcela da ideologia própria». Mas este princípio, e o facto de ter acompanhado a sua actividade intelectual com uma prática social de oposição às estruturas políticas e sociais dominantes antes do 25 de Abril de 74, teve custos.

Na sua última lição Armando Castro para «documentar uma época, as suas condições de trabalho e a sua influência possível sobre o labor pessoal» falou sobre a sua experiência.

«Levar a cabo uma carreira de investigação, aspirando simultaneamente a dedicar o melhor do seu esforço à vida universitária» — eram os objectivos. O último destes foi frustrado nos anos 40.

«Durante cerca de 31 anos, isto é, ao longo de dois terços da vida activa até ao dia de hoje, encontrei-me totalmente isolado no aspecto da pesquisa e construção teóricas, completamente despojado — inclusive pela impossibilidade de ter acesso às bibliotecas e outros meios especializados das universidades — foi-me inclusive vedado realizar qualquer dos

múltiplos colóquios, para que os estudantes me convidaram, em instalações universitárias.

Na segunda parte da sua reflexão Armando Castro debruçou-se sobre «as lições de pouco menos de meio século de trabalho de investigação». Ele quis fornecer aos trabalhadores intelectuais mais jovens indicações de horas de um esforço que se poderia ter evitado, permitindo avançar com muito maior economia de meios e sem um trabalho dispendido em vão.

Estas «indicações» constituem um todo indissociável. E são as «indicações» de um pioneiro das ciências sociais tomadas na sua globalidade. Por isso o «Avante!» vai transcrevê-las na sua edição próxima. Não queremos, no entanto, deixar de referir uma confissão que Armando Castro fez no final da sua última (?) lição: «Se o sonho do

porvir não nos deve fazer cair num porvir de sonho, estou certo de não ser vítima de semelhante ilusão ao afirmar meu «optimismo probabilista»: visionar um mundo em que a fome tenha sido extirpada da superfície do Planeta, em que tenham sido erradicados os obstáculos que impedem o pleno florescimento da personalidade dos actuais mais de quatro mil milhões de nossos semelhantes; conceber um mundo em que tenham sido banidos para sempre os perigos mortais do holocausto nuclear ou da destruição através das guerras bacteriológicas e químicas e seja defendido o ecossistema.» Por isto Armando Castro afirmou poder partir penetrado de «saudades do futuro». Nós ficamos já com saudades da próxima edição do «Avante!» e das «lições de pouco menos de meio século de trabalho de investigação» de Armando Castro.

Internacional

Angola

Lei da amnistia assinala aniversário de luta

O vigésimo oitavo aniversário do início da luta armada de libertação nacional de Angola contra o colonialismo português, o histórico 4 de Fevereiro de 1961, foi assinalado este ano em Angola sob o signo da paz e da harmonização nacional, com a entrada em vigor da nova lei da amnistia.

Esta legislação vem aprofundar a política de clemência que vigora em Angola há dez anos, e aplicar-se-á durante doze meses aos crimes cometidos no interior e exterior do país por cidadãos angolanos que, directa ou indirectamente e de forma organizada tenham promovido, incitado ou praticado a violência e a subversão contra a unidade e a integridade territorial de Angola.

A lei aplica-se igualmente àqueles que anteriormente à data da sua entrada em vigor se tenham apresentado voluntariamente às autoridades angolanas, comprometendo-se a renunciar à violência e a respeitar a lei constitucional e demais legislação em vigor em Angola.

Foi neste âmbito que as cerimónias do 4 de Fevereiro incluíram a libertação, de uma cadeia de Luanda, de um grupo de pessoas detidas sob acusação de acções contra a segurança do Estado.

De salientar que a lei da amnistia, aprovada em 24 de Dezembro último pela Comissão Permanente da Assem-

bleia do Povo (parlamento angolano) especifica ser ao Governo que cabe garantir as condições de recepção e reintegração social dos cidadãos amnistiados, que para tal se devem apresentar aos órgãos do Estado.

«No exterior do país — refere o texto da lei — a apresentação deverá ser feita directamente nas representações diplomáticas e consulares da República Popular de Angola ou através das organizações internacionais e de outros intermediários que para o efeito estabeleçam contactos com o Governo de Angola».

No âmbito da presente le-

gislação foi ainda aprovada, na passada quinta-feira, a lei sobre os órgãos do Estado a que cabe apoiar e executar as medidas de reintegração social dos que a ela se submetem.

Neste clima de pacificação social, desde a primeira hora no cerne das preocupações das autoridades angolanas, assume particular importância o cumprimento dos acordos globais de Nova Iorque para a paz na África Austral. Pela sua parte, Angola está a tomar medidas de carácter interno no sentido de cumprir escrupulosamente com as obrigações a que se vinculou, como de novo salientou o ministro angolano das Relações Exteriores, Pedro de Castro Van-Dunem «Loy».

Falando em nome do chefe de Estado, José Eduardo dos Santos, na sessão inaugural da conferência consultiva da SADCC realizada na semana passada em Luanda, o ministro disse esperar que o «bom senso e a boa-fé que norteou o processo de negociações prevaleçam para todas as partes envolvidas nos

compromissos que assumiram».

Na ocasião, o ministro reiterou o apelo do governo angolano à comunidade internacional no sentido de esta apoiar financeiramente o custo da retirada das tropas internacionalistas cubanas de Angola, calculado em cerca de 800 milhões de dólares.

Clima de paz favorece SADCC

De apoios financeiros e de cooperação tratou justamente a Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC) em que participaram, para além dos nove países membros, trinta e três agências e organismos internacionais e trinta e sete países financiadores.

De acordo com todas as informações disponíveis, a Conferência saldou-se num verdadeiro êxito, uma vez que o clima de paz resultante dos acordos de Nova Iorque fez aumentar significativamente os interesses dos financiadores estrangeiros pelos investimentos em Angola, com particular destaque para a CEE e dos países nórdicos, os principais financiadores de projectos e programas da SADCC.

Neste contexto, cabe salientar os passos importantes dados no sector dos transportes com os programas de reactivação dos «corredores» da Beira e do Lobito, para cuja primeira fase, de 450 milhões de dólares foi já assegurada a verba de 300 milhões de dólares; a criação de um fundo nórdico/SADCC, denominado «Norsad» com um montante inicial de 32 milhões de dólares destinado essencialmente ao sector agro-industrial; e ainda a assinatura, entre outros, de um protocolo de cooperação no domínio cultural entre os países nórdicos e o SADCC que prevê o financiamento de actividades culturais na região.

No fundo a comprovação — se havia necessidade disso — de como a desestabilização e a guerra são obstáculos ao desenvolvimento e de como a paz, ou a perspectiva de paz, é fundamental para o progresso.

Marcada cimeira sino-soviética

Mikhail Gorbachov efectuará uma visita oficial à China, de 15 a 18 do próximo mês de Maio. É a primeira cimeira sino-soviética desde há 30 anos. A última realizou-se em 1959, quando Mao Ze Dong e Nikita Krushchev se encontraram em Pequim.

Esta cimeira surge como o culminar de um processo de reaproximação entre os dois países, que data de 1982, quando se iniciou a prática de consultas políticas anuais entre a União Soviética e a China.

Em 1983, reinicia-se o comércio fronteiriço; em 1984 os encontros anuais dos ministérios dos Negócios Estrangeiros dos dois países, à margem das Assembleias Gerais da ONU.

Em 1985, já com Gorbachov como secretário-geral do PCUS, é assinado um tratado intergovernamental de comércio para o período de 1986-90. Em 1987, a URSS retira efectivos militares da Mongólia. São reatadas as conversações sobre os problemas fronteiriços.

Em 1988, em entrevista ao jornal chinês «Liao Wang», Gorbachov propõe uma cimeira sino-soviética. Neste mesmo ano outras iniciativas contribuem para a aproximação entre os dois países. São assinados os acordos de Genebra sobre o Afeganistão. O ministro de Negócios Estrangeiros da China visita a União Soviética, sendo então decidida a realização da cimeira, agora com data marcada. Gorbachov anuncia reduções nas FFAA soviéticas. 200 mil homens serão desmobilizados na parte asiática da URSS.

Relativamente ao programa da cimeira, o ministro soviético dos Negócios Estrangeiros, Chevardnadze, em visita oficial à China, afirmou que tal programa deverá abranger «o desarmamento em todas as frentes, da nuclear à química e convencional, a segurança na Ásia, a solução de conflitos regionais e a cooperação internacional nos esforços para combater fenómenos de crise global».

Partidos anti-apartheid, unem-se na África do Sul

Os três principais partidos anti-apartheid brancos fundiram-se numa nova organização, o Partido Democrático.

A criação deste novo partido culmina semanas de conversações entre os dirigentes do Partido Federal Progressista, Partido Independente e Movimento Democrático Nacional. O lançamento formal do Partido Democrático deverá ocorrer num congresso marcado para 8 de Abril, em Joanesburgo.

Nas eleições legislativas de Maio de 87 (só para brancos), os partidos que agora se fundem alcançaram no conjunto 24% dos votos. O objectivo seria concentrar e fazer aumentar esta votação, em confronto com as posições obtidas pela extrema-direita no Parlamento.

Entretanto, em Harare, capital do Zimbábue, realizou-se uma conferência de 5 dias entre 30 advogados sul-africanos brancos e representantes do Congresso Nacional Africano (ANC). O encontro terminou com um apelo a negociações com a participação do ANC, para pôr termo ao apartheid. O comunicado conjunto refere que as duas delegações chegaram a consenso em relação a uma nova ordem constitucional, uma carta de direitos e um poder judicial independente numa África do Sul futura que seria «um Estado unido, democrático e não racial, assente sobre o sufrágio universal e o sistema multipartidário».

Jugoslávia, LCJ marca congresso extraordinário

O Comité Central da Liga dos Comunistas da Jugoslávia (LCJ), terminou os seus trabalhos com a decisão de preparar a realização de um Congresso extraordinário, cuja realização se prevê para o fim deste ano.

Esta decisão da direcção da Liga dos Comunistas da Jugoslávia, prende-se com a situação muito difícil que hoje o país atravessa, e em que se destacam problemas maiores, no plano socioeconómico, como a enorme inflação, a instabilidade laboral e desemprego, o peso da dívida externa. Nestes mesmos dias foram anunciados novos aumentos de preços.

De par destes graves problemas socioeconómicos, e com elas interligados, agudizam-se tensões nacionalistas, em que a região de Kosovo, de maioria albanesa, e particularmente atrasada, surge como um ponto de fixação de problemas mais gerais, que na verdade abarcam todo o país.

Após uma importante reunião do CC da Liga dos Comunistas da Jugoslávia, realizada em Outubro de 88, o Parlamento federal aprovou uma primeira etapa de uma reforma que toca à partida cerca de um terço dos artigos da Constituição. A economia de mercado, no quadro do socialismo, é programada; o papel das empresas autogeridas é reforçado; o direito à greve oficialmente reconhecido. Paralelamente é organizado um programa social e de formação.

Mas de momento o que ressalta é a situação de crise. Sem que se tenha esboçado qualquer tendência clara de melhoria da difícil situação que atravessa a Jugoslávia socialista.

Trabalhadores gregos em luta

Os trabalhadores gregos realizaram dia 2 uma greve que abrangeu a quase totalidade das actividades económicas do país. A greve surge como protesto contra a política económica do governo de Papandreu.



Os laços de solidariedade entre Angola e Cuba, simbolizados no abraço da jovem angolana a Fidel Castro, abriram o caminho para a paz no sudoeste de África

Kampuchea, a paz possível

O povo do Kampuchea está a construir, de forma sistemática, as bases da paz para o seu país. Bases que estão também no próprio desenvolvimento socioeconómico, que se afirma como uma realidade geralmente reconhecida, dez anos passados sobre o derrube do regime genocida de Pol Pot. O país atingiu agora o nível de autoabastecimento alimentar no que respeita a um produto básico — o arroz.

Mas o trabalho mais sensível — e decisivo — neste mo-

mento, desenvolve-se no plano diplomático. E aqui os êxitos são notáveis.

O primeiro-ministro da República Popular do Kampuchea, Hun Sen, concluiu nestes dias uma visita (não oficial embora) à Tailândia, e que ele próprio qualificou como «um êxito de amplitude inesperada». É a primeira visita realizada desde a própria fundação da RP do Kampuchea (RPK). Em debate estiveram as relações económicas bilaterais e a regulamentação da questão dos de-

nas de milhar de cambodjanos refugiados na fronteira khmero-tailandesa. Entretanto, o chefe de governo de Bangkok lançou um apelo às diferentes partes cambodjanas para superarem os seus desentendimentos.

No próximo dia 19 de Fevereiro deverá realizar-se um encontro em Djakarta, em que todas as partes em causa garantiram já a sua presença, menos o príncipe Sihanuk, que entretanto se viu constringido a anunciar que aceitará qualquer acordo que

seja alcançado durante as conversações.

No passado dia 6 de Janeiro, quando do 10.º aniversário da RPK, Hun Sen disse que as tropas vietnamitas deverão sair do país até fins de Setembro deste ano, sendo admitido pelos países da região (nomeadamente a China) que esta saída se liga a uma suspensão de qualquer auxílio à oposição armada.

Assim se esboça o quadro para que a paz seja finalmente possível no Kampuchea.

Internacional

Paraguai

O ditador foi derrubado há que acabar com a ditadura

O mais velho ditador da América Latina, Alfredo Stroessner, foi derrubado na passada sexta-feira por um golpe de Estado liderado pelo general Andrés Rodríguez que assumiu interinamente a presidência do Paraguai.

As primeiras reacções ao golpe de Estado foram de inequívoca alegria. Passados os momentos de confrontação entre fiéis e opositores de Stroessner, de que resultaram cerca de trezentos mortos, a população paraguaia saiu à rua em manifestações espontâneas para celebrar a queda do ditador, mesmo antes de se saber quais os objectivos dos militares revoltosos, todos eles profundamente ligados com o próprio regime.

Uma questão está no entanto presente em todos os espíritos: o ditador caiu — e a ditadura?

No seu discurso de investidura o general Andrés Rodríguez, que apoiou activamente o ditador deposto até ao momento em que o partido do Poder, o Partido Colorado, se dividiu em duas facções em 1987, afirmou estar disposto a reinstaurar a democracia no Paraguai, respeitar os direitos humanos e cívicos de todos os cidadãos e realizar eleições gerais dentro de 90 dias.

Nada disto porém é garantia de uma efectiva transição para a democracia, como a experiência dos últimos trinta e cinco anos no país o demonstra.

Desde que chegou ao poder, no golpe de Estado de 1954, Stroessner sempre tentou dar ao seu regime uma aparência de democracia. No Paraguai funcionava uma Constituição, um parlamento, partidos políticos, eleições, jornais de «oposição» e «pluralismo» de opinião.

Só que tudo não passava de uma imensa farsa.

O ditador, a que os documentos oficiais chamavam «o presidente da paz» e a «estrela luminosa do renascimento do país», forjou um cenário em que nada foi deixado ao acaso. Criou um partido — o Partido Colorado —, alterou a Constituição para dar cobertura «legal» à sua política, permitiu a existência de partidos políticos de «oposição» sob a tutela do regime, fez funcionar a censura,

promoveu diversos actos eleitorais fraudulentos de que sempre saiu vencedor.

Os direitos humanos no Paraguai tornaram-se letra morta. Às forças progressistas, e em especial aos comunistas, não restaram mais alternativas do que a prisão ou o exílio. Mais de meio milhão de paraguaios foi forçado a viver fora do país quer por motivos políticos quer por razões de ordem económica.

Derrubado do Poder quando contava quase oitenta anos, Stroessner, que já se encontra no Brasil, ficará na história do seu país como o protector de criminosos nazis da II Guerra Mundial a quem nunca recusou asilo, o dirigente de um regime assente na tortura e nas perseguições políticas, o responsável pela degradação social e económica do Paraguai.

Nos seus trinta e cinco anos de Poder, o velho ditador transformou o país numa sucursal das multinacionais, entregando mais de 50 por cento das terras do país ao capital estrangeiro, em particular inglês e norte-americano. Ao mesmo tempo, o Paraguai transformou-se num dos maiores centros mundiais do contrabando de drogas, armamento e prostituição, o que o próprio Stroessner afirmava ser «o preço da paz».

A degradação do regime

A repressão interna, aliada às crescentes dificuldades económicas, provocaram a partir de 1986 uma nítida mu-



O derrube de Stroessner, no Paraguai, abre caminho a mudanças políticas e sociais de que o país bem necessita, mas não é ainda uma garantia de retorno à democracia

dança no Paraguai, primeiro sintoma da incapacidade da ditadura em continuar a dominar a situação.

No «país do medo», onde a população tinha sido domesticada em silêncio — em mais de trinta anos de regime passaram mais de 360 mil pessoas pelos cárceres da ditadura — os sinais da revolta não podiam ser ignorados. Os sindicalistas comemoraram o 1.º de Maio, os estudantes manifestaram-se em protesto contra o assassinio de um dirigente estudantil, médicos e enfermeiras fizeram greve, jornalistas ignoraram a censura, operários e camponeses manifestaram-se nas ruas pela democracia e melhores condições de vida.

Corria o ano de 1986 e a dívida externa do país, de quatro milhões de habitantes, atingia já os 15 mil milhões de dólares, absorvendo cerca de 80 por cento das receitas provenientes da exportação.

No mesmo ano, as distensões no seio do partido do Poder — o Colorado — tornam-se evidentes, agudizam-se as divisões entre «activistas» e «tradicionais». Os pri-

meiros a apoiar sem reservas o ditador e os segundos a exigir alterações que respondam às aspirações dos novos quadros menos ligados à política militarista.

Dois anos depois, a «reeleição» de Stroessner para o seu oitavo mandato presidencial é denunciada como mais uma farsa, tanto pela Igreja católica como pelos partidos da oposição.

Na ocasião, o Partido Comunista Paraguai, o mais reprimido pela ditadura, assinala o seu 59.º aniversário com um apelo à mobilização popular na luta pela democracia.

Classificando o regime fascista que vigora no Paraguai, o referido documento considera que «o traço característico do fascismo local é o poder terrorista nas mãos dos agentes das transnacionais capitalistas, cujos interesses estão entrelaçados com o chamado capital fraudulento proveniente do tráfico de drogas, do contrabando, do tráfico de armas, da acumulação selvagem de fortunas e lucros na base da exploração do nosso povo trabalhador e no saque das enormes riquezas naturais do nosso país».

É demasiado cedo para se poder afirmar que a consciência de uma tal situação não foi estranha ao actual golpe de Estado. Em especial tendo em consideração que foram os próprios militares, que nos últimos trinta e cinco anos apoiaram a ditadura, a conduzi-lo.

No entanto, importa não esquecer que a dinâmica de processos como este ultrapassa muitas vezes os objectivos iniciais que os presidentes tinham em consideração que foram os próprios militares, que nos últimos trinta e cinco anos apoiaram a ditadura, a conduzi-lo.

O ditador paraguaio foi derrubado, há agora que garantir o fim da ditadura. A luta de massas, a acção de todas as forças progressistas, será fundamental para que a democracia se torne realidade.

Cimeira norte-africana

Realiza-se de 15 a 17 deste mês, em Marraqueche, o segundo encontro dos Chefes de Estado dos cinco países da África do Norte, segundo informou o Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação de Marrocos.

Na próxima cimeira, os dirigentes da Argélia, Marrocos, Mauritânia, Tunísia e Líbia vão analisar a possibilidade de criação de uma associação político-económica regional, dando assim continuidade aos contactos a este nível iniciados em Julho passado, em Argel.

A nova iniciativa, refere o porta-voz marroquino, tem por base os resultados positivos dos trabalhos das comissões especiais integradas por representantes dos cinco países, que se norteiam pelo desejo de «edificar um Magrebe árabe».

Cooperação para a paz

O estabelecimento da paz na América Central deve ser um objectivo ineludível de cooperação entre os povos democráticos da Europa e da América — afirma-se na resolução política aprovada no final da reunião que reuniu na Costa Rica parlamentares da CEE e da América Latina.

A reunião interparlamentar, de cinco dias, foi considerada pelos participantes como bastante frutuosa, já que apesar da diversidade de posições políticas presentes existe uma vontade comum de aprofundar os laços de cooperação.

A crescente aproximação entre as duas partes e a cada vez mais activa intervenção europeia na América Latina, está ainda longe de ser um tema pacífico, conhecida que é a desconfiança norte-americana neste domínio, a quem não interessa ver reduzir a hegemonia e capacidade de manobra que detém no subcontinente. No entanto, apesar das atitudes cautelosas, os parlamentares avançaram com a aprovação de 50 resoluções em nove áreas sendo de destacar a importância dada à resolução pacífica dos problemas latino-americanos, numa crítica im-

plicita à política belicistas de Washington. Tanto assim é que a declaração final consagra a vontade de desenvolver «uma acção constante de toda a América Latina e da Europa para o triunfo absoluto da democracia e o fim dos regimes militares».

De salientar também o facto de a reunião da Costa Rica defender o direito da América Central a procurar «os meios e as vias para a solução dos seus conflitos, sem intervenção estrangeira», o que é considerado como um claro recado à administração Bush.

ANO 43 - N.º 15 - 15 DE FEVEREIRO DE 1989 - PORTUGAL
Profissionais de todos os países - UNIP 1989

Avante!
Órgão Central do Partido Comunista Português

«Camaradas:

A persistente repressão que vimos sofrendo por parte do governo, apoiado em forças mercenárias, que têm como único objectivo a satisfação da sua vaidade, o brilho dos seus galões, sem a menor consciência pela dor e pela miséria que o povo sofre, levou o PCP a desenvolver uma maior acção revolucionária dispondo-o a lutar, sem desânimo, pelos sagrados direitos do proletariado português.

Impossibilitado de falar ou de escrever por uma censura estúpida, draconiana e caprichosa; perseguido, por toda a parte, ao menor pretexto, sem pretexto até; o povo, cada vez mais, vexado e explorado, debatendo-se contra a miséria proveniente do descarado domínio de uns tantos senhores, que detêm a riqueza e o poder político; e as injustiças, que são a característica de Portugal no momento presente — o povo, dizemos, vê-se obrigado a multiplicar as suas forças, a fim de terminar, violentamente, com tudo quanto contribui para a sua miséria.

O PCP não pode permitir, com a sua passividade, que as colónias se encontrem pejudicadas de deportados, considerados indesejáveis em face das suas ideias políticas; que os parentes chorem por mais tempo os entes queridos que morrem na deportação, ou de fome; que o contribuinte continue suportando os impostos governamentais para recepções a reis que nunca chegam, ou para manter um exército decorativo e impotente.

Impõe-se-nos o dever de protestar contra o desenvolvimento das forças policiais, organizadas tão simplesmente para assassinar os trabalhadores indefesos, que não cometem outro delito que não seja o de pedir pão para si e para sustentar os seus.

Um órgão na imprensa se nos tornava indispensável para denunciar ao povo português todas as tropelias, todas as maldades e todos os crimes que contra ele se praticam diariamente. Esse órgão será o «Avante!» que surge da sombra da clandestinidade, mas que iluminará o caminho que o proletariado português deverá seguir para alcançar o poder político e económico do país, para alcançar a sua emancipação. (...).

(«Ao proletariado de Portugal» — «Avante!», Ano 1, Número 1, 15 Fevereiro 1931)

AVANTE!

«Tinham razão esses camaradas [fundadores do «Avante!]. Nos 40 anos da sua difícil mas gloriosa caminhada, o «Avante!», transmitindo a linha do Partido Comunista, as suas palavras de ordem de combate e conselhos, não poucas vezes iluminou o caminho da luta que a classe operária, as massas trabalhadoras da cidade e do campo, a juventude trabalhadora e estudantil, as mulheres, os intelectuais progressistas seguiram por melhores condições de vida e de trabalho, por salário igual para trabalho igual, pela liberdade de pensamento e contra a censura, contra a repressão e pela amnistia, pelas liberdades fundamentais, pela paz, pelo socialismo. (...)

(«Viva o 40.º aniversário do «Avante!» — «Avante!», VI Série, n.º 426, Fevereiro 1971)

Em Foco

Avante!

Ano 58 - Série VII
N.º 789

9 de Fevereiro de 1989

3.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

JORNADA NACIONAL DE ESCLARECIMENTO

CDU

nas
autarquias

uma
obra realizada
um
projecto de futuro



CDU

no Parlamento Europeu

uma
política nacional
para
enfrentar 1992

Ao encontro dos portugueses

CDU nas autarquias

FEVEREIRO 89

Unidade para alternativa à direita

CDU:

É a única maioria em 41 Câmaras Municipais - em 41 das quais com maioria absoluta.

Tem maioria em 107 Câmaras Municipais - mais 61 para ser maioria absoluta em maio.

1 maioria em 355 Assembleias de Freguesias

Tem um total de 1882 assentos em Assembleias Municipais de 225 concelhos - mais de 70% do total dos concelhos do país.

Participa nas Assembleias de 776 freguesias com 186 assentos, para além daqueles em que a CDU majorita.

Nas eleições de maioria CDU

teve em 30% do território nacional.

Produziu 18% do Produto Bruto Nacional.

Tem 17% da população do país.

Em 1988 realizou-se eleições de eleições suplementares para assegurar, muitas das quais devido à criação de novas freguesias.

No segundo semestre, por exemplo, realizaram-se eleições, das quais a CDU ganhou 21 em 42 concelhos absolutas. Nos hospitais municipais a CDU obteve a maioria absoluta em 42,9% nos municípios de 1988 para 51,4%. Tal como nas eleições autárquicas anteriores, estes resultados confirmam o apoio das populações para obra realizada nos anos que precederam a actualidade.

A CDU é uma criação de dois partidos, o PCP e «Os Verdes», com a participação da Associação «Intervenção Democrática» e de numerosos desportistas e independentes. Mereceu um enorme prestígio e de um árduo trabalho, caracterizado pela honestidade e a competência. A CDU prepara activamente a sua intervenção no Parlamento Europeu, que se realizará em Junho e nas eleições locais em Maio.

No Parlamento Europeu os deputados da CDU elegerão e prosseguirão a sua intervenção activa na defesa dos interesses dos trabalhadores, dos jovens, das mulheres, dos emigrantes e do desenvolvimento equilibrado e harmonioso do país, pelo reforço dos financiamentos da CEE e pela sua melhor aplicação. Nas autarquias, a CDU vai prosseguir o seu trabalho de resolução dos

problemas do povo, os que afectam os sectores de que depende o desenvolvimento económico, estimulando o controlo popular do poder, criando condições para a realização, responsável, que sejam respeitadas as necessidades dos cidadãos, fazendo melhorar as condições de vida no plano

O apoio e o voto na CDU será a melhor forma de resistir à alternativa democrática capaz de assegurar a justiça social para livre, democrática e independente.

Estas decisões de maioria de votos. A unidade que se irá estabelecer com o PSD em conjunto com a Coligação CDU, o apoio e o voto na CDU será a melhor forma de resistir à alternativa democrática capaz de assegurar a justiça social para livre, democrática e independente.

Entre as decisões de maioria de votos. A unidade que se irá estabelecer com o PSD em conjunto com a Coligação CDU, o apoio e o voto na CDU será a melhor forma de resistir à alternativa democrática capaz de assegurar a justiça social para livre, democrática e independente.

Entre as decisões de maioria de votos. A unidade que se irá estabelecer com o PSD em conjunto com a Coligação CDU, o apoio e o voto na CDU será a melhor forma de resistir à alternativa democrática capaz de assegurar a justiça social para livre, democrática e independente.

Entre as decisões de maioria de votos. A unidade que se irá estabelecer com o PSD em conjunto com a Coligação CDU, o apoio e o voto na CDU será a melhor forma de resistir à alternativa democrática capaz de assegurar a justiça social para livre, democrática e independente.

Entre as decisões de maioria de votos. A unidade que se irá estabelecer com o PSD em conjunto com a Coligação CDU, o apoio e o voto na CDU será a melhor forma de resistir à alternativa democrática capaz de assegurar a justiça social para livre, democrática e independente.

Entre as decisões de maioria de votos. A unidade que se irá estabelecer com o PSD em conjunto com a Coligação CDU, o apoio e o voto na CDU será a melhor forma de resistir à alternativa democrática capaz de assegurar a justiça social para livre, democrática e independente.

Entre as decisões de maioria de votos. A unidade que se irá estabelecer com o PSD em conjunto com a Coligação CDU, o apoio e o voto na CDU será a melhor forma de resistir à alternativa democrática capaz de assegurar a justiça social para livre, democrática e independente.

Entre as decisões de maioria de votos. A unidade que se irá estabelecer com o PSD em conjunto com a Coligação CDU, o apoio e o voto na CDU será a melhor forma de resistir à alternativa democrática capaz de assegurar a justiça social para livre, democrática e independente.

CDU informação

em defesa de Portugal no Parlamento Europeu

Dois cartazes, um folheto sobre as autarquias e outro sobre o Parlamento Europeu são os materiais da jornada nacional de informação e esclarecimento que a Coligação Democrática Unitária (CDU) promove neste fim-de-semana que se aproxima.

Milhares de activistas estarão na rua para levar aos portugueses a informação e o esclarecimento sobre o significado das duas batalhas eleitorais deste ano de 1989 (as eleições para o Parlamento Europeu e para os órgãos autárquicos) e das posições que a CDU assume ao avançar com determinação para essas lutas. O trabalho dos seus eleitos nas Câmaras e Assembleias Municipais, e nas freguesias, e também no Parlamento Europeu deve ser conhecido dos portugueses. Assim como as propostas e os objectivos da CDU para o futuro do País e para a unidade dos democratas.

Por tudo isso a CDU está na rua neste próximo fim-de-semana. Nos mercados e feiras. Junto aos transportes. Nos recintos desportivos. Nos locais de maior concentração. Montando bancas. Avançando para os porta-a-porta. Numa palavra: indo ao encontro dos portugueses.

Coligação Democrática Unitária
uma obra
realizada
um projecto de

JORNADA NACIONAL DE ESCLARECIMENTO

Duas batalhas

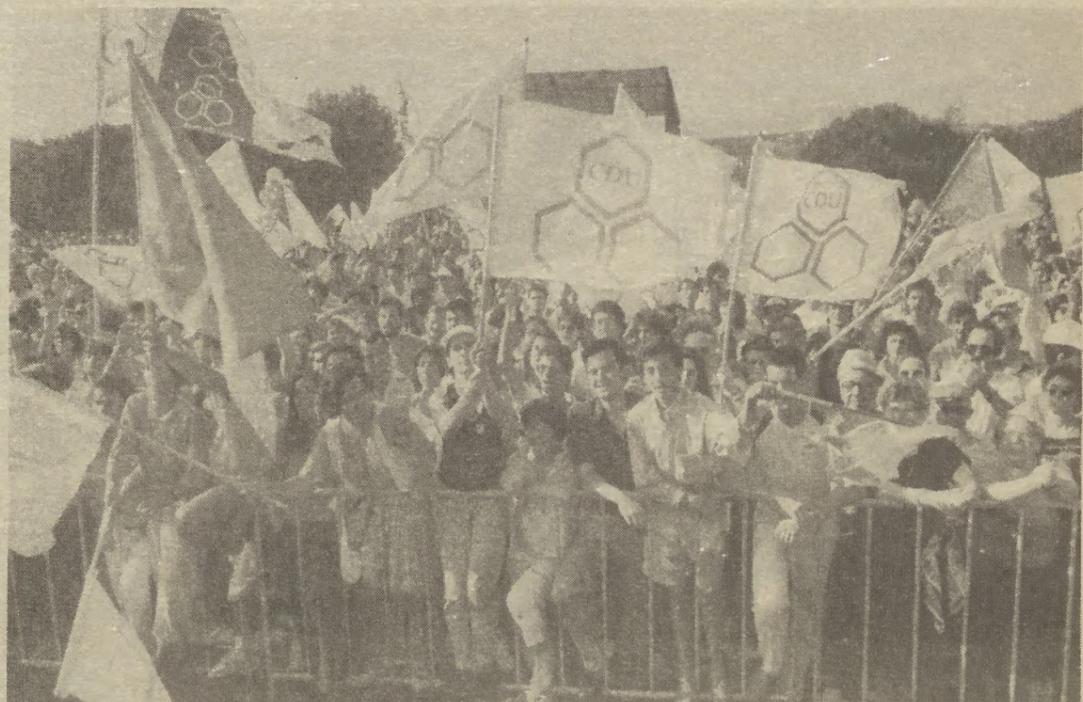
A CDU é uma coligação de dois partidos, o PCP e «Os Verdes», com a participação da Associação «Intervenção Democrática» e de numerosos democratas e independentes. Herdeira de um enorme prestígio e de um intenso trabalho, caracterizado pela honestidade e a competência, a CDU prepara activamente a sua intervenção nas eleições para o Parlamento Europeu, que se realizarão em Junho, e nas eleições autárquicas que se realizarão em Dezembro de 1989.

No Parlamento Europeu os deputados que a CDU eleger vão prosseguir e levar mais longe a sua intervenção activa na defesa dos interesses dos trabalhadores, dos jovens, das mulheres, dos emigrantes e do desenvolvimento equilibrado e harmonioso do País, pelo reforço dos financiamentos da CEE e pela sua melhor aplicação.

Nas autarquias, a CDU vai prosseguir o seu trabalho de resolução dos problemas do povo, cooperando com todos os que tenham o mesmo objectivo, estimulando a participação e o controlo popular do exercício do poder local, prestando contas do trabalho realizado, respeitando e lutan-

do para que sejam respeitados os direitos dos cidadãos, fazendo ainda mais para melhorar as condições de vida das populações no plano material e cultural.

Perante a recusa da unidade por parte de outras forças democráticas, a CDU afirma-se como a força empenhada na unidade para derrotar a direita, como a força que luta por abrir caminho à conquista de uma unidade mais vasta e que já mostrou que pode defender os interesses nacionais no Parlamento Europeu e melhorar as condições de vida das populações através do trabalho nas autarquias. ■



Autarquias

Divulgar a obra realizada preparar o futuro

Muitos portugueses reconhecem e valorizam a acção da CDU nas autarquias do País. Muitos outros — por razões diversas — não estão ainda a par das potencialidades, das características e do valor da CDU. Porque 89 é ano de eleições autárquicas, porque o Poder Local é parte viva e essencial do regime democrático, porque o desenvolvimento das localidades e das regiões tem a ver com o desenvolvimento e o futuro do País, porque é necessário informar e esclarecer os portugueses, a Coligação Democrática Unitária arregaça as mangas e lança-se, no fim-de-semana que amanhã começa, nessa importante tarefa, que os trabalhadores e a população em geral irão certamente acolher com interesse.

No tocante às autarquias e às eleições de Dezembro, o jornal informativo que vai ser distribuído nesta campanha nacional de esclarecimento põe o acento tónico no vasto campo de unidade que a CDU esti-

mula e organiza e, naturalmente, na obra realizada e no seu projecto de futuro.

Informações diversas, apontamentos com números significativos, pequenas notícias e alguns aponta-

mentos sobre política de desenvolvimento, a Área Metropolitana de Lisboa e as iniciativas de âmbito sócio-cultural promovidas pelas autarquias CDU, entre outras peças, estão em foco no jornal de 4 páginas que a partir de amanhã circulará em todo o País.

Infra-estruturas

Outro apontamento do jornal comenta assim a questão das infra-estruturas básicas, em jeito de comparação:

As vantagens da gestão CDU são vividas diariamente em todas as autarquias em que as populações nos confiaram essa responsabilidade.

Nos municípios de maioria CDU temos vindo a construir uma base sólida, sendo bastante destacada a posição que ocupamos no panorama nacional quanto a infra-estruturas básicas.

Isso é reconhecido mesmo em estudos oficiais, onde se confirma que vão à frente os distritos onde é maior a implantação da CDU nas Autarquias.

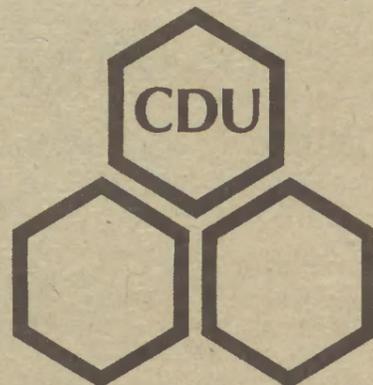
Estabelecendo uma classificação que tem em conta a cobertura assegurada à população em electricidade, redes de esgotos, água canalizada e recolha de lixo, na base de indicadores retirados da publicação da Direcção-Geral de Administração Autárquica, os distritos do Continente surgem assim ordenados:

Enquanto que em Setúbal 72% da população é servida por esgotos, 82% por água canalizada e 88% tem recolha regular de lixo, em Braga tais indicadores são respectivamente: 10%, 28% e 24%.

Naturalmente, os distritos de maior implantação CDU surgem nas primeiras posições.

São as populações que recolhem no seu dia a dia os benefícios da melhor gestão CDU.

Prosseguiremos a realização de infra-estruturas básicas, conservando as que existem, construindo novas, melhorando em permanência a sua qualidade e os métodos de trabalho, reforçando a importante intervenção que vimos concretizando nos domínios do combate à poluição e da higiene pública. ■



É a força maioritária em 46 Câmaras Municipais — em 44 das quais com maioria absoluta

Tem vereadores em 107 Câmaras Municipais — mais 61 para além daquelas onde está em maioria

É maioritária em 355 Assembleias de Freguesia

Tem um total de 1062 eleitos em Assembleias Municipais de 226 concelhos — mais de 70% do total dos concelhos do país

Participa nas Assembleias de 726 freguesias com 1586 eleitos, para além daquelas em que é a força maioritária

Nos concelhos de maioria CDU

Está 30% do território nacional

Produz-se 16% do Produto Bruto Nacional

Vive 17% da população do país ■

JORNADA NACIONAL DE ESCLARECIMENTO

A propósito de...

DESENVOLVIMENTO

Na perspectiva da CDU a componente económica do desenvolvimento constitui um elemento decisivo. Mas para haver desenvolvimento outros elementos essenciais devem também ser considerados. Por isso, o desenvolvimento deve ter um carácter integrado, abarcando aspectos como, por exemplo, a cultura, o desporto, o meio ambiente, a ocupação humana e organizada do território, a acessibilidade e os sistemas de transportes, a produção e o emprego, a ocupação dos tempos livres, a habitação, a defesa do património histórico e cultural, a protecção dos recursos naturais.

Nas autarquias a CDU tem actuado, na prática, dentro destes princípios políticos. Tem desenvolvido o diálogo e a cooperação com os actuais e potenciais intervenientes no desenvolvimento local e regional, numa perspectiva conforme aos interesses das populações. Os primeiros Planos Directores Municipais elaborados em Portugal partem da iniciativa das Câmaras CDU: Évora, Moita, Mora (1979/1982).

Em 1986 a Associação de Municípios do Distrito de Setúbal lança uma nova iniciativa pioneira no nosso país: a elaboração do Plano Integrado de Desenvolvimento para o Distrito de Setúbal (PIDDS). Em 1988 funda, com outras entidades, uma Sociedade de Desenvolvimento Regional. É também sócio fundador do Centro de Inovação Tecnológica de Setúbal. É um salto qualitativo importante, é uma nova fase que se inicia no processo de intervenção dos municípios no desenvolvimento regional e local, pela via do Associativismo.

As Associações de Municípios de Évora e Beja decidiram também, recentemente, iniciar a elaboração de Planos Integrados de Desenvolvimento Distrital. Pode acontecer, mas será incompreensível que o Governo responda com a indiferença ao enorme esforço de planeamento destes municípios que estão a criar uma base indispensável para o desenvolvimento das suas regiões.

Para a CDU o desenvolvimento deve ter também um carácter harmonioso – levar à prática este conceito significaria atender melhor ao interesse colectivo e permitiria inverter o processo de agravamento das desigualdades a vários níveis, incluindo as assimetrias regionais cada vez mais evidentes em muitas zonas do interior, onde a solução é a fuga das gerações mais novas para a periferia dos grandes centros urbanos onde, na maior parte dos casos, vão ser mais uma vez as vítimas de um crescimento desordenado que gera as difíceis condições de vida dos residentes das zonas suburbanas, particularmente nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto.

A CDU considera que o facto de (13 anos após a aprovação da Constituição da República) as regiões administrativas não terem ainda sido criadas se traduz em grandes atrasos e prejuízos para o desenvolvimento regional, sem o qual não há uma verdadeira política de desenvolvimento no nosso país. É aliás significativo que só 10 anos depois de o PCP ter apresentado na AR o primeiro projecto de lei de criação das Regiões Administrativas outros partidos, nomeadamente o PS e o PSD tenham tido idêntica iniciativa.

A direita é centralista. A política que tem sido levada a cabo ao longo de mais de uma década depois da Revolução de Abril pelos vários governos do PS, do PSD e do CDS,

A CDU, através da sua acção, nomeadamente nas autarquias, na Assembleia da República e no Parlamento Europeu, orienta-se partindo do princípio de que a participação e a intervenção activa dos cidadãos no processo de desenvolvimento (cujo destinatário deve ser o próprio cidadão), é condição essencial para que o desenvolvimento se dê e resulte em benefício das populações e do país.



O apoio e o voto da CDU será a melhor forma de resistir à política de direita e contribuir para a conquista de uma alternativa democrática capaz de assegurar a justiça social, o bem-estar e o desenvolvimento no quadro de um País livre, democrático e independente – esta uma das mensagens que no próximo fim-de-semana os activistas da CDU levarão a todo o País

tem sido a política da centralização em vez da descentralização do poder que a CDU defende, a qual aproxima as populações dos centros de decisão aumentando a sua participação nessas decisões.

Mas hoje, quando muitas decisões respeitantes à vida nacional são já tomadas em Bruxelas, com a conivência do Governo de costas voltadas para o povo e o País, ainda mais se justifica a auscultação, a

participação e a intervenção activa dos portugueses, das estruturas representativas dos trabalhadores, dos empresários, dos órgãos de poder local, no processo de desenvolvimento. ■

Em defesa do Poder Local democrático

O Poder Local Democrático é uma conquista de Abril profundamente enraizada no nosso regime democrático de que é fruto e forte sustentáculo. Perante os sucessivos ataques que visam reduzir a sua autonomia e colocá-lo numa posição de crescente dependência em relação ao Governo, o Poder Local Democrático tem conseguido resistir. A acção coerente dos eleitos da CDU nas Autarquias locais, na Assembleia da República, na Associação Nacional de Municípios Portugueses, mas sobretudo no aprofundar da ligação às populações, às suas organizações e a eleitos de outras forças políticas, tem sido esteio central na concretização do amplo movimento que tem garantido a permanência das características profundamente dinâmicas e inovadoras da nossa realidade autárquica.

No presente momento, em que reiteradas ameaças de desfiguração se fazem sentir sobre o Poder Local, a CDU, continuará a lutar pela sua defesa e aprofundamento, designadamente:

- **No domínio da revisão constitucional;** pela manutenção da democracia na eleição das Câmaras Municipais; pela instituição das Regiões Administrativas; pelo reforço das competências exclusivas da Assembleia da República na área do Poder Local; para assegurar que caiba aos Tribunais a aplicação de eventuais sanções por irregularidades praticadas por eleitos autárquicos.
- **No domínio das finanças lo-**

- cals,** para impedir que a reforma fiscal acarrete prejuízos para os municípios; para que futura revisão da Lei não venha eliminar o actual sistema de financiamentos que contribui para reduzir desigualdades entre os diferentes municípios; para que sejam reforçados os princípios de justiça, transparência e objectividade nos critérios de distribuição das verbas.
- **No domínio das atribuições das autarquias e das competências**

- dos seus órgãos,** por uma efectiva descentralização administrativa e pela obrigatoriedade de negociações entre o Governo e os Municípios para todas as novas competências (e não apenas encargos) a transferir para as autarquias locais.
- **Em relação aos estatutos das freguesias,** pelo reforço da sua capacidade, pela existência de eleitos a tempo inteiro nas Juntas de Fregue-

- sia,** pela melhoria da definição das suas competências e aumento das suas receitas.
- **Em relação à legislação** sobre a tutela, sobre o ordenamento e planeamento, sobre os recursos humanos, sobre os serviços das autarquias, pela participação dos eleitos locais na sua elaboração e pela recusa de tudo quanto venha enfraquecer a capacidade de acção e a autonomia

- do Poder Local.
- **No domínio da regionalização administrativa,** pela rápida instituição das regiões como elemento essencial da reforma democrática da nossa administração, contributo para o reforço da autonomia dos municípios, e passo importante na implementação em Portugal e condição imprescindível a um verdadeiro esforço de desenvolvimento regional. ■

Uma força para a unidade

Em 1988 realizaram-se dezenas de eleições suplementares para autarquias, muitas das quais devido à criação de novas freguesias. No segundo semestre, por exemplo, realizaram-se 36 eleições, das quais a CDU ganhou 21 (em 20 com maioria absoluta). Nas freguesias respectivas a CDU subiu a sua votação, passando de 48,9% nas eleições autárquicas para 51,4%. Tal como nas eleições autárquicas anteriores, estes resultados confirmam o apreço das populações pela obra realizada nas autarquias pelos comunistas e seus aliados.

Existem dezenas de municípios em que a direita tem

a presidência da câmara sem ter a maioria de votos. A unidade para derrotar a direita é uma aspiração de muitos democratas que só não se concretiza porque o PS a recusa, ao mesmo tempo que admite voltar a aliar-se com o PSD em algumas autarquias de maioria CDU ou noutras autarquias que o PS administra em coligação com a direita, e que teme perder para a gestão competente, honesta e democrática da CDU. Entre os municípios que estão nesta situação contam-se: Lisboa, Porto, Sinta, V. Nova de Gaia, Oeiras, Cascais, Coimbra, Guimarães, Covilhã, Tomar, Torres Novas. ■

JORNADA NACIONAL DE ESCLARECIMENTO

Parlamento
Europeu

Enfrentar 1992

1992 tem sido, de há uns tempos a esta parte, a pedra de toque da política governamental. Tudo se faz em função dessa data. 1992, o ano de entrada em vigor do Mercado Único Europeu, foi tido como o objectivo governamental. Hoje, e moderando o optimismo com que há uns meses falava, o próprio Primeiro-Ministro já não se mostra tão confiante quanto às possibilidades da economia portuguesa face à livre concorrência das indústrias estrangeiras.

Agora, para os responsáveis ministeriais, 1992 é apresentado já como um desafio que urge vencer.

Com a integração, as vozes da propaganda afirmaram pomposamente que os produtos portugueses iriam poder vingar num «mercado de 320 milhões de consumidores».

A prática mostra quão despropositada é esta frase. Em vez da expansão das mercadorias portuguesas, são as ofertas estrangeiras que invadem o nosso mercado interno.

Em vez da expansão, o retraimento. O défice da balança comercial de Portugal com a CEE cresceu **170 milhões de contos** desde a data da adesão, passando de 113 milhões em 1985, para 283 milhões em 1987.

E o Mercado Único, a livre concorrência, ainda não entrou em vigor. Para enfrentar 1992, diz um documento da CDU que será distribuído na jornada nacional de esclarecimento, é necessária «uma política nacional».

Política nacional essa que se deve definir «visando a defesa e promoção dos interesses e soluções nacionais nas condições da integração, e não a subordinação dos interesses nacionais à integração».

Para enfrentar 1992, é também «indispensável» a presença de deputados do PCP no Parlamento Europeu, onde «defendem intransigentemente Portugal e os portugueses na CEE, a produção nacional, os trabalhadores, a cultura e a língua portuguesa». ■



O reconhecimento da especificidade da agricultura portuguesa é um dos pontos por que têm lutado os deputados comunistas

É preciso continuar
para defender Portugal

Os deputados comunistas eleitos nas listas da CDU têm desenvolvido, ao longo destes três anos, um intenso trabalho em defesa dos interesses nacionais.

Através de dezenas de intervenções, perguntas à Comissão e ao Conselho, de um grande número de propostas de resolução, de emendas e aditamentos, da elaboração de relatórios e pareceres, e ainda da participação saliente em iniciativas internacionais, os deputados comunistas no Parlamento Europeu mostram, na prática, estar «comprometidos com Portugal e com o povo português».

Desde Janeiro de 1986, a sua actuação tem-se pautado pelo reconhecimento da especificidade da agricultura portuguesa, pela defesa das pescas e das indústrias de conservas portuguesas, pela procura de maior benefício para Portugal na aplicação dos fundos estruturais,

pela intervenção a favor da adopção de Planos Integrados para Portugal, pela procura de apoios face a prejuízos e catástrofes naturais e ainda por intervenções de apoio às indústrias nacionais e da produção nacional face à concorrência estrangeira.

No seu trabalho diário em Estrasburgo e Bruxelas, os deputados do PCP pugnam ainda pela defesa de ajuda comunitária efectiva à melhoria da rede ferroviária e rodoviária, pela procura de apoios à concretização do projecto do Alqueva, pela intervenção a favor de um efectivo apoio científico e tecnológico e também pela defesa do meio ambiente.

Sintetizando, os deputados comunistas têm pautado a sua actuação pela defesa dos interesses nacionais na CEE e face a países terceiros.

Esta acção estende-se à defesa dos interesses dos trabalhadores. Casos exemplares são os relatórios da autoria de deputados comunistas e aprovados no Parlamento Euro-

peu: um sobre a II fase do Programa COMETT, de cooperação entre as Universidades e as empresas e um outro para a uniformização dos abonos de família dos emigrantes.

Mas neste domínio, não se esgota aqui a sua actividade. Os deputados comunistas no Parlamento Europeu lançaram iniciativas contra os despedimentos na Siderurgia Nacional e na construção naval e, entre outras medidas, apresentaram propostas de adopção de medidas de protecção dos trabalhadores face ao mercado único.

«Defender intransigentemente Portugal e os portugueses na CEE, a produção nacional, os trabalhadores, a cultura e a língua portuguesa são objectivos prioritários dos deputados do PCP no Parlamento Europeu. Por isso, a sua acção é indispensável».

Imprescindível, é também «garantir e reforçar a sua acção nesta instituição da CEE». ■

Deputados comunistas
no Parlamento Europeu

• Defesa dos interesses nacionais na CEE face a países terceiros;

• Defesa dos interesses dos trabalhadores, do nivelamento pelo progresso das condições de trabalho e da justiça social;

• Acção prestigiada e eficaz no

plano internacional pela solidariedade, a cooperação, a Paz e o desenvolvimento, com participação saliente em numerosas acções, e iniciativas sobre os mais diversos assuntos;

• Participação activa no Parlamento Europeu sobre grandes debates travados no plano da CEE.

Trata-se de um trabalho intenso, competente e com resultados positivos, que tem de continuar e deve crescer, aumentando o número de deputados da CDU no Parlamento Europeu.

É importante para Portugal. ■

Três pontos
por Portugal

Nas Instâncias da CEE é necessário que Portugal adopte uma política patriótica e democrática. Uma política que assente fundamentalmente em três questões vitais para a soberania nacional.

• Procurar minorar as consequências negativas e os condicionamentos externos que pretendem impor às decisões nacionais;

• Defender uma firme atitude nacional, partindo do princípio que nada obriga Portugal a aceitar posições de Estado subalterno, de que o povo português deve manter e salvaguardar o seu direito a decidir do próprio destino e seguir os caminhos mais conformes com os seus interesses e aspirações;

• Utilizar a favor de Portugal todos os meios e possibilidades decorrentes da integração na CEE. ■



Aboim Inglez



Joaquim Miranda



Barros Moura

CDU
informaçãoem defesa
de Portugal
no Parlamento
Europeu

■ **Oscar Lopes**

Fernando Namora e meio-século de neo-realismo

Para além do atento estudo que merecem os seus dons de escritor, e que ficará para outra ocasião, seria no entanto imperdoável esquecer que Fernando Namora foi (suponho) durante largos anos o *best-seller* dos nossos romancistas, em tempo de muito menos vedetismo comercialmente organizado e profuso de prémios, e que, com Redol, Carlos de Oliveira e Gomes Ferreira (entre outros) personificou o chamado neo-realismo, fenómeno histórico-cultural que de há muito se pretende minimizar e até ridicularizar, já não é possível ignorar.

Perguntamo-nos: porque haverá agora tanta afectação de «não-presença» em relação ao neo-realismo, mesmo em intelectuais que se pronunciavam há 40 ou mesmo há 30 anos como «neo-realistas», alguns deles do modo mais ferrenho, para não dizer sectário? É que entre finais do decénio de 1930 (fase de apogeu do fascismo — colonialismo português e o nazifascismo mundial) e o 25 de Abril, cuja fundamental irreversibilidade histórica tanto desespera os seus pretensos coveiros, esse 25 de Abril cujas conquistas mais irredutíveis alguns justamente apodam de «neo-realismo político», — entre esse tempo da Guerra de Espanha e da Segunda Guerra Mundial e hoje cumpriu-se, quase sem se dar por isso, a mais importante revolução cultural da história portuguesa, medida em termos de consciência e de projecto nacionais de vida. Os neo-realistas da geração de Namora que ainda podem dar testemunho dessa revolução cultural

quase despercebida têm a obrigação de acordar a consciência do que isso foi (e tem sido), celebrando o semicentenário do movimento e contribuindo (e isto é o que mais importa) para uma reinterpretação mais actualizada, quer dizer, mais certa e elucidativa, do que significou a primeira emergência possível do marxismo na cultura portuguesa, e sobretudo na sua expressão mais funda, a consciência nacional.

Há meio século, a mais longa ditadura da tão inconsequente burguesia portuguesa (ela foi colonialista logo nas suas primeiras revoluções abortadas de 1817 e 1820-22!) — essa ditadura tinha definido os seus (novos) contornos fascistas. Antes houvera já os Cabrais, João Franco, Hintze Ribeiro, Sidónio, o autoritarismo militar de 1926. Mas, se se qui-

ser avivar o quadro grotesco do modo como cerca de 1936 esse autoritarismo se converteu em fascismo (na sua típica feição «imperial» e «folclórica»), basta ler o melhor de *O Ano da Morte de Ricardo Reis* de Saramago. Estava-se então no auge da última aventura expansionista-colonial, que não chegou aliás a durar um século, entre a partilha de África pela Conferência de Berlim de 1885, e o 25 de Abril de 1974. Vivia-se sob o signo do Acto Colonial, pouco depois da vergonhosa Exposição Colonial do Porto, um jardim zoológico para seres humanos, nossos irmãos, a tiritar de frio em aldeias de macacos.

Apesar de a melhor intelectualidade burguesa (Oliveira Martins, Alberto de Sampaio, Basílio Teles, Duarte Leite, António Sérgio, Jaime Cortesão, Lúcio de Azevedo, etc.) já ter denunciado aspectos portugueses das lutas históricas de classe, mesmo através de miragens idealistas, por vezes simultaneamente cínicas, como no caso de o racismo de Martins de Basílio Teles, — o que se discutia, em 1925-35, era ainda as bondades ou maldades dos Infantes, de D. João III, de D. Sebastião, dos Jesuítas e do Marquês de Pombal. Com raríssimas excepções (Fialho,

Raul Brandão, esse espantoso Aquilino, hoje também fora de moda já se sabe porquê, Ferreira de Castro), — as camadas populares não ascendiam à dignidade poético-literária ou estética, a não ser como comparas de quadros idílicos ou compungentes e até de glórias bélicas (Henrique Lopes de Mendonça, Júlio Dantas, etc.).

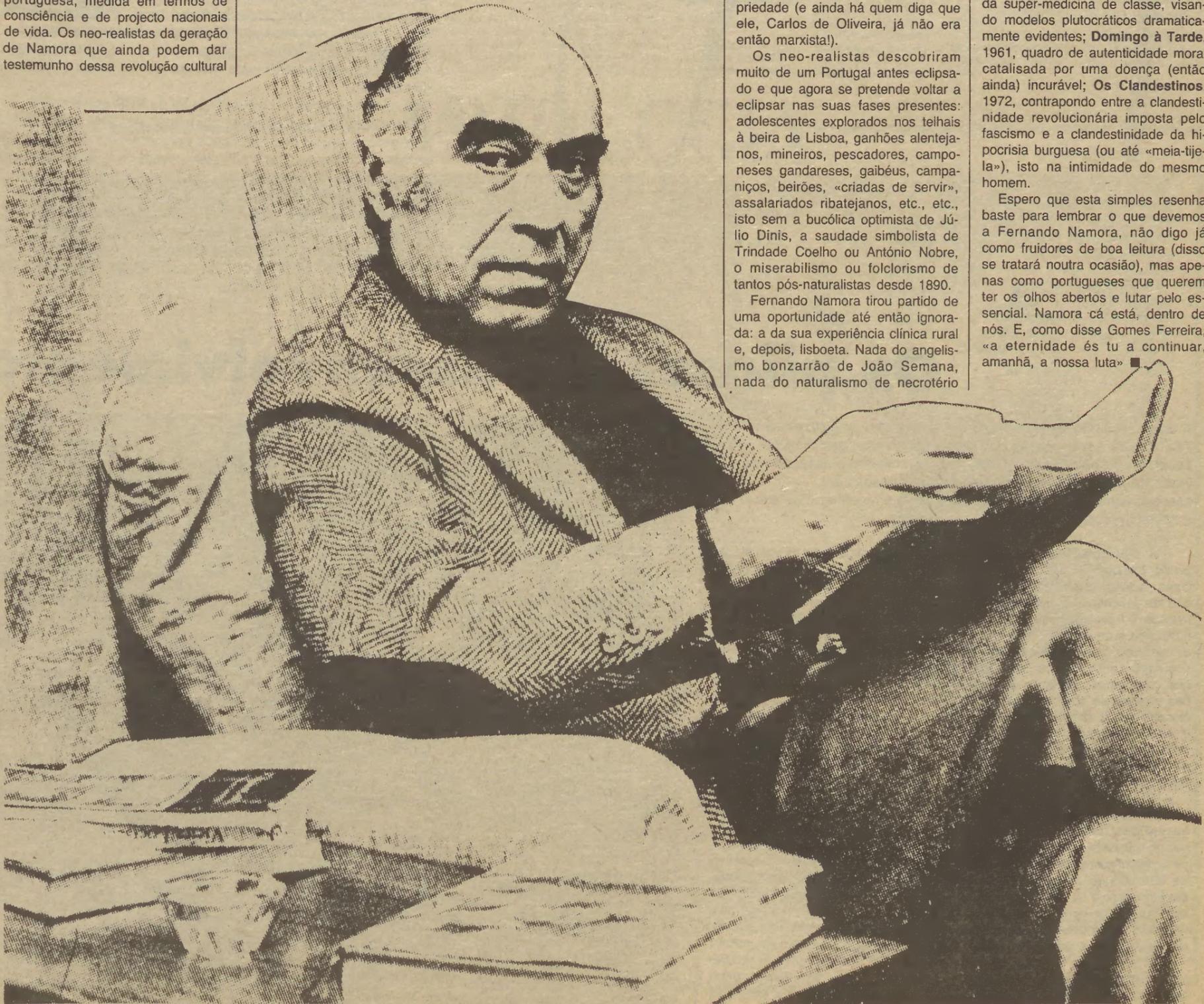
Não calhou que os neo-realistas fossem génios, nem mesmo marxistas bem conscientes (havia neles muito de positivismo lógico e até de velho positivismo, de sentimentalidade romântica, alguns traços aliás por vezes progressivos disso mesmo e de outras coisas, como da história geo-sociológica dos *Annales* e de Henri Pirenne, imagens e fraseologia de romances sobre o Nordeste brasileiro, ou realismo socialista vislumbrado a milhares de quilómetros de distância, etc.). A consciência marxista real custa tanto estudo, tanta experiência própria e alheia, exige uma sensibilidade tão difícil de afinar! Carlos de Oliveira só atingiu por finais dos anos 70, e quando produziu essa obra-prima, todavia ainda tão intransparente e ego-centrada, que é *Finisterra*, onde figura um belo Karl Marx em pessoa, a explicar as maranhas do direito de propriedade (e ainda há quem diga que ele, Carlos de Oliveira, já não era então marxista!).

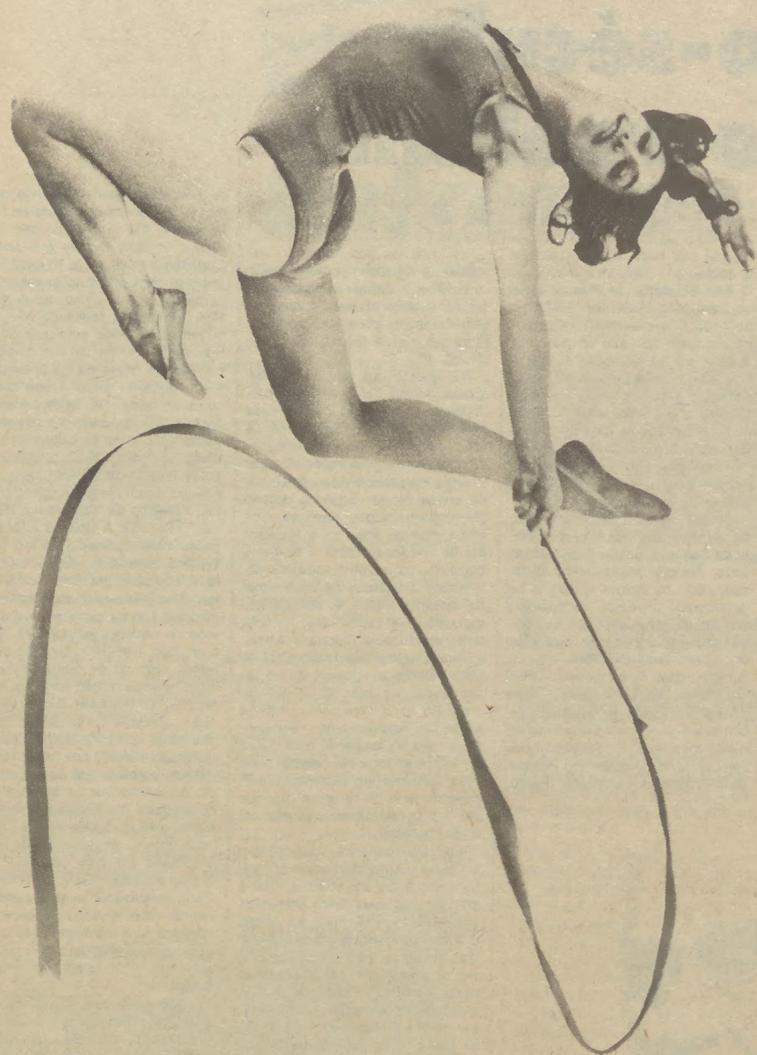
Os neo-realistas descobriram muito de um Portugal antes eclipsado e que agora se pretende voltar a eclipsar nas suas fases presentes: adolescentes explorados nos telhais à beira de Lisboa, ganhões alentejanos, mineiros, pescadores, camponeses gandareses, gaibéus, campariços, beirões, «criadas de servir», assalariados ribatejanos, etc., etc., isto sem a bucólica optimista de Júlio Dinis, a saudade simbolista de Trindade Coelho ou António Nobre, o miserabilismo ou folclorismo de tantos pós-naturalistas desde 1890.

Fernando Namora tirou partido de uma oportunidade até então ignorada: a da sua experiência clínica rural e, depois, lisboeta. Nada do angelismo bonzarrão de João Semana, nada do naturalismo de necrotério

ou hospital da primeira grande promoção de escritores-médicos de fins do século XIX, inícios do séc. XX (Fialho, o Júlio Dantas e o Jaime Cortesão iniciais etc.). Namora atirou-nos com algumas esquecidas verdades, fortes como um punho. Por exemplo: a realidade não romantizada da vida estudantil coimbrã, precisamente da sua geração neo-realista (*Fogo na noite escura*, 1943, onde sentimos o seu lastro social de camponês: ler de preferência as últimas edições revistas, como aliás com os outros livros); *Casa da Malta*, 1945, ambiente já antes tratado por Fialho, mas em moldes naturalistas — miserabilistas; *Retalhos da Vida de um Médico*, 1949-1963; *A Noite e a Madrugada*, 1950, tipificação de um caso verídico de esbulho «legal» de uma terra arroteada por uma aldeia beirã (hoje esses esbulhos fazem-se mesmo por via administrativa à revelia de decisões judiciais); *O Trigo e o Jolo*, 1954, drama picaresca animado de casos de exploração e especulação fundiária alentejana; *O Homem Disfarçado*, 1957, corajosa denúncia de certos meandros da clínica privada urbana, o Paraíso Perdido que Leonor Beleza quer potenciar até às proporções da super-medicina de classe, visando modelos plutocráticos dramaticamente evidentes; *Domingo à Tarde*, 1961, quadro de autenticidade moral catalisada por uma doença (então ainda) incurável; *Os Clandestinos*, 1972, contrapondo entre a clandestinidade revolucionária imposta pelo fascismo e a clandestinidade da hipocrisia burguesa (ou até «meia-tijela»), isto na intimidade do mesmo homem.

Espero que esta simples resenha baste para lembrar o que devemos a Fernando Namora, não digo já como fruidores de boa leitura (disso se tratará noutra ocasião), mas apenas como portugueses que querem ter os olhos abertos e lutar pelo essencial. Namora cá está, dentro de nós. E, como disse Gomes Ferreira, «a eternidade és tu a continuar, amanhã, a nossa luta» ■





Cultura física e desporto

Contribuir para a definição de um quadro orientador da acção do Estado no domínio da cultura física e desporto, tendo como objectivo assegurar em coordenação com outras entidades e organismos o necessário desenvolvimento desportivo do País, tal foi, em substância, a principal razão que levou o Grupo Parlamentar do PCP a apresentar um projecto de Lei Quadro sobre esta matéria.

Apreciada em simultâneo numa das sessões plenárias da passada semana com uma proposta de lei governamental que define a Lei de Bases do Sistema Desportivo, a iniciativa do PCP mereceu tal como a do Executivo, em votação realizada faz hoje oito dias, a aprovação da Câmara, encontrando-se agora em sede de comissão por um período de 30 dias, findo o qual, espera-se, sairá um texto consensual que concretize tanto quanto possível o direito à cultura física e ao desporto que a Constituição consagra.

Essa é, pelo menos, a vontade do Grupo Parlamentar comunista, consciente que está da inquestionável importância que o fenómeno desportivo adquire nas sociedades modernas e da necessidade de que a lei a aprovar salvaguarde a autonomia das diferentes instituições e organismos e assegure a sua participação efectiva na concepção e desenvolvimento das grandes linhas da política desportiva.

São as linhas gerais do projecto de lei do PCP que a seguir deixamos ao cuidado do leitor, chamando desde já a sua atenção para dois aspectos que reputamos de grande importância: o primeiro, prende-se com o carácter inovador de muitas das soluções adoptadas, resultado de um aturado trabalho desenvolvido ao longo dos últimos oito anos, no decorrer do qual foram acolhidas as críticas e sugestões do movimento associativo; o segundo, tem a ver com a assunção presente no articulado do projecto do princípio constitucional de que ao Estado compete criar condições para a autêntica democratização da cultura física e do desporto em todos os sistemas e áreas sociais.

Os pilares do desenvolvimento

A organização do sistema desportivo prevista no projecto de lei do PCP integra a participação dos seus componentes essenciais, a saber: o desporto escolar, o desporto universitário, o desporto nos locais de trabalho, o desporto nas Forças Armadas e o associativismo desportivo. A cada um deles é reconhecida a sua autonomia própria:

— **A Educação Física e o Desporto Escolar** — são entendidos como factores essenciais de formação da juventude e pilares fundamentais do desenvolvimento da cultura física e do desporto não podendo, por isso, deixar de estar implicados nesta Lei-Quadro na medida em que, segmentos das suas actividades próprias se cruzam e inter-relacionam com o sistema desportivo e o associativismo desportivo. Isto sem prejuízo da sua autonomia e sem violação do disposto na Lei de Bases do Sistema Educativo.

— **O Desporto no Ensino Superior** inscreve-se neste projecto no quadro dos princípios que presidiram à sua elaboração, a que acresce o reconhecimento da importância da intervenção das universidades em tudo quanto se refere ao desenvolvimento da cultura física e do desporto, designadamente na formação de quadros e na investigação.

— **O Desporto nos Locais de Trabalho** é considerado como uma condição necessária ao desenvolvimento da cultura física e do despor-

to e factor importante na valorização do ser humano, momento para os trabalhadores. Seria inadmissível conceber uma Lei-Quadro da Cultura Física e do Desporto que excluísse o desporto nos locais de trabalho, porquanto seria legitimar a segregação social dos trabalhadores, violando um direito que assiste a todos os cidadãos.

O Projecto reconhece, de igual modo, o importante contributo das Forças Armadas para o desenvolvimento do desporto nacional, prevenindo medidas que permitam aos cidadãos que cumprem o serviço militar obrigatório a realização da prática desportiva e o apoio ao desporto de alta competição.

— **O Associativismo Desportivo ganha neste Projecto de Lei-Quadro a sua verdadeira dimensão** como parte inteira do sistema desportivo e como componente autónoma do desenvolvimento da cultura física e do desporto em que se integra e harmoniza, com vista a contribuir para a elevação da qualidade de vida dos cidadãos. ■



Concepção integrada

Comecemos precisamente por este último aspecto, evocando as palavras do deputado Celorico Moreira, em recente conferência de imprensa nomeadamente quando este afirmou que, por um lado, deve ser garantida a participação coordenada das diferentes organizações que têm vocação social e cultural para a intervenção nas práticas e actividades da cultura física e do desporto; e, por outro, deve ser assegurada, através de órgãos próprios, a coordenação dos diferentes tipos de intervenção, no respeito pela total autonomia das estruturas e organismos, aos quais deverá ser prestado o máximo apoio.

Com tal objectivo preconiza-se no presente projecto de lei a integração harmoniosa da prática das actividades físicas e desportivas na vida de todos os cidadãos, numa concepção integrada e sistemática do desenvolvimento da cultura física e do desporto, de modo a estabelecer um relacionamento correcto com os demais sistemas e subsistemas sociais.

Medidas inovadoras

Mas a iniciativa legislativa do PCP, antes de mais, parte do reconhecimento que a organização do

sistema desportivo não pode deixar de considerar a complexidade de que se revestem as actividades físicas e desportivas face às transformações sociais, à evolução do desporto, na sua importância crescente, no seu valor económico e no seu valor cultural e formativo, e às relações com outros sistemas sociais.

Nesse sentido, defende-se a adopção de **medidas inovadoras para adaptar o sistema desportivo às suas necessidades e encontrar novas soluções** de modo a permitir a urgente clarificação entre o desporto como a actividade social, educativa e formativa, e o espectáculo desportivo cada vez mais subordinado à lógica de obtenção de lucros.

Uma Lei-Quadro da Cultura Física e do Desporto tem assim, na opinião do PCP, de estabelecer normas claras e efectivas que determinem os grandes princípios orientadores das actividades físicas e desportivas em todos os sistemas sociais, que dignifiquem a função social dos intervenientes no sistema desportivo, que moralizem e disciplinem as acções dos agentes desportivos e que definam com transparência os meios e os recursos necessários ao desempenho efectivo daquelas funções.

É neste quadro que a organização do sistema desportivo prevista no projecto de lei integra a participação dos seus componentes essenciais, designadamente: o Desporto Escolar, o Desporto Universitário, o Desporto nos Locais de Trabalho, o Desporto nas Forças Armadas e o Associativismo Desportivo, reconhecendo a cada um deles a sua autonomia própria (ver caixa).

O papel do associativismo

Para lá deste aspecto o Projecto clarifica ainda as áreas de intervenção de todas as formas de associativismo desportivo, dignifica a função que a cada uma cabe desempenhar no sistema desportivo e reconhece a legitimidade da sua representação efectiva e actuante, quer no âmbito da orientação das actividades (que estatutariamente lhe são próprias), quer no domínio da participação integrada e representativa nos órgãos de decisão que, a todos os níveis, contribuem para a prossecução dos seus fins.

Deste modo, assegura-se no articulado do diploma a efectiva participação dos representantes do movimento associativo nos organismos responsáveis pela definição e aplicação da política desportiva e preconiza-se que ao Estado compete apoiar o movimento associativo, disponibilizando recursos públicos que ajudem a viabilizar a execução dos planos, programas e actividades que lhes são próprios, respeitando critérios objectivos e não discriminatórios.



Alta competição

Quando ao Desporto de Alta Competição ele é considerado no projecto como um subsistema do sistema desportivo que deve ser encarado pelo Estado como factor de dignificação nacional.

Mais do que a simples obtenção de resultados desportivos de elevado nível, **impõe-se na perspectiva do PCP que o Estado assegure todas as condições e cuidados para que a preparação e a participação dos atletas de alta competição seja orientada por forma a valorizar o atleta e todos aqueles que contribuem para a dignificação das representações nacionais.** Para tal efeito, apresentam-se medidas que enriquecem o estatuto do atleta de alta competição e criam-se os órgãos próprios para a análise dos problemas com que se depara o sector.

Ao Comité Olímpico Português, como representante do Desporto Nacional junto ao Comité Olímpico

Internacional, são reconhecidas por sua vez as atribuições e competências que lhe são específicas, designadamente para organizar a participação nacional nos jogos olímpicos.

É assim que ao **Comité Olímpico Português, enquanto representante do Desporto Nacional, é assegurada a garantia dos seus direitos e mais enriquecida a qualidade da preparação dos atletas face aos apoios a conceder ao Associativismo Desportivo e aos atletas de alta competição.**

Particularmente inovatórias são, entretanto, as soluções preconizadas no projecto quanto à **Administração Pública do Sistema Desportivo.**

Respeito pelas autonomias e competências

Nele se prevê designadamente, uma correcta articulação da intervenção aos níveis da Administração

Central, Regional e Local assente no princípio da participação e no respeito pelas autonomias e competências próprias das diferentes entidades. Salienta-se o papel determinante desempenhado pelas autarquias locais na promoção da cultura física e do desporto e no apoio ao associativismo, curando-se de assegurar a correspondente atribuição de meios humanos, técnicos e financeiros que permitam a integral realização das suas actividades.

Ao nível da Administração Central preconiza-se a criação de duas novas estruturas — o **Instituto Nacional do Desenvolvimento Desportivo e o Conselho Nacional da Cultura Física e do Desporto.** Tais estruturas integram na sua composição representantes das entidades públicas e privadas que têm intervenção directa e indirecta no desenvolvimento do desporto português, assegurando-se, de igual modo, um funcionamento participado e democrático.

Maiores apoios

O Projecto agora em debate na especialidade visa, também, definir novos critérios e formas de intervenção para o necessário apoio ao associativismo desportivo, definindo o importante papel que o Estado deve assumir neste domínio, quer através da criação de regimes fiscais especiais e concessão de apoios financeiros e materiais, quer através da criação de um Instituto especialmente vocacionado para a concessão de crédito em condições especialmente favoráveis ao movimento associativo desportivo.

Afirma-se, simultaneamente, a necessidade do crescimento do investimento no sector da Cultura Física e do Desporto, prevenindo-se que a despesa a realizar venha a atingir, no espaço de 10 anos, a 2,5% do PIB.

O Projecto contempla, ainda, outras medidas no domínio do ordenamento desportivo de que merecem especial realce a **consagração de apoio à prática da Cultura Física e do Desporto nas Comunidades de Portugueses no estrangeiro**, o favorecimento da **cooperação internacional no domínio desportivo**, a criação da **Mútua Desportiva Nacional** enquanto entidade de segurança social dirigida ao sistema desportivo e por este gerida e a **consagração de princípios de ética e espírito desportivo.**

Idêntica atenção merece o desenvolvimento da Lei-Quadro, prevenindo-se a publicação pelo Governo, no prazo de dois anos, dos necessários decretos-lei. ■

Responder aos interesses do País

«O objectivo central do PCP é que seja possível elaborar na especialidade um diploma que responda aos interesses e necessidades do País, no qual se possam rever todos os que têm a ver com o fenómeno desportivo», afirmou ao «Avante!» o deputado comunista Jorge Lemos a propósito da discussão em curso em sede de comissão das iniciativas legislativas do PCP e do Governo, na sequência da sua aprovação na generalidade em plenário.

Este foi de resto o princípio que norteou desde o início a intervenção do PCP, arredando pela sua parte do debate todo e qualquer estreito e tacanho sentido partidário, e cingindo-se apenas à preocupação de apresentar uma visão global, integrada e articulada da problemática em apreço.

É, pois, com a abertura necessária para a consideração das diferentes propostas que o PCP parte para a discussão na especialidade, facto que não significa, porém, como nos disse Jorge Lemos, que esteja disponível para consagrar soluções que ponham em causa a autonomia do movimento associativo ou visem, directa ou indirectamente, assegurar o controlo governamental de todo o fenómeno desportivo.

Cabe ainda referir ser chegado o momento de a própria Assembleia, na perspectiva dos deputados comunistas, organizar uma audição dos interessados, promovendo nesse sentido o necessário debate público.

Esta posição foi, aliás, assumida consensualmente aquando da elaboração do parecer na generalidade sobre as duas iniciativas em presença, não se tratando obviamente de protelar ou eternizar a discussão, mas tão-só de garantir um período mínimo que possibilite a expressão com conteúdo útil de todos quantos quiserem dirigir-se à Assembleia da República. ■

Indústria têxtil e CEE

Que «dimensão social europeia»?

No Porto, o segundo distrito mais industrializado do País, a indústria têxtil assume uma posição muito importante. E, se quisermos falar de distritos como Braga e Castelo Branco, então, aí, a importância é decisiva já que a indústria têxtil domina.

O emprego têxtil no distrito do Porto é de 43% relativamente à restante indústria transformadora. O VAB (Valor Acrescentado Bruto) têxtil é 37% do VAB da indústria transformadora. Talvez estes números cheguem para demonstrar a importância do sector na economia regional. Juntemos a esta importância dois factos: os trabalhadores têxteis são dos mais mal pagos do País; a indústria têxtil portuguesa, a par de unidades altamente modernizadas, apresenta um panorama generalizadamente caracterizado por um enorme atraso em termos de tecnologia. Se conjugarmos estes aspectos e pensarmos em CEE 1992 resultam inúmeras interrogações e preocupações. Foi sobre elas que se debruçaram os participantes do Seminário: «Têxtil, Vestuário e Calçado e o Mercado Interno — CEE 92», uma iniciativa da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Lanifícios, Vestuário, Calçado e Peles de Portugal. E é de algumas das reflexões e constatações deste Seminário que aqui falaremos.

Três anos depois da adesão de Portugal à CEE continuam por resolver os graves problemas estruturais da nossa economia e, relativamente aos sectores têxtil, vestuário e calçado, salientaremos alguns traços caracterizadores da situação, definidos por Manuel Freitas, dirigente da Federação e membro do Comité Central do PCP: O défice da balança comercial e, particularmente, os défices nas relações comerciais entre Portugal e os restantes países da Comunidade foram agravados; foi inviabilizada a Química Têxtil em favor dos países comunitários que tinham excedentes; assiste-se a um maior fluxo de empresas multinacionais que buscam mão-de-obra barata; o nosso mercado começa a ser invadido por calçado produzido no estrangeiro; os métodos de gestão e organização continuam sem atender às novas realidades.

Importante referir que das 212 empresas estrangeiras existentes nestes sectores 117 se implementaram depois de 1985 e que o próprio presidente da ANITAF (a associação patronal da Têxtil Algodoeira) afirma que até 1992 metade das empresas de fição, tecelagens e acabamentos vai desaparecer. Recordar-se que Portugal é um dos

países da CEE com uma taxa de encargos sobre salários mais baixa e a este factor podemos acrescentar, para os têxteis, os seus baixos salários. Por isso, a nossa indústria têxtil, na sua actual fase de desen-

volvimento, oferece condições muito vantajosas ao capital estrangeiro. Podemos pensar, então, se os milhões de ECU's apregoados não serviriam para transformar e recuperar do atraso a nossa indústria. Vejamos uma afirmação de Jacques Delors: «Portugal é um país da CEE que gasta depressa e bem. É preciso não abusar da fórmula do cheque comunitário». Implementar uma estratégia de desenvolvimento implica vontade política. A responsabilidade pela execução do Programa Específico de Desenvolvimento da Indústria Portuguesa depende, no

que respeita à criação das infra-estruturas de base, do Governo e das autarquias. Depende dos empresários em relação a tudo o resto. Retomamos a intervenção de Manuel Freitas no Seminário: «Os nossos empresários são demasiado "cuidadosos" no investimento dos seus capitais próprios, mas conhecemos bem o à-vontade e o exagero com que gastam os subsídios, e mesmo os capitais alheios, na aquisição do que lhes parece mais moderno, o mais caro, ou mesmo o mais ostensivo. Bem como conhecemos a mentalidade de outros, cujo objectivo é proceder a reestruturações apressadas e imprudentes, com a finalidade exclusiva de reduzir o peso da mão de obra».

Parece assim sombrio o futuro destes sectores. De qualquer forma é necessário reivindicar uma estratégia de desenvolvimento que nos faça recuperar o atraso de muitas décadas e complementar essa estratégia com uma actuação firme e vigilante por parte dos trabalhadores e das suas organizações sindicais que deverão também exigir a sua legítima intervenção em todos os processos, nomeadamente no PEDIP. Esta uma conclusão importante do Seminário «Têxtil, Vestuário e Calçado e o Mercado Interno — CEE 92».

Portugal já é a Singapura da Europa

Se no domínio económico a adesão à CEE está a provocar efeitos como os que tivemos oportuni-

dade de ver, no plano social a situação é flagrante. Em relação aos restantes da Comunidade os trabalhadores portugueses, e neste caso os têxteis, recebem salários inferiores, trabalham mais horas, têm menos segurança social. Mas — e mais uma vez recorremos à intervenção de Manuel Freitas — a degradação social não pode ser imputada à Comunidade e sim a uma política de confrontação posta em marcha pelo Governo de Cavaco Silva. De facto, constata-se o aprofundar das desigualdades no tecido social com o afastamento cada vez maior do padrão de vida dos mais desfavorecidos em relação aos níveis europeus, assistindo-se mesmo a um acréscimo do fenómeno da pobreza de muitos agregados familiares. É a desvalorização do factor trabalho provocada pela precariedade no emprego, a liberalização dos despedimentos, as deficientes condições de higiene e segurança, os horários de trabalho excessivos, os salários baixos e não pagos atempadamente, o trabalho infantil e domiciliário de mulheres.

Não parece descabido utilizarmos alguns termos de comparação com outros países da CEE em relação a tempo de trabalho, salários e poder de compra. Vejamos então os mapas 1 e 2. Por aqui se pode avaliar o quanto nos separa da CEE. Para um trabalhador português a aquisição de um cabaz de compras de 108 bens e serviços implica o ter de dispensar o triplo em salários diários do que o exigido à média dos trabalhadores da CEE. Mas se tomarmos por comparação um dos países ricos da Comunidade, então,

Protecção social em % do PIB

	1980	1981	1982	1983	1984	1990
Alemanha	28,6	29,4	29,4	29,1	28,5	26,4
Bélgica	28,1	29,4	30,4	30,9	29,6	—
Dinamarca	29,7	30,0	31,1	30,6	28,6	27,0
Espanha	15,6	17,2	17,2	17,6	17,4	18,0
França	25,9	27,4	28,5	29,0	29,4	28,4
Grécia	13,3	16,0	18,8	20,0	20,0	20,2
Holanda	30,4	31,7	33,1	33,9	32,8	32,1
Irlanda	20,6	23,8	23,2	23,9	23,9	22,3
Itália	22,8	25,3	25,8	27,1	27,3	26,4
Luxemburgo	26,4	26,3	27,4	26,1	25,2	24,4
Portugal	16,6	16,0	15,7	15,5	15,2	13,4
Reino Unido	21,7	23,8	23,8	24,1	24,6	22,8
MÉDIA	24,9	26,3	26,8	27,2	27,1	25,8

Fonte: CEE





a diferença é abismal. Tomemos o exemplo da Dinamarca. O mesmo cabaz de compras que em Portugal custa a um trabalhador 45,3 dias de trabalho, fica para um dinamarquês por 13 dias de trabalho. A melhoria do nosso poder aquisitivo implica um rápido e progressivo ajustamento dos salários reais aos padrões europeus. Em termos de nível de vida a situação que hoje temos coloca-nos abaixo de alguns países do Sudoeste Asiático. Voltemos a olhar o mapa 2. O nosso poder de compra é inferior ao da Coreia do Sul e de Hong Kong. Nestes países para adquirir o tal cabaz de compras são necessários 39 e 32,1 dias de trabalho respectivamente. Não esqueçamos os 45,3 dias portugueses. Daí que o dirigente da Federação tenha afirmado: «Há uma palavra de ordem que deixou de ter razão de existir devido à política do Governo Cavaco Silva. Durante muito tempo, em jornadas de luta e documentos, dizíamos que não queríamos ser a Singapura da Europa.



Porém, neste momento, os trabalhadores portugueses já ganham menos do que os de Singapura, de Hong Kong e da Coreia do Sul».

Segundo um estudo da própria CEE, Portugal é o «país da Comunidade com menor protecção social» e prevê-se para 1990 uma

maior descida das despesas com a Segurança Social no PIB (Produto Interno Bruto). Segundo o mesmo estudo, esta descida será generalizada para o conjunto comunitário (ver mapa 3). Somemos a esta perspectiva a política do Governo Cavaco Silva que, a pretexto da modernização, pretende baixar salários e cortar despesas públicas em sectores essenciais.

Novas tecnologias, sim Contra os interesses dos trabalhadores, não

A introdução das novas tecnologias na indústria implica alterações muito profundas e com amplitude e consequências ainda não perfeitamente determinadas.

No sector têxtil a intensificação dos investimentos em capital e em tecnologias de ponta (automatização e robotização) estão a retirar ao sector, e especialmente à indústria têxtil de base — seja a fição, tecelagem, tinturaria —, a competitividade baseada na utilização da mão-de-obra barata. Por exemplo na França, Inglaterra e Alemanha a indústria têxtil está já considerada completamente reestruturada e a produzir fios e tecidos que, inclusivamente, invadem o nosso mercado.

Outra das implicações da introdução de novas tecnologias tem a

Duração do trabalho

Tempo de trabalho semanal de um operário têxtil

Bélgica	38 horas
Dinamarca	38 horas
Irlanda	40 horas
RFA	40 horas
Inglaterra	38 horas
Itália	40 horas
França	39 horas
Luxemburgo	40 horas
Holanda	40 horas
Espanha	39 horas
Portugal	45 horas

FONTE: Prix et salaires dans le monde
Union des Banques Suisses

ver com a estrutura do emprego. O próprio conteúdo das profissões altera-se. E a organização do processo de trabalho, também. Verifica-se que a introdução de novas tecnologias nas indústrias tradicionais, como a têxtil, está associada à diminuição do volume de emprego. De facto, esta evolução tem sido justificada mais pela possibilidade que oferece de reduzir os custos da produção do que por outros objectivos estratégicos, designadamente ao nível da qualidade dos produtos, redução dos tempos de fabrico e colocação mais eficiente e mais rápida dos produtos no mercado. As novas tecnologias exigem mais quadros técnicos, exigem formação profissional permanente a uma nova filosofia empresarial. Acontece que se conhecem algumas empresas de fição e tecelagem que, ao introduzirem equipamentos de última geração, nunca os conseguiram rentabilizar, quer porque não foram capazes de utilizar a nova capacidade instalada nem os níveis de qualidade de mercado quer porque os investimentos criaram estrangulamentos insuperáveis.

A propósito, Emídio Lima, economista da Federação, afirmou no Seminário que «não temos razão para estar contra a introdução das novas tecnologias. Temos sim que evitar que essa introdução se faça ao arrepio e contra os interesses dos trabalhadores, ou com o único objectivo de substituir a mão-de-obra. É do interesse geral que os trabalhadores e sindicatos sejam ouvidos e consultados sobre os problemas inerentes à introdução das novas tecnologias e que, nas empresas, se negocie e controle tal introdução».

Uma das razões que levou à realização deste Seminário, no dizer dos próprios sindicalistas, é o facto de não ser hoje possível desenvolver uma acção sindical completa e eficaz se não se ponderar esta nova realidade que é a nossa adesão à Comunidade Europeia. Porque se o grande patronato e o governo dizem que a modernização exige baixar salários e cortar despesas públicas, o facto é que as conquistas sociais e os direitos dos trabalhadores não são um obstáculo ao desenvolvimento económico. O governo subscreeve a ideia da «dimensão social europeia» mas, ao mesmo tempo, pratica uma política que nos afasta progressivamente das condições de vida e de trabalho nos diversos países da Europa dos doze. ■

Salários e poder de compra

O salário português é não só o mais baixo da Europa como até é hoje inferior ao de países do Sudeste Asiático

PAÍS	SALÁRIO BRUTO	SALÁRIO LÍQUIDO	CARGA FISCAL %
Dinamarca	3099,30	2187,20	41,7
RFA	2540,30	1883,10	35,2
Bélgica	2314,70	1745,80	33,0
Holanda	2128,30	1559,50	36,2
Reino Unido	1912,60	1500,60	27,6
Luxemburgo	1883,10	1549,70	21,7
Itália	1696,80	1343,70	26,4
Irlanda	1412,40	1088,70	29,8
França	1373,10	1137,70	21,2
Grécia	1186,80	990,60	19,1
Espanha	853,30	745,40	15,2
Portugal	402,10	343,30	17,4
CEE (12)	1736,00	1343,70	27,0
CEE (9)	2040,10	1555,10	30,3
Coreia do Sul	529,60	490,40	9,5
Singapura	510,00	402,10	26,7
Hong Kong	529,60	500,20	4,1

• Salário hora. Remuneração efectiva de doze profissões, tendo em conta o tempo de trabalho, os dias de férias e feriados.

1 fr. S. = 98,08 esc. (4.11.88)

• FONTE: Prix et Salaires dans le monde — Union des Banques Suisses 1988

FASCISMO

Resultados eleitorais em Berlim-Ocidental

○ fascismo constitui ainda hoje uma ameaça na Europa? É possível, depois de 50 milhões de mortos e tantos anos passados sobre a guerra, ressuscitar *slogans* racistas, apostar — num momento de desanuviamento internacional, de liquidação das primeiras armas nucleares, de esforço para a resolução política de conflitos regionais — na velha sanha anticomunista?

São questões que ganham particular acuidade num momento em que, em Berlim-Ocidental, um partido neofascista, o Partido Republicano — que concorreu pela primeira vez às eleições gerais para o Senado porque para tanto gozou da autorização dos EUA, França e Grã-Bretanha (que administram o território desde o pós-guerra) — obteve 7,5% dos votos, elegeu 11 deputados e conseguiu assim mesmo assento no Parlamento Federal da RFA (2 deputados).

As realidades no seu contexto

Imediatamente após as divulgações dos resultados eleitorais, milhares de pessoas desceram às ruas de Berlim-Ocidental. Os manifestantes protestavam contra as circunstâncias que abriram as portas do Senado aos neonazis, e exigiam «Fascismo nunca mais», «Estrangeiros fiquem — fascistas desapareçam».

Por outro lado há que inserir os resultados obtidos pelos neonazis — sem em nada escamotear a sua gravidade — no conjunto dos resultados eleitorais.

Concretamente, o partido dominante, os democratas cristãos do CDU, sofreram uma brusca quebra na votação, passando de 46,4% para 37,8% e de 69 para 55 deputados. Os seus parceiros liberais do FDP ficaram sem assento no Senado por não terem alcançado os 5% (uma quebra de 8,5% para 3,9%).

Por outro lado houve subida de votos no SPD (sociais-democratas), de 32,4% para 37,3%, com um aumento de 7 no número de deputados, que passou para 55. A Lista Alternativa, reunindo ecologistas, pacifistas e diferentes grupos de esquerda, subiu de 10,6 para 11,8%, passando de 15 para 17 deputados.

Tendo embora em conta estas realidades, os resultados obtidos pelos neonazis constituem em si uma séria advertência. Tal como a arrogância dos dirigentes do Partido Republicano. É assim, que em conferência de imprensa sobre os resultados eleitorais em Berlim-Ocidental, realizada em Munique, o chefe do Partido Republicano, o antigo SS Franz Schoenhuber, vem declarar: «Berlim foi o nosso ensaio geral. As eleições para o parlamento da Baviera — previstas para 1990 — serão a nossa estreia».

E importa lembrar factos recentes, como as declarações de Philip Jenninger, ex-presidente do Bundestag, que no 50.º aniversário do massacre anti-semita da «noite de cristal», disse que Hitler havia devolvido «o seu orgulho ao povo alemão». Jenninger teve que demitir-se. Mas o facto de um presidente do Parlamento Alemão ter proferido tais declarações encerra em si um muito preciso significado político.

○ fascismo na Europa

No último domingo de Junho de cada ano, milhares de neofascistas,

Um alerta



Manifestação de jovens nazis na RFA

oriundos de vários pontos da Europa, reúnem-se na aldeia belga de Dixmunde, e aí prestam homenagem aos nazis que morreram na Segunda Guerra mundial, realizando um desfile em uniformes militares hitlerianos.

Esta uma manifestação concreta da existência organizada de grupos fascistas na Europa e das ligações que mantêm entre si.

Em 1978, os partidos extremistas da «eurodireita» de França, Itália e Espanha estabeleceram um acordo político. Eles estavam simultaneamente em relação com os seus homólogos da RFA, da Grã-Bretanha e da Bélgica. Esta aliança oficializou-se no plano da Assembleia europeia através de um acordo entre a Frente Nacional francesa, o MSI italiano e o EPEN grego.

Entre os grupos neofascistas que mais se destacam pela sua actividade e dimensões, temos, em França, a Frente Nacional de Le Pen (que entretanto, e após um significativo resultado eleitoral, sofreu uma espectacular queda nas eleições parlamentares de Junho de 88 — perdeu 30 lugares e ficou reduzida a 1 deputado).

Na Grã-Bretanha, a «Frente Nacional», que atingiu o topo da popularidade em 1977 quando obteve um total de 230 mil votos nas eleições para os órgãos do poder local, tem vindo a decair notoriamente e hoje está de facto reduzida a pequenos grupos de que o racismo e a apologia (e a prática) da violência são o denominador comum.

O «destacamento de choque» do fascismo na Grã-Bretanha são os «cabeças rapadas», «skinhead», provocadores racistas.

Os trágicos acontecimentos do estádio de Eizel, em 1985, quando agitadores nazis (no caso, britânicos) provocaram violentos confrontos levando à morte de 39 pessoas (mais 454 feridos) — ficou como um marco da prática fascista.

Na RFA, e segundo os dados offi-

ciais, há cerca de 22 mil pessoas organizadas em pouco mais de 20 grupos (organizações antifascistas consideram que o seu número é muito mais elevado). O maior desses grupos é a União Popular Alemã.

Idênticos grupos existem na Bélgica, na Áustria, Itália, Espanha, ramificando-se pelos diferentes países.

Também em Portugal há organizações fascistas, em particular o MAN (Movimento de Acção Nacional) e os «skin». Têm ligações internacionais, e no meio do seu característico confusão ideológico, destacam-se duas linhas de acção inequívocas: o racismo e o anticomunismo.

Terrenos propícios

No Outono de 1984, após as eleições de Junho, que permitiram a formação de um grupo da extrema-direita na Assembleia de Estrasburgo, deputados do Parlamento Europeu decidiram da criação de uma comissão de inquérito sobre o racismo e o fascismo na Europa.

A comissão de inquérito registou, não tanto um recrudescimento do fascismo organizado, mas sobretudo da xenofobia e da intolerância em relação às comunidades de imigrantes, o que cria terreno favorável à extrema-direita, terreno a que «outras forças políticas se acomodam frequentemente com excessiva facilidade».

Desta intolerância racista, abundam os exemplos. Nas vésperas de Natal de 85 — decorria então este inquérito — um jovem operário turco é assassinado em Hamburg, pelos «skinheads». Um facto que está longe de ser único. E que em França assume mesmo particular expressão, com uma série de crimes cometidos contra os imigrantes. Também na Grã-Bretanha são conheci-

das as grandes revoltas nos bairros-ghettos, a levantar uma ponta da manta que encobre a explosiva realidade dos problemas sociais que de forma particularmente brutal atingem os imigrantes.

E aqui se aponta directamente de uma outra componente essencial da subida do racismo e de sentimentos

Para referir ainda o relatório de deputados da CEE — há uma relação directa entre a subida do racismo, a ameaça fascista e as condições económicas quando a sua degradação atinge «um ponto crítico».

Não é propriamente uma novidade, mas nem por isso é menos de lembrar. Acrescentando aqui um outro facto — fundamental — o estímulo ao racismo, promovido de facto a nível oficial, quando se tomam medidas contra os imigrantes e se intenta lançar contra eles as responsabilidades da crise e em particular do desemprego.

«Muito antes de Le Pen» — foi afirmado numa mesa-redonda realizada em Estrasburgo por iniciativa do grupo comunista e afins do Parlamento Europeu — «os partidos reaccionários começaram a apontar o imigrante como causa do desemprego, do défice da segurança social...».

O crescimento do fosso entre os sectores mais favorecidos e os mais atingidos, entre as populações da Europa capitalista — constitui um bom terreno para o fascismo e o racismo.

A CEE conta hoje com 44 milhões de pobres e 16 milhões de desempregados. Do outro extremo da escala, 10% da população dispõe de um terço de todos os rendimentos. A concentração do capital, a política das multinacionais, tende ainda a agravar este quadro. E são de alguma maneira os representantes dos interesses desses 10% que criam as condições ou mesmo promovem o ascenso do racismo e do fascismo. ■



Neonazis pintaram cruces gamadas no cemitério judeu de Francfort-sur-le-Main

AFEGANISTÃO

Os difíceis caminhos para impôr a paz

A regularização política do problema do Afeganistão coloca desde já uma questão: qual é o próximo conflito a ser resolvido? A questão é avançada por Gorbachov, em 8 de Fevereiro de 1988, quando do anúncio da data de 15 de Maio para o início da retirada do contingente militar soviético.

Cumprindo os acordos de Genebra, as tropas soviéticas deverão sair na sua totalidade de terra afegã até 15 de Fevereiro próximo. Mas desde o início os acordos têm sido cumpridos apenas de forma unilateral.

Noutros conflitos de carácter regional — nomeadamente na África Austral — passos importantes já foram dados no sentido de uma resolução política. Com problemas pendentes embora, prepara-se a independência da Namíbia. Em Angola, são fundamentalmente problemas de paz, problemas de construção e desenvolvimento, os que hoje se abordam.

No Afeganistão, entretanto, a realidade evolui de forma particularmente complexa. Prossegue de facto a ingerência externa. Os grupos armados continuam a gozar dos apoios e dos fornecimentos de armas, nomeadamente por parte do Paquistão e dos Estados Unidos. E bem difícil se torna hoje responder a questões — entretanto fundamentais — como: em que ponto estamos? Quais as perspectivas?

Violência hoje

Contradição absurda, ou acção deliberada? Governos de países capitalistas, com particular destaque para o dos Estados Unidos, desenvolvem precipitadas acções de evacuação do pessoal das suas embaixadas. Será que se apressam a defender-se de acções dos bandos que eles próprios armam, organizam e instruem, agora que deixarão de gozar da protecção de tropas soviéticas?! Ou é mais um acto político hostil ao governo de Cabul, visando

diminuir a confiança dos afegãos no seu governo ou na sua capacidade de sobrevivência depois do 15 de Fevereiro? Na opinião de Vadim Perfiliev, vice-chefe do departamento de informação do Ministério dos Negócios Estrangeiros da URSS, é esta segunda hipótese o verdadeiro objectivo dos governos em causa, que assim utilizam uma vez mais os seus meios de influência para fomentar a tensão no país.

É através de uma ponte aérea que Cabul tem vindo a ser alimentada, por aviões soviéticos que ligam a fronteira da URSS à capital afegã. Grupos contra-revolucionários boicotam a estrada de Salang, acção que se insere numa política mais geral de bloqueamento das cidades e sabotagem económica. Sacos de açúcar e cereais são utilizados por esses grupos como protecção e camiões cisternas são incendiados, enquanto faltam alimentos e combustível para a população da capital e de outras cidades.

Desde a assinatura dos acordos de Genebra, os grupos contra-revolucionários já mataram quase 7000 pessoas e feriram 12 200 em ataques com bombas, morteiros e foguetes.

Paralelamente a esta prática sistemática da violência contra um povo que arrosta com uma guerra que se prolonga já há dez anos — e que na prática terrível das mortes diárias traduz a violação sistemática dos acordos de Genebra, em particular por parte dos Estados Unidos e do



Piquete operário de defesa, nas instalações de uma fábrica. As armas no quotidiano continuam ainda a ser uma necessidade no Afeganistão, na defesa das conquistas da revolução como na conquista da paz

Paquistão — outras componentes da realidade afegã não devem ser ignoradas.

Referimo-nos à intensa actividade diplomático-política desenvolvida no sentido de delinear os contornos de um futuro quadro de paz. E à política de reconciliação nacional.

Diplomacia em campo

«Temos forças suficientes para defender a soberania popular», diz Najibullah, presidente do Afeganistão, em conferência de imprensa há dias realizada. E sublinha, por um lado, que as forças armadas «estão mais fortes que nunca», por outro que «os acontecimentos recentes na vida política do Paquistão fortaleceram os acordos de Genebra e deram-nos motivos suficientes para estarmos optimistas».

Entretanto, o secretário-geral das Nações Unidas, Perez de Cuellar, lança um apelo à criação de condições para a paz no Afeganistão. «O povo enfrenta agora o grande desafio de chegar a um consenso político e empreender a reconstrução e a reabilitação do seu país».

É toda uma linha de intensivas negociações que se tem vindo a desenvolver. Eduard Chevardnadze, ministro soviético dos Negócios Estrangeiros, chegou dia 4 a Islamabad, numa visita oficial que não se realizava há 20 anos.

O negociador oficial das Nações Unidas, Benan Sevan, viaja entre o Afeganistão e o Paquistão, cooperando no diálogo entre o governo afegão e os grupos ainda instalados no Paquistão.

Em declarações prestadas após um encontro com o rei saudita, a primeira-ministra do Paquistão, Benazir Bhutto, defendeu a solução po-

lítica para o problema afegão, sublinhando que são os próprios afegãos que devem resolver o problema. Entretanto o jornal paquistanês «Pakistan Times» afirmou que os serviços secretos paquistaneses estão profundamente envolvidos num vasto plano global de desestabilização e de «conquista» do Afeganistão, ao arrepio mesmo das orientações do próprio governo do país.

Um conjunto de factos que nos dá uma imagem — pálida embora — do intrincado de factores em que se insere a solução política do problema do Afeganistão.

Reconciliação e reconstrução

Na complexa interdependência de factores militares, diplomáticos, internos e externos, políticos e socioeconómicos — são estes últimos em geral os preferencialmente ignorados. Como se a vida quotidiana das pessoas, das populações, fosse questão negligenciável ou menor.

Entretanto passos significativos têm sido dados nestes domínios no Afeganistão.

Em 30 de Novembro de 87, a grande «Jirga», assembleia nacional de representantes populares, votou a nova Constituição do país, cujo projecto havia sido debatido meses a fio. Assim foram consagrados os direitos conquistados pelo povo afegão e abertas as portas para a mais ampla participação de todos na vida política e social do país.

No discurso pronunciado na ONU, em Junho de 1988, o presidente Najibullah afirmou: «A resolução dos nossos problemas passa pela formação de uma ampla coligação de forças políticas, pela construção de uma sociedade pluralista, economia

multiestrutural, pela participação de todas as classes e camadas do povo na vida política e social. (...) A flexibilidade do actual governo afegão compreende a sua decisão de renunciar ao monopólio do poder e a formação do Parlamento através da competição interpartidária e da concessão aos repatriados de todos os direitos e privilégios políticos, sociais e económicos».

É esta a base da política de reconciliação nacional, componente fundamental de uma solução política.

Mas os caminhos nada têm de lineares. «A política de reconciliação nacional exacerbou todas as contradições», diz Najibullah, na Conferência do Partido (PDPA), em Outubro de 87. Os factos parecem indicar que o processo em curso de retirada das tropas soviéticas exacerbava igualmente algumas contradições.

Entretanto, também neste período de instabilidade, se desenvolvem esforços no sentido do imprescindível desenvolvimento económico do país. Em Outubro de 88, é assinado um conjunto de acordos entre a URSS e o Afeganistão, de assistência nos domínios da prospecção geológica de minerais e no desenvolvimento da indústria de gás do país. Parecem quase insólitos estes acordos num momento politicamente tão difícil. Mas a verdade é que tudo se interliga e sem desenvolvimento tão pouco haverá paz.

Na perspectiva do presidente afegão, e de acordo com palavras suas numa entrevista datada de Dezembro a um jornalista de «L'Humanité», jornal da PCF — «No nosso país a guerra dura já há dez anos e nós consideramos que uma solução pelas armas está excluída. Alcançaremos a paz por meios políticos. É o nosso objectivo. Não há outra solução. Temos que impô-la ao campo adversário».

É neste mesmo sentido que vão as propostas apresentadas por Gorbachov na ONU, em relação ao Afeganistão. «Para que os próprios afegãos dêem uma solução global e imediata ao problema da criação de um governo com ampla base social», como se diz na resolução de Novembro da ONU, Gorbachov propõe algumas medidas concretas — um cessar-fogo, a suspensão dos fornecimentos de armas, a manutenção no país de um contingente da ONU enquanto se constitui um governo de ampla coligação, a convocação de uma conferência internacional sobre a neutralidade e desmilitarização do Afeganistão.

Caminhos de paz — vitais para o povo afegão — mas que para já só de um lado são trilhados. E é este o obstáculo central à resolução política do problema afegão. ■

Os acordos de Genebra

14 de Abril de 1987 — Genebra — em véspera do 10.º aniversário da Revolução, que arrancou o país a uma situação de atraso feudal.

Quatro partes compõem o documento assinado por representantes do Afeganistão, do Paquistão, e da União Soviética e Estados Unidos, como garantes.

O primeiro capítulo respeita às relações afegano-paquistanesas. O segundo ponto, ao regresso dos refugiados. Segue-se a declaração adoptada pela União Soviética e os Estados Unidos, em que ambos os países se comprometem a abster-se de quaisquer ingerências nas questões internas do Afeganistão e do Paquistão. O último texto diz respeito à retirada das tropas soviéticas.

Na parte dedicada às relações afegano-paquistanesas, o acordo nomeadamente impede cada parte de «favorecer directa ou indirectamente as actividades rebeldes ou secessionistas, permitir o treino, equipamento, financiamento e recrutamento de mercenários».

No dia seguinte à assinatura dos acordos de Genebra, foram enviadas para bases de transferência na zona de cidades fronteiriças, mais de cem veículos com cargas militares, incluindo mísseis (os mesmos que servem, por exemplo, para abater aviões civis), meios anti-aéreos e antitanques.

A primeira nota de denúncia de não cumprimento dos acordos do ministério dos Negócios Estrangeiros soviético, é divulgada apenas duas semanas depois da assinatura dos acordos. ■

A Revolução defende-se

Difícil é hoje falar-se de notícias de última hora, em relação ao Afeganistão, pois elas tenderão a suceder-se. Cingimo-nos assim a ir restando o que de mais importante se passa neste complexo dia-a-dia do Afeganistão hoje.

No passado domingo, a agência soviética Tass divulgou por todo o mundo notícias particularmente importantes. «Cabul está agora sob a lei marcial», afirma-se em despacho. «Foram distribuídas armas a to-

das as organizações do Partido Democrático do Povo Afegão (PDPA) em Cabul (...) para que cada um possa defender a causa pela qual o povo afegão sofreu tantas perdas.

Também no domingo, numa grande manifestação realizada em Cabul o presidente Najibullah afirmou que «o Afeganistão pertence a todos», num apelo ao regresso dos refugiados, e denunciou os fornecimentos de armas americanas e paquistanesas aos grupos armados.

Paralelamente desenvolve-se uma intensa actividade diplomática. O ministro soviético dos Negócios Estrangeiros, Chevardnadze, prolongou a sua visita a Islamabad, para «tentar resolver os difíceis problemas do Afeganistão». Youli Vorontsov, embaixador da URSS em Cabul, deslocou-se a Teerão, tanto no sentido de garantir a paz como de estudar a ajuda para a reconstrução do Afeganistão. ■

Cadilhe esclarece

Isto já está a ultrapassar as normas do razoável. Lá por ser ministro, ainda por cima das Finanças, já um homem não pode fazer os seus negocizitos descansado! Que culpa tem ele que os outros não tenham arte para estas coisas? Ora essa, temos tudo legal no papel! E o senhor Miguel decidiu mostrar, pelo menos ao pessoal lá da casa onde exerce o seu finanças mister, a papelada toda onde se prova, por A mais B, que não foi favorecido em nada naquele negócio do andar nas Torres mais «in» da burguesia da capital.

Mostrou tanto, do que tinha para mostrar, que se lhe descobriu mais um negócio de sisas e casas. Segundo o «Semanário» — o tal que traz a revista das Xuxas, Quicas e Quecas e das festas que elas fazem —, a história tem a ver com o andar da Rua Stromp (que serviu para a permuta com o T3 das Amoreiras) e diz que, também por esse, Cadilhe não pagou sisa. A crer no semanário, que cita os tais papéis mostrados aos directores-gerais do Ministério das Finanças na sexta-feira, a coisa passou-se assim: em 22 de Outubro de 1987, quando foi feita a escritura do andar da Rua Francisco Stromp, foi declarado como preço do

imóvel 7470 contos e, de acordo com a lei então em vigor, ficou o contrato isento de sisa; mas, **um mês antes**, em 25 de Setembro, o próprio Cadilhe, no contrato-promessa para aquisição do andar nas Amoreiras, declarava que a propriedade da Rua Stromp valia 11 500 contos — o que obrigava ao pagamento do imposto de sisa. Para esclarecimento, não

está nada mal, tanto mais pela mão do próprio ministro.

Perguntar não ofende

Afoito nas comparações com o que se passa na Europa dos 12, o Governo Cavaco tem desde há alguns dias mais uma para «agarrar». É que, segundo as conclusões dum inquérito recentemente realizado por especialistas ingleses e publicado pelo «Times», Portugal é o país da CEE onde o número de horas de trabalho semanal é mais elevado. Já agora, comparando com os súbditos de Sua Majestade, os portugueses trabalham em média, por semana, mais quatro horas! Quando é que veremos alguém do Governo a falar do assunto perante as câmaras da RTP?

Mais impostos, menos salário

Mas, ao mesmo tempo que trabalham mais do que os europeus da CEE, os trabalhadores portugueses, ao abrigo da governação cavaquista, «gozam» de outras «regalias» notáveis: é que ganham menos e pagam mais às Finanças. Na sua edição do passado dia 4, o **Semanário**, relacionando declarações do ex-presidente da Comissão da Reforma Fiscal com informações recolhidas na embaixada inglesa, lembrava que a média de tributação do IRS, que atinge a maioria dos trabalhadores portugueses, deverá situar-se nos 29,15 por cento, enquanto na Grã-Bretanha não vai além dos 25 por cento, existindo perspectivas a médio prazo no sentido de se concretizar a sua descida para os 20 por cento...

«Banqueiro do povo»

Não resistimos, entre outros possíveis para esta matéria, ao texto que acompanha a **manchete** de 3 de Fevereiro do semanário «O Independente»: «Quando fez o acordo com Cavaco, o líder da UGT já sabia que o Governo estava disposto, agora, a dar-lhe o banco que sempre quis. Um secretário de Estado ofereceu aos sindicalistas a entrada na Caixa Económica. Mas Torres Couto prefere um banco novinho em folha e não deseja herdar prejuízos. Seja amanhã, seja depois, Torres Couto vai cobrar de Cavaco Silva uma autorização. Para ser um capitalista em nome do povo». Pela nossa parte achamos que o líder da UGT se devia duplamente acautelar: por um lado, em relação às privatizações cavaquistas; por outro lado, em relação ao descrédito em que caíram os chamados **banqueiros do povo**...

Pontos Cardeais

Gazetilha

por **Ignotus Sum**

O discurso do incoerente

«Sou contra o que ele quer. Conheço este menino. Mas tudo o que ele quiser eu assino.

É antipopular com isto eu não afino. Mas se ele assinar eu assino.

O acordo é ruim. Ofende o meu destino. Mas enfim... Assino!»

Anúncio

Casa espaçosa boas divisões. Vista esplendorosa grande extensões. Gente divertida. Sisa incluída. Renda barata saldo nas feiras.

Trata: Amoreiras.

«Tout va bien...»

Agredidos, desprezados protestam os advogados.

Humilhados, infelizes, protestam os juizes.

Os médicos protestam. Operários manifestam.

Protestam os professores e os agricultores.

Dizem com afã oficiais da crise: «Tout va bien madame la Marquise...»

Menos, mais...

Eu cá não sou de usar letais venenos mas nisto do imposto há casos tais! Diz o Cavaco que pagamos menos e nós sentimos que pagamos mais...

Mais, menos, menos mais... Casos pequenos que assim resolveremos, liberais: dinheiro para a casa, temos menos, mas dores de cabeça — temos mais...

... E abusam

Economia. O embate em que o país desanda. E na TV não há debate: há só propaganda.

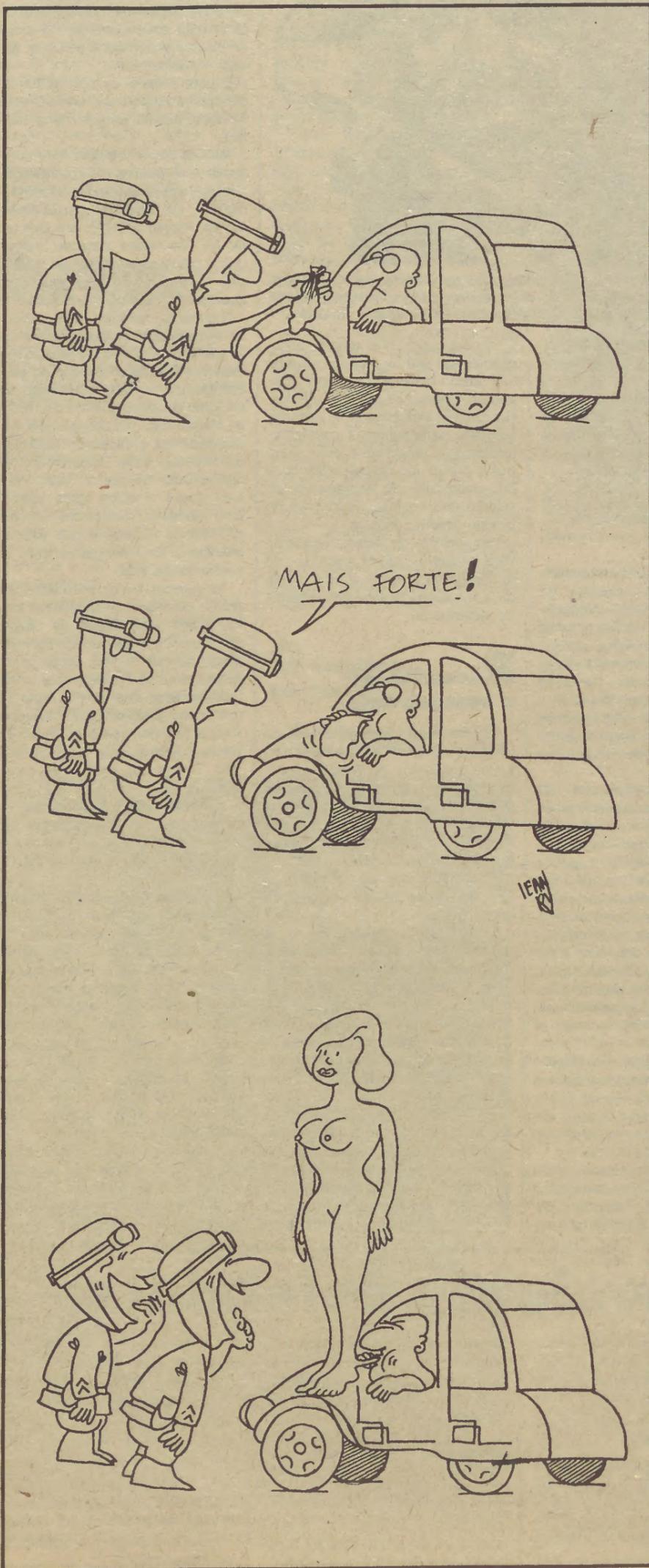
Finanças. O disparate com o imposto na varanda. E na TV não há debate: há só propaganda.

Saúde. O diálate da dama que ciranda. E na TV não há debate: há só propaganda.

Trabalho. A iniquidade da laboral quintada. E na TV não há debate: há só propaganda.

A TV que olhamos a TV que temos. Nós é que a pagamos nós é que a sofremos.

Eles é que a usam e abusam...



Agenda

Avante!

Ano 58 - Série VII
N.º 789

9 de Fevereiro de 1989

4.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

Quinta

• AMADORA

Debate público sobre problemas de transportes na região de Lisboa, promovido pelo Grupo Parlamentar e a ORL do PCP. Na Galeria Municipal, 21.00.

• PORTO

Assembleia plenária de militantes da zona da Lapa e Bouça/Cedofeita, preparatória da 2.ª Assembleia da ORP. Às 15.00, no Centro de Trabalho da Boavista.

• LISBOA

Reuniões preparatórias da 2.ª Assembleia da OLL (discussão do documento-base): da organização de freguesia dos Olivais, no CT dos Olivais, às 21.00; da célula da Pollux, no CT Duque de Loulé, às 20.00; no mesmo local e à mesma hora, da célula da Lalonga, da célula dos A. Conde Barão; do executivo da célula da Câmara Municipal de Lisboa, no CT Duque de Loulé, às 18.30; da célula da Batista Russo, no CT de Marvila, às 17.45.

Sexta

• PORTO

Reuniões preparatórias da 2.ª Assem-

bleia da ORP; da organização de S. Nicolau, no CT das Ribeirinhas, às 21.30; da zona de Carvalhido/Cedofeita, no CT da Boavista, às 21.30; da zona das Campinas, Previdência e Pereiro/Ramalhe, no CT de Ramalde, às 21.30.

• LISBOA

Plenário da organização da freguesia de Benfica, preparatória da 2.ª Assembleia da OLL, no Centro de Trabalho de Benfica.

Convívio comemorativo do aniversário do «Avante!». No Centro de Trabalho de Arroios, às 21.00 com a participação do camarada Dias Lourenço.

• SETÚBAL

Debate público sobre a revisão da Constituição. No Círculo Cultural de Setúbal, às 21.00, com a participação do camarada Carlos Brito.

• ÍLHAVO

Plenário concelhio de militantes. No CT de Ílhavo, às 21.30, com a participação do camarada Sérgio Teixeira.

• OLIVEIRA DE AZEMÉIS

«CEE - Realidades e Perspectivas» - de-

bate Em Santiago de Riba-UL, no salão da Junta de Freguesia, às 21.30, com a participação do camarada Jorge Carvalho.

• COIMBRA

Debate público sobre os problemas políticos do desenvolvimento do distrito de Coimbra. Na sala de conferências das Piscinas Municipais (ao Estádio), às 21.30, com a participação dos deputados do PCP Lino de Carvalho e Fernando Gomes e ainda do camarada Carlos Fralão.

Sábado

• PORTO

Encontro de Jovens Comunistas do Porto, inserido na preparação do 3.º Congresso da JCP. No Auditório da Cooperativa Árvore, a partir das 15.00, com a participação do camarada Carlos Rabaçal.

Reuniões plenárias preparatórias da 2.ª Assembleia da ORP: do Sector Cultural, no CT da Boavista, às 10.00; da célula da CP, no CT da Boavista, às 15.00; à mesma hora e no mesmo local, da célula da Efacec e da organização de empresas de Matosinhos; da zona de Carvalhosa e Escola Aca-

démica/Cedofeita, no CT da Boavista, às 21.30.

• ESTARREJA

«CEE e Agricultura» - debate com a participação de Carlos Fralão. Às 15.00, no salão nobre da Câmara Municipal de Estarreja.

• OVAR

«CEE - Realidades e Perspectivas» - debate com a participação de Jorge Carvalho. No salão de conferências da Residência S. Cristovão, às 21.00.

• LISBOA

Plenário do Sector Sul-6.ª Zona da OLL (Alvalade, Campo Grande, S. João de Brito), preparatório da 2.ª Assembleia da OLL. No CT do Lumiar, às 15.30.

• VISEU

Debate sobre Direitos dos Trabalhadores no quadro da integração europeia. No salão da Assembleia Municipal de Viseu, às 21.00, com a participação de Carlos Carvalho.

• MANGUALDE

Debate sobre «O incremento da ovicultura - técnicas de produção: associativismo», promovido

pelo Grupo Comunista e Afins no Parlamento Europeu. Às 21.00, na Casa do Povo, com a participação de João Tafuia, presidente da direcção da Associação Produtores de Queijo da Serra da Estrela.

Domingo

• LISBOA

«A Comunicação Social e as mentalidades» - debate promovido pela JCP, no âmbito da preparação do seu 3.º Congresso. No Instituto Franco-Português, às 15.00, com a participação de, entre outros, os jornalistas Emídio Rangel, Vicente Jorge Silva e José Goulião.

• MEALHADA

«CEE e Agricultura» - debate público com a participação do camarada Carlos Fralão, na Junta de Freguesia de Casal Comba, às 10.00.

• PAREDE

«O PCP e a situação internacional» - debate promovido pela Comissão Concelhia de Cascais, com a participação do camarada Vilaverde Cabral, jornalista. Às

15.00, na Cooperativa da Parede.

• ABRANTES

Encontro de eleitos da CDU nas autarquias do concelho, às 15.00 em S. Facundo. A partir das 10.00, manhã desportiva, seguida de almoço-convívio.

Terça

• AVEIRO

Reunião de professores comunistas das organizações dos concelhos de Aveiro, Estarreja, Albergaria, Anadia, Mealhada, Oliveira do Bairro, Ílhavo e Vagos, às 21.00 no Centro de Trabalho de Aveiro.

• LISBOA

Reuniões preparatórias da 2.ª Assembleia da OLL: da célula da Petroquímica-Gás de Portugal, no CT de Marvila, às 17.30; da célula da IBM/Informática, no CT Duque de Loulé, às 19.00; da célula da Siderurgia Nacional, no CT Vitória, às 13.00.

Quarta

• LISBOA

«Portugal, a Comunidade Europeia e a Cultura» - deba-



Grupo Comunista e Afins
no Parlamento Europeu

PORTUGAL, A COMUNIDADE EUROPEIA E A CULTURA

Sessão-debate

com intervenções de

José Barata Moura • Artur Ramos
Mário Jacques • Urbano Tavares Rodrigues

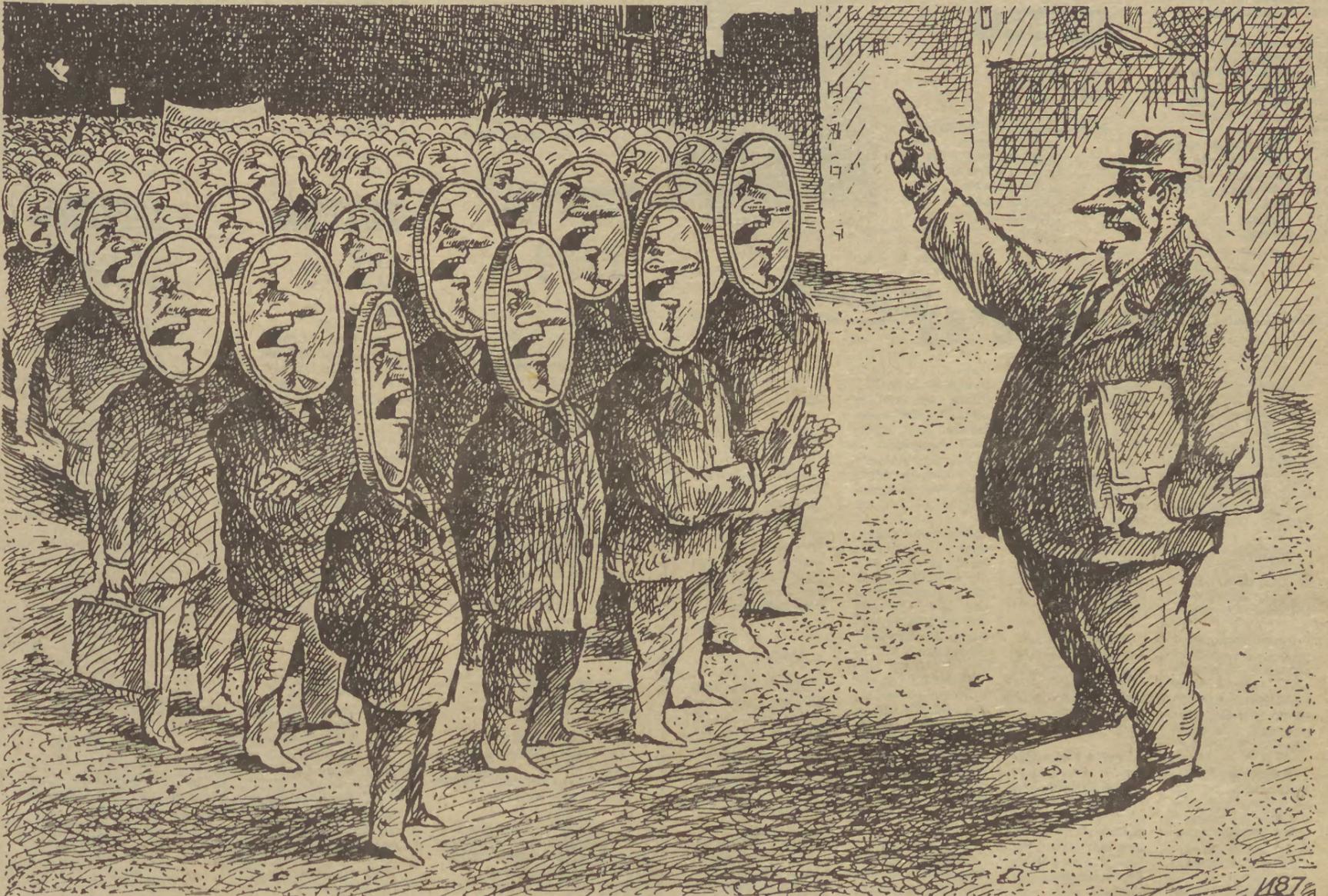
Quarta-feira, dia 15
Forum Picos - Lisboa

te promovido pelo Grupo Comunista e Afins no Parlamento Europeu no Forum Picos, e conduzido por Urbano Tavares Rodrigues, com início às 21.30. Intervenções de José Ba-

rata Moura (a Comunidade Europeia e a Cultura), Artur Ramos (a problemática do audiovisual na CEE) e Mário Jacques (as responsabilidades dos intelectuais).

• PORTO

Assembleia plenária da célula dos STCP, preparatória da 2.ª Assembleia da ORP, às 18.00, no Centro de Trabalho da Boavista.



I. SMIRNOV (URSS), in «Krokodil», n.º 21, Julho de 1988

TV **O Programa**

Quinta

RTP1

09.00 - Bom Dia
10.00 - As Dez
12.15 - Brega & Chique (54.º epis.)
13.00 - Jornal da Tarde
13.30 - Ilha da Fantasia (14.º epis.)
14.15 - A Princesinha (últ. epis.)
14.40 - No Mundo da Ciência
15.05 - Richie Cole
16.05 - Animais de África (19.º epis.)
16.30 - Ponto por Ponto
17.30 - Brinca Brincando
18.20 - Lugar de Encontro
19.30 - Telejornal
20.05 - Boletim Meteorológico
20.15 - Falar Português
20.20 - Passerelle (88.º epis.)
20.55 - Mobil, nos caminhos de Portugal («Acompanhando o Douro»)
21.10 - Ecos (3.º epis.)
22.05 - Canto Alegre
23.05 - 24 Horas
23.35 - Remate

RTP2

15.00 - Filhos e Filhas (156.º epis.)
15.25 - A Casa de Irene (40.º epis.)
15.55 - Magazine de Cinema
16.30 - Quem Sai aos Seus (32.º epis.)
16.55 - Helena (152.º epis.)
17.35 - Trinta Minutos com...
18.00 - A Malta de Bronx (13.º epis.)
19.00 - Music Box (European top 40)
19.55 - No Limiar da Realidade (40.º epis.)
20.45 - Cem Grandes Quadros
21.00 - Jornal das Nove
21.30 - Maude (66.º epis.)
21.55 - Sinais do Tempo
22.55 - Hitchcock apresenta...

Sexta

RTP1

09.00 - Bom Dia
10.00 - As Dez
12.15 - Brega & Chique
13.00 - Jornal da Tarde
13.30 - Chateauballon (10.º epis.)
14.25 - Imagem e Imagens
15.05 - Genesis
16.05 - Animais de África
16.30 - Ponto por Ponto
17.30 - Brinca Brincando
18.20 - Lugar de Encontro
19.30 - Telejornal
20.05 - Boletim Meteorológico
20.15 - Falar Português
20.20 - Passerelle
20.55 - Telemundo
21.25 - Teatro
22.55 - 24 Horas
23.25 - Remate

Teatro **O Cartaz**

LISBOA

Casa da Comédia, R. S. Francisco de Borja, 24 (às Janelas Verdes). Sáb. e dom. às 16.00. **Pierrot e Arlequim**, de Almada Negreiros, enc. Filipe La Féria.

Ritz Clube, R. Glória. De 3.ª a dom. às 21.30. **O Baile**, adapt. e encen. Helder Costa, pelo Grupo A Barraca.

Teatro Aberto, Praça de Espanha. De 3.ª a sáb. às 21.30, sáb. e dom. também às 16.00. **Romeu e Julieta**, de Shakespeare, enc. João Lourenço, pelo Novo Grupo.

Teatro ABC, Parque Mayer. De 3.ª a 6.ª às 21.30, sáb. às 20.30 e 23.00, dom. às 16.00 e 21.30. **Pijama para Sels**, de Marc Camoletti, enc. Carlos César.

Teatro do Bairro Alto (R. Ten. Raul Cascais, 1-A). De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às

16.00. **Vida e morte de Bamba**, de Lope de Vega, enc. Luís Miguel Cintra, pelo Teatro da Cornuópio.

Teatro D. Maria II (Rossio). De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **Fausto**, Fernando, **Fragments**, de Ricardo Pais, com texto de Teresa Sobral Cunha, a partir de inéditos de Fernando Pessoa.

Teatro Ibérico, R. Xabregas, 54. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. **Orquídeas à Luz da Lua**, de Carlos Fuentes, enc. José Blanco Gil.

Teatro Maria Matos, Av. Frei Miguel Contreiras, 52. De 3.ª a 6.ª às 21.30, sáb. às 20.30 e 23.00, dom. 16.00 e 21.30. **Enfim Sós**, de Carlos Cruz, José Duarte e Mário Zambujal, enc. Rui Mendes.

Teatro Variedades (Parque Mayer). De 3.ª

a domingo às 20.30 e 22.45, dom. também às 16.00. **A Prova dos Novos!**, de H. Santana, F. Nicholson, A. Fraga, A. Nazareth Fernandes, enc. Maria Helena Matos e Marina Mota.

Teatro Vasco Santana, Av. República/Entrecampos. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **Habeas Corpus**, de Alan Bennett, enc. Luzia Maria Martins, pelo Teatro Estúdio de Lisboa.

Teatro Villaret, Av. Fontes Pereira de Melo. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **O Leitinho do Nenê**, de Alfonso Paso, encen. Francisco Nicholson.

PORTO

Teatro do Campo Alegre. De 3.ª a dom. às 21.45, dom. também às 16.00. **Henrique IV**, de Luigi Pirandello, enc. Ulyssees

Cruz, pelo Seiva Trupe.

ALMADA

Teatro Municipal (R. Conde Ferreira). De 2.ª a 6.ª, às 18.30, sáb., às 21.30, dom., às 16.00. **D. Filipa de Vilhena**, de Almeida Garrett, enc. Joaquim Benite, pela Companhia de Teatro de Almada (até 19/2).

ESTORIL

Casino (Pr. J. Teodoro dos Santos). De 3.ª a dom. às 21.30. **Piaf**, de Pam Gems, enc. Flávio Rangel. Com Bibi Ferreira.

Para Crianças

TIL (R. Leão de Oliveira, 1 - ao Calvário). Sáb. e dom. às 16.00. **A Nuvem Que Não Quer Chover**, de Fernando Bento Gomes, enc. Kim Cachopo.



Começa...

Apartheid - Hoje, Ainda, Porquê? — mini-série inglesa de quatro episódios, produzida pela Granada-TV, sobre o regime racista sul-africano. A série apoia-se em materiais de arquivo e em entrevistas expressamente recolhidas, para fazer uma retrospectiva da história da África do Sul desde 1948, e dá, segundo a RTP, o quadro das duas posições que ali estão em confronto: a da minoria racista, no poder, e a da maioria negra, que luta contra a opressão e a segregação de que há séculos é vítima no seu próprio país... - Domingo, 18.40, RTP-2.

23.45 - **Pela Noite Dentro** «Jornal das Onze», real. Mike Robe (EUA/1986, 93 min., inédito em Portugal).

RTP2

15.00 - Filhos e Filhas
15.25 - Agora, Escolha!
16.55 - Helena
17.35 - Trinta Minutos Com...
18.00 - Vestígios (3.º epis.)
19.00 - Music Box (Rocking in the UK)
19.55 - No Limiar da Realidade
21.00 - Jornal da Nove
21.30 - Maude
21.55 - Café Central
22.50 - Os Prazeres e as Sombras (4.º epis.)
23.45 - Rotações.

Sábado

RTP1

09.00 - Juventude e Família (A Família Robinson, Desporto e ciência, Era Uma Vez a Vida, O Safari do João Valentão, O Grande Pagode, Sebastião na CEE, Get Smart)

11.55 - **Seis Grandes Maestros** (2.º prog. Eugene Jochum)

13.00 - Notícias
13.10 - Os espetaculares recordes Guinness
13.35 - Parlamento
14.05 - **Sessão da tarde**: «Marido Despedido, Mulher Empregada», real. Mark Daniels (EUA, 96 min., inédito em Portugal)

15.45 - Vivamúsica
16.35 - Crime, Disse Ela (6.º epis.)
17.25 - **No Tempo Em Que Você Nasceu** (1.º prog.)

19.10 - Sete Folhas
19.45 - Totoloto
20.00 - Jornal de Sábado



21.30 - Tina Turner no Rio
22.45 - A Ilha (6.º epis.)

23.35 - **Cinema da Meia Noite** (Bonnie e Clyde), real. Arthur Penn, interpr. Warren Beatty, Faye Dunaway (EU/1960, 111 min.).

RTP2

09.00 - Compacto Music Box
11.40 - A Nossa Turma
12.50 - Compacto Brega & Chique
16.00 - Estádio
19.30 - Magazine de Cinema
20.00 - Music Box (Power Hour)
20.50 - Elogio da Leitura
21.15 - Núcleo Zero (série, 1.º epis.)
22.10 - **Concordo, ou Talvez Não**
23.45 - **Basquetebol Internacional**.

Domingo

RTP1

09.00 - **Juventude Família** (Contos Mágicos, Os biscoitos, Uma pequena maravilha)
11.15 - Missa
12.05 - 70x7
12.30 - TV Rural
13.00 - Notícias
13.10 - Os Amigos de Gaspar
13.40 - Estude-o
15.05 - **Primeira Matinée** «Viagem Fantástica» real. Richard Fleischer (EUA/1966, 100 min.)
16.50 - Clube Amigos Disney
19.00 - O Justicelro
20.00 - **Jornal de Domingo**
20.35 - **Alf. Uma Coisa do Outro Mundo**
21.05 - **Deseja-me Sorte** (6.º epis.)
22.05 - **Domingo Desportivo**.

RTP2

09.00 - Troféu
13.00 - Caminhos
13.30 - **Novos Horizontes**
13.50 - **Veterinário de Província** (14.º epis.)
15.00 - Troféu
17.00 - Ideias e negócios
17.50 - **A Bela e o Monstro**
18.40 - **Século XX** («Apartheid

Hoje/Ainda/Porquê?») **Primeiro Andamento**
20.00 - **Quem Sai aos Seus**
20.25 - **Artes e Letras** (James Joyce)
21.25 - **Cineclube** «E Deus Não Dorme»
23.00 - **O Som da Surpresa**

Segunda

RTP1

09.00 - Bom Dia
10.00 - As Dez
12.15 - Brega e Chique
13.00 - Jornal da Tarde
13.30 - O Império de Carson
14.15 - **Um Amigo Especial** (33.º epis.)
14.40 - O Cavalo
15.00 - Talking Heads
16.05 - **Austrália Selvagem** (19.º epis.)
16.35 - Ponto Por Ponto
17.30 - Brinca Brincando
18.20 - Lugar de Encontro
19.30 - Telejornal
20.05 - Boletim Meteorológico
20.10 - Falar Português
20.20 - Passerelle
20.55 - **Em Busca do Arco-Iris** (7.º e últ. epis.)
22.40 - **A Grande Aventura** (1.º epis.)
23.30 - 24 Horas
24.00 - Remate.

RTP2

15.00 - Filhos e Filhas
15.25 - Agora, Escolha!
16.55 - Helena
17.35 - Trinta Minutos Com...
18.00 - **Airmã Mais Velha** (telefilme)
19.00 - **Music Box Especial**
19.55 - **No Limiar da Realidade**
20.45 - **Cem Grandes Quadros**
21.00 - **Jornal das Nove**
21.30 - **O 7.º Dt.º** (últ. epis.)
22.00 - **Conta Corrente**
22.30 - **Bailado** - Cinco coreografias de Moses Pendleton pela «Momix Dance Company».

Filmes

«Jornal das Onze» — 6.ª, 23.40, RTP-1
«Marido Despedido, Mulher Empregada» — sáb., 14.05, RTP-1
«Bonnie e Clyde» — sáb., 23.40, RTP-1
«Viagem Fantástica» — dom., 15.05, RTP-1
«E Deus Não Dorme» — dom., 21.25, RTP-2
«Felicidade de Assia» — 3.ª, 21.55, RTP-2
«A Testemunha» — 4.ª, 21.00, RTP-1

Música

Quinta

15.05, RTP-1: Richie Cole
19.00, RTP-2: Music-Box

Sexta

15.15, RTP-1: Genesis
19.00, RTP-2: Music box

Sábado

09.00, RTP-2: Compacto Music box
11.55, RTP-1: Seis grandes maestros - Eugene Jochum
15.45, RTP-1: Vivamúsica
20.00, RTP-2: Music box (Power Hour)
21.30, RTP-1: Tina Turner (Concerto no Maracanã)

Domingo

09.00, RTP-2: Music box
19.30, RTP-2: Primeiro andamento
23.00, RTP-2: Som da surpresa

Segunda

15.05, RTP-1: Talking Heads
19.00, RTP-2: Music box especial

Terça

15.05, RTP-1: Police Synchronicity
15.50, RTP-2: Primeiro Andamento
18.05, RTP-2: Music box (Via Rápida)
19.00, RTP-2: Music Box (Off the wall)

Quarta

15.50, RTP-1: Neil Yong 87
22.40, RTP-2: Magazine de música

Desporto

Remate — RTP-1, 5.ª (23.35), 6.ª (23.25), 2.ª (24.00), 3.ª, (24.00) e 4.ª (23.15)
Rotações — RTP-2, 6.ª, 23.45
Estádio — RTP-2, sábado, 16.00
Basquetebol — RTP-2, sábado, 23.45
Troféu — RTP-2, domingo 09.00 e 15.00
Domingo desportivo — RTP-1, domingo 22.05

Terça

RTP1

09.00 - Bom Dia
10.00 - As Dez
12.15 - Brega e Chique
13.00 - Jornal da Tarde
13.30 - Dallas (20.º epis.)
14.15 - Os Super Gatos
14.40 - Que Profissão?
15.05 - Police Synchronicity
16.05 - **Austrália Selvagem**
16.35 - Ponto Por Ponto
17.30 - Brinca Brincando
18.20 - Lugar de Encontro
19.30 - Telejornal
20.05 - Boletim Meteorológico
20.10 - Falar Português
20.20 - Passerelle
21.00 - **Modelo e Detective** (19.º epis.)
21.50 - **Primeira Página**
22.55 - **Os Prémios Nobel** - «Theodore Roosevelt»
23.30 - 24 Horas
24.00 - Remate.

RTP2

15.00 - Filhos e Filhas
15.25 - Elogio da Leitura
15.50 - **Primeiro Andamento** - Recital de viola e piano
16.30 - **Lá Em Casa Tudo Bem**
16.55 - Helena
17.35 - Trinta Minutos Com...
18.00 - **Music Box** (Via Rápida)
19.00 - **Music Box** (Off the Wall)
19.55 - **No Limiar da Realidade**
20.45 - **Cem Grandes Quadros**
21.00 - **Jornal das Nove**
21.30 - **Maude**
21.55 - **Cinemadois** - «A Felicidade de Assia». Real. de Andrei Mikhalov-Kontchalovski (URSS/1967, 90 min.).

Quarta

RTP1

09.00 - Bom Dia
10.00 - As Dez
12.15 - Brega e Chique
13.00 - Jornal da Tarde
13.30 - Fama (32.º epis.)
14.15 - **A Minha Família e Outros Animais** (4.º epis.)
14.40 - **Festival de Gastronomia de Santarém**
15.05 - Neil Young
16.05 - **Austrália Selvagem**
16.35 - Ponto Por Ponto
17.30 - Brinca Brincando
18.20 - Lugar de Encontro
19.30 - Telejornal
20.05 - Boletim Meteorológico
20.10 - Falar Português
20.20 - Passerelle
20.50 - **Vamos Jogar no Totobola**
21.05 - **Lotação Esgotada** - «A Testemunha». Real. de Peter Weir. Int. Harrison Ford (EUA/1985, 112 min.)
23.15 - 24 Horas
23.45 - Remate.

RTP2

15.00 - Filhos e Filhas
15.25 - Agora, Escolha!
16.55 - Helena
17.35 - Trinta Minutos Com...
18.00 - **A Rota da Seda**
19.00 - **Music Box**
19.55 - **No Limiar da Realidade**
20.45 - **Cem Grandes Quadros**
21.00 - **Jornal das Nove**
21.30 - **Maude**
21.55 - **O Primo Basílio** (14.º epis.)
22.40 - **Magazine Musical**.

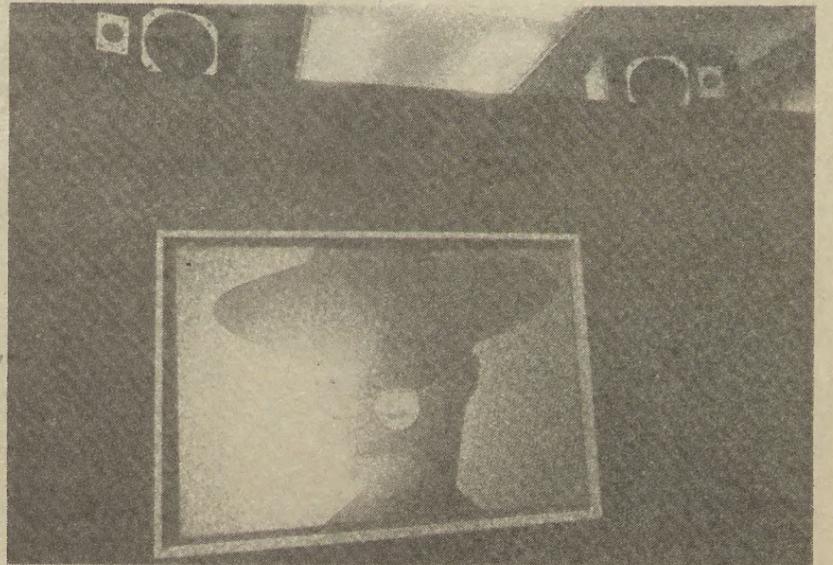


Cinema A seleção

		David Lopes	M.M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	Adeus Rapazes	★★★★	★★★★	—	—
B	Assalto ao Arranha-Céus	★★★	★★★	—	★★★
C	Os Bons Amantes	★★★	★★★	—	—
D	Café Bagdad	★★	—	—	★★★
E	A Luz	—	—	—	★★★★
F	A Mulher do Próximo	★★★	★★★★	★★★	★★★
G	Quem Tramou Roger Rabbit?	★★★★	★★★★★	★★★★	★★★★★
H	Tucker	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★

Classificação de ★ a ★★★★★

- A — Real. Louis Malle — Mundial/3 (14.15, 16.30, 19.00, 21.30) Lisboa.
- B — Real. John McTierhan — Amoreiras/7 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 00.15); Condes (14.00, 16.30, 19.00, 21.30); Hollywood/2 (14.00, 16.30, 18.45, 21.30, 23.45); Las Vegas (15.30, 18.30, 21.45) Lisboa.
- C — Real. Spike Lee — Gemini (15.00, 18.15, 21.30) — Lisboa.
- D — Real. Percy Adlon — Quarteto/1 (15.00, 17.00, 19.00, 21.30) — Lisboa.
- E — Real. Souleymane Cissé — Quarteto/4 — (14.30, 16.45, 19.00, 21.30, 24.00) — Lisboa.
- F — Real. José Fonseca e Costa — Hollywood (14.30, 16.45, 19.00, 21.30, 24.00) — Lisboa.
- G — Real. Robert Zemeckis — Alfa/4 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15); Amoreiras/6 (13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45, 24.00) — Lisboa.
- H — Real. F. F. Coppola — Amoreiras/4 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 00.15) — Lisboa.



Na Biblioteca Nacional, em últimos dias, uma exposição documental e fotográfica sobre a época de Fernando Pessoa...

Exposições

• LISBOA

Albano da Costa Lobo — Fotografia. Biblioteca Nacional (Campo Grande, 83). De 2.ª a sáb. das 14.30 às 19.30.

Alice Vinhas — Pintura. Gal. Leo (Trav. da Queimada, 48). De 2.ª a sáb. das 14.30 às 19.30 (até 16/2).

Álvaro Lapa — Desenhos. Gal. exposições temporárias, Gulbenkian. De 3.ª a dom. das 10 às 17.

Anabela Costa — Esculturas de parede. Centro de Estudos Judiciários (Lg. Limoeiro). De 2.ª a 6.ª das 9.30 às 19. sáb. e dom. das 15 às 19. Até 24/2.

Andrew Podnieks — Fotografia. Galeria 12-A, Costa do Castelo, 112-A. De 2.ª a sáb. das 9.30 às 13.30 e das 15.30 às 19.30 (até 17/2).

Ângelo de Sousa, desenho, e Ana Jota, pintura. Gal. Diferença, R. S. Filipe Neri, 42. De 2.ª a 6.ª das 15 às 20; sáb. e dom. das 10 às 19.

«A aventura humana» e «Índios da Amazônia» — Museu de Etnologia (Av. Ilha da Madeira). Das 10 às 12.30 e das 14 às 17. Até 31/3.

Carlos Gordillo — Pintura e desenho. Centro de Arte Moderna (Gulbenkian). De 3.ª a dom. das 10 às 17.

Celeste Maia — Pintura. Gal. 111 (Campo Grande, 113). De 2.ª a 6.ª das 10 às 13 e das 15 às 19.30; sáb. das 10 às 13 (até 18/2).

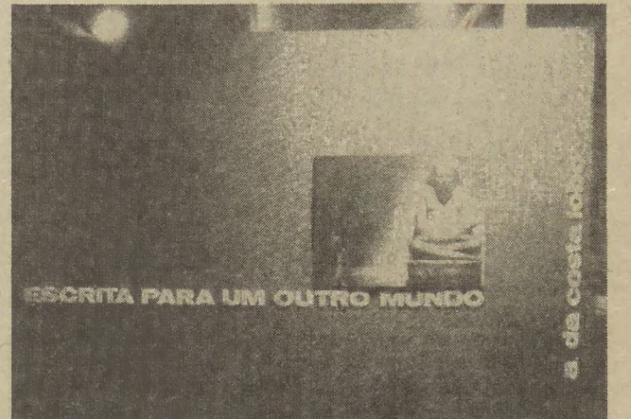
Colectiva de escultura (Cabrita Reia, Jan van Oost, Lili Dujourie, Ulrich Hondarsch). Gal. Cómicos, R. Ten. Raul Cascais, 1-B (a S. Mamede). De 2.ª a sáb. das 15 às 20.

Colectiva de escultura e tapeçaria (Maria da Luz, Teresa Catarina e Maria Clotilde). Soc. de Língua Portuguesa (Rua S. José, 41-2.ª). De 2.ª a 6.ª das 13 às 20. Até 14/2.

Colectiva de tapeçaria. Gal. Tapeçarias de Portalegre (Rua Acad. das Ciências, 2-J). De 2.ª a 6.ª, das 10 às 13 e das 15 às 19.30.

Colectiva — Pintura, escultura e desenho (de Gordillo, Costa Martins, Hilário Teixeira Lopes, Ivone Baletto, João Duarte, Luís Lobato, Luís Ralha, Rogério Amaral, Virgílio Domingos, Victor Palla). Ariarte, Largo do Contador-Mor, 3 (ao Castelo de S. Jorge). De 2.ª a sáb. das 10 às 18. (Até 14/2).

«Companhia Rey Colaço/Robles Monteiro» — no Museu Nacional do Teatro (estrada do Lumiar, 10), de 3.ª a dom. das 10



... e tesouros artísticos de outros povos fotografados por Albano da Costa Lobo

às 13 e das 14.30 às 17 horas.

Emília Alves — Tapeçaria. Instituto Alemão, Campo Mártires da Pátria, 36. De 2.ª a 6.ª das 9 às 13 e das 14 às 18. (Até 28/2)

Fernanda Igreja e Elisabeth Figueiredo — Pintura. Gal. Bohemia (c. Marq. Abrantes, 38-A). Até 11/2.

«Fernando Pessoa no seu tempo» — Biblioteca Nacional (Campo Grande, 83). De 2.ª a sáb. das 10 às 19. Até Fev.

Gil Kalisvaart — Escultura. Gal. Barata (Av. Roma, 11-A). De 2.ª a sáb. das 12 às 23. (Até 18/2).

Gaëtan — Loja de Desenho (Rua Acad. Ciências, 2-B). De 3.ª a sáb. das 15 às 19.30. Até 18/2.

Helena Horta Lobo — Tapeçaria. Espaço Interni (R. Rodrigo da Fonseca, 51). De 2.ª a sáb. das 15 às 19.30. Até 11/2.

Imagens no Tempo — Escultura. Museu Nacional de Arte Antiga (Rua das Janelas Verdes). Até Março.

Jorge Albuquerque — Fotografia subaquática. Centro Port. Actividades Subaquáticas (Rua Alto do Duque, 45). De 2.ª a 6.ª, das 16 às 20 e das 21.30 às 24. Até fim de Fev.

José Manuel Soares — Pintura. Galeria da Cervejaria Trindade, R. Nova da Trindade, 20. Das 17 às 24. (Até 28/3).

José Projecto — Pintura. Forum Picoas (Av. Fontes Pereira de Melo). De 2.ª a 6.ª das 11 às 19. (Até 10/2)

Lenços e Colchas de Chita de Alcobaça. Palácio da Ajuda. De 3.ª a dom. das 10 às 17. (Até 5/3).

Luís Correia Pereira — Pintura. Gal. Diferença (Rua S. Filipe Néri, 42). De 3.ª a 6.ª das 15 às 20; sáb. e dom. das 16 às 19. (Até 5/2)

Manuel Botelho —

Pintura. Módulo, Calçada dos Mestres, 34. De 2.ª a sáb. das 16 às 20. (Até 31/2)

Mário Botas — Pintura. Gal. exposições temporárias, Gulbenkian, de 3.ª a dom. das 10 às 17, até 29/1. Biblioteca Nacional (Campo Grande, 83).

René Lalique, ourives e joalheiro — Museu Calouste Gulbenkian. De 3.ª a dom. das 10 às 17. Até final de Abril.

Romy Castro — Pintura. Gal. Triângulo 48, Av. Vasco da Gama, 48. De 3.ª a sáb. das 14 às 20. (Até 25/2)

Sebastião Rodrigues — Pintura. Gal. Lambertini (Av. Liberdade, 166). De 3.ª a sáb. das 15 às 20. (Até 24/2)

Tendências da Arquitectura Portuguesa — Desenhos, maquetas e fotografias de obras de Álvaro Siza, Hestnes Ferreira, Luiz Cunha, Manuel Vicente e Tomás Taveira. Galeria Almada Negreiros, Av. República, 16. De 3.ª a dom. das 10 às 20. (Até 24/2)

Traje popular nos arredores de Braga, tapeçarias de Vieira da Silva e tecidos Batik de Gudrun Stritzke — Museu do Traje (Parque do Monteiro-Mor, P. do Lumiar). De 3.ª a dom. das 10 às 13 e das 14.30 às 17. Até 30/4, 28/2 e 28/2, respectivamente.

Vitor dos Reis — Pintura. Gal. Novo Século, Rua do Século, 23-A. De 3.ª a sáb. das 14 às 20. (Até 28/2)

António Oiaio — Pintura. Gal. Roma e Pavia, R. D. Manuel II, 346-B. De 2.ª a sáb. das 14.30 às 20. (Até 28/2)

Juan Carlos Saverter — Pintura. Gal. Atlântica (Rua Galeria de Paris, 67-71). De 2.ª a 6.ª das 10 às 12.30 e das 15 às

19.30; sáb. das 15 às 19.30. (Até 12/2)

Lima de Freitas — Pintura, gravura e desenho. Cooperativa Arvore, R. Azevedo de Albuquerque, 1. (Até 15/2)

Luís Furtado — Pintura. Gal. Inter Atrium, (Av. Boavista, 1471). (Até 12/2)

Silva Carvalho — Pintura. Cooperativa Arvore, R. Azevedo de Albuquerque, 1. (Até 15/2)

Vieira da Silva e Arpad Szenes — Retrospectiva (anos 30 a 80). Casa de Serralves, R. de Serralves, 977. De 3.ª a dom. das 14.00 às 20. (Até 2/4).

• OUTRAS LOCALIDADES

António Sousa — «Aspectos da Vida Quotidiana, Angola», fotografia. Palácio Anjos. Das 14 às 20. (Até 12/2). Alégs

Colectiva de Pintura e Escultura (Fernando Ançã, Francisco Gaia, José Alves, Oscar Guimarães). Galeria Municipal. (Até 12/2) AMADORA

Gravuras da colecção Gulbenkian — Museu Rainha D. Leonor, até 26 de Fevereiro. BEJA

Colectiva de pintura (Manuel Batista, Jorge Martins, Stuart Carvalhais, Carlos Calvet, Rogério Ribeiro, Eurico Gonçalves, Dietmar Kilitz e Heribert Ottersbach). Gal. Arcada. De 4.ª a 2.ª, das 11 às 13 e das 14 às 19. Até 15/2. ESTORIL

Eduardo Santos Neves — Pintura. Casa de Bocage, R. Edmond Bartissol. (Até 12/2) SETÚBAL

Edições de arte — gravuras de Vitor Pomar e fotografias de Jorge Martins. Casa-Museu Álvaro de Campos, de 3.ª a sáb. das 15 às 19. Até 20/3 TAVIRA

Colectiva de pintura — Gal. Neupargama (Rua Mig. Bombarda, 15). De 2.ª a 6.ª das 14 às 20, sáb. das 10 às 13 e das 16 às 19. TORRES VEDRAS

...e ainda

Música, debates, etc.

Em defesa de Portugal no Parlamento Europeu

Sessões promovidas pelo Grupo Comunista e Afins no Parlamento Europeu

DIA 10 OLIVEIRA DE AZEMÉIS	Sessão sobre «Questões gerais da CEE»	VILA FLOR	Sessão para agricultores e população
VILA REAL DE S. ANTÓNIO	Colóquio sobre a CEE c/Aurélio Santos, do CC do PCP	SEIXAL	Debate sobre «Juventude e Formação Profissional». c/ António Filipe, do Secretariado da JCP
MARINHA GRANDE	Visita ao concelho (Câmara Municipal, FEIS, CEFAMOL, almoço e sindicatos e encontro com imprensa regional) c/Joaquim Miranda, deputado do PCP no P.E. e membro do CCC	FARO	Debate sobre «Agricultura e CEE». c/ Rogério de Brito, deputado do PCP na AR
LEIRIA	Debate sobre «Segurança Social e Emprego». c/Joaquim Miranda, deputado do PCP no P.E. e membro do CC	LAGOS	Colóquio sobre a CEE. c/ Aurélio Santos, do CC do PCP
DIA 11 MOURA	Sessão c/ Joaquim Miranda, deputado do PCP no P.E. e membro do CC	PORTIMÃO	Colóquio sobre a CEE. c/ Aurélio Santos, do CC do PCP
OVAR	Sessão sobre «Questões Gerais da CEE»	DIA 12 BÓRBA	Colóquio c/ Joaquim Miranda, deputado do PCP no P.E. e membro do CC
ESTARREJA	Sessão sobre «Questões Gerais da CEE»	VENDAS NOVAS	Colóquio c/ Joaquim Miranda, deputado do PCP no P.E. e membro do CC
LISBOA	Colóquio no Forum Picoas sobre «Sistema Financeiro Europeu». c/ Aboim Inglês, deputado do PCP no P.E. e membro do CC	MEALHADA	Sessão sobre «Questões Gerais da CEE»
TAVIRA	Sessão sobre «Pescas». c/ Frederico Pereira	MIRANDELA	Sessão para agricultores e população
QUARTEIRA	Sessão sobre «Pescas» c/ Frederico Pereira	SESIMBRA	Sessão sobre «Pescas»
		S. BARTOLOMEU DE MESSINES	Debate sobre «Agricultura e CEE». c/ Rogério de Brito, deputado do PCP, na AR
		DIA 13 LISBOA	Visita a Alfama e Mouraria e debate sobre «Centros Históricos» c/Aboim Inglês, deputado do PCP no P.E. e membro do CC
		DIA 14 LISBOA	Debate sobre seguros. c/Luís Sá, membro da CP do CC do PCP

Tempo Fim de Semana



Previsão do Instituto Português de Meteorologia e Geofísica para o fim-de-semana.
Céu pouco nublado ou limpo, vento fraco e moderado de nordeste no sábado, de leste no domingo. Formação de geada nos locais abrigados.



a TV

Levam o papinho cheio

O Telejornal do passado dia três (os meus leitores estejam atentos e verifiquem se não é isto o que acontece todos os dias...) foi mais uma sessão de lavagem ao cérebro dos portugueses.

Tivemos primeiro a imagem de Durão Barroso, numa reunião internacional - a dizer que Portugal não se queria imiscuir nos assuntos internos de Angola, mas, de facto, a mandar umas bocas.

Depois veio a pessoa de Leonor Beza na Assembleia da República.

Não se passavam muitos minutos e já Cadilhe nos entrava em casa, untuoso, a dissertar sobre a evolução dos novos empresários.

Viria depois Teresa Gouveia.

A seguir, Cavaco Silva.

Como se não bastasse, a câmara ainda foi desencantar, no meio da assistência, já em pose, o ministro Valente de Oliveira.

É faltar ministragem! Esta gente voltará, em breve, ao anonimato donde vieram. Mas ao menos, quanto a televisão, levam o papinho cheio.

E nesse dia, por esse horário, não ficaríamos por aqui.

Qual é o senhor que se segue?

Faltava-nos uma nova dose de Leonor Beza. Não já em forma de minidose, mas a granel: quase dez minutos.

A RTP quer matar a gente!

Era uma comunicação ao País.

E foram os números, os acessos, as percentagens, as exclusividades, as remunerações. Uma cavalgada. A audiência lá foi engolindo as pilulas com sucessivos copos de água. A que resistiu, claro, porque daquelas receitas estão os «doentes» fartos...

A sessão afiançou-se como mais uma nítida sessão de propaganda eleitoral em que, desde há longo tempo, o PSD se encontra já empenhado.

O governo quer o bom funcionamento dos serviços de saúde...

Ele até quer «humanizar os hospitais»...

Vêm aí novos hospitais...

Inúmeros projectos em carteira...

Etc., etc. E agora, em termos de «comunicação ao País», qual é o senhor que se segue, como nos barbeiros?...

Ponto a ponto

• A greve dos transportes. O povo português mostrou de que lado está. Quer-se melhor sondagem?

Telejornal tudo fez para minimizar os seus objectivos e o seu alcance. Às vezes com aspectos cómicos. Por exemplo, se em 800 autocarros houve cinco que saíram para a rua, o Telejornal diz que a adesão foi elevada...

• Notícia do Telejornal desse mesmo dia: a CGTP, em conferência de imprensa, deu conta dos resultados da greve. A RTP foi lá e de facto vimos Carvalho da Silva a mexer os lábios. Não ouvimos foi nada do que ele disse. E a reportagem também não achou oportuno perguntar-lhe nada.

O que é que lá teriam ido fazer?

• Assembleia da República. Telejornal diz que «o PCP dirigiu acerbas críticas» ao governo.

Depois, ouvimos deputados do PSD, do PS, do PRD, do CDS. Mas não foram ouvir nenhum deputado do PCP. Ou, se calhar, com as críticas tão acerbas ficaram afónicos.

Ouvíssem-nos mesmo assim, caramba. Eles por gestos lá se fariam entender...

Que debate?

Esta discussão sobre a Lei de Bases do Desporto, na rubrica **Parlamento**, prova o que já várias vezes aqui dissemos: há inúmeras questões a exigir tratamento prolongado da RTP. Então que falta? O que falta é vontade política. Ninguém me venha dizer que os assuntos referentes ao desporto não oferecem interesse jornalístico...

José Cesário, deputado do PSD, foi chato e comprido. Não conseguiu minimamente defender o projecto do seu governo. E fala que se farta: «Eu ainda não entrei na segunda ronda e você já vai na terceira...» Comento o deputado comunista, Celorico Moreira.

Narana Coissoró fartou-se de gozar com aquilo. Uma boa disposição contagiante. Vê-lo rir já dava vontade de rir. «O PCP quer serviços, o PSD quer... grupos de trabalho». E volta-se para Celorico Moreira: «Vocês ao menos são coerentes. O que querem mostrar?»

Quanto a Celorico Moreira a sua maior eficiência assentou na denúncia do sofisma, que é «o debate público» entendido pelo PSD. Que debate, se ninguém sabe o que se disse, o que se passou, ninguém sabe o que foi aproveitado ou rejeitado e porquê...

Celorico Moreira, aliás de grande facilidade de expressão, perdeu muito tempo a defender-se da acusação burocratizante. Deixasse andar. Atacasse. Só o ataque tem telegenia.

E para a outra vez, quando for à televisão, escreva as suas notas só de um lado do papel. Facilita.

■ **Ulisses**

Síntese semanal da IMPRENSA

A greve de sexta-feira passada no sector dos transportes alcançou uma tal proporção que se tornou impossível escamotear o inegável êxito que ela constituiu. De uma leitura pelos jornais, uma coisa ressalta. As administrações das empresas mantiveram-se caladas. E ninguém conseguiu calar a verdade:

A greve é um êxito

«A greve é um êxito», afirmam, unânimes, os sindicalistas quanto à paralisação de 24 horas que hoje decorre no sector estatal dos transportes. Embora a nível de adesões a frieza dos números sindicais seja sempre contestada pelas administrações, uma coisa ninguém poderá negar: não há comboios a circular, barcos no rio, autocarros da Carris nas ruas ou composições do Metropolitano nas estações, e no Porto apenas cinco viaturas andaram. Quanto à Rodoviária Nacional, os números divergem: os sindicatos afirmam que 98 por cento dos trabalhadores estão parados, a empresa diz que 130 carreiras circularam normalmente de manhã, só em Lisboa. E na TAP, bastantes são os voos cancelados.

Segundo os sindicatos, na CP, Transtejo, Carris e Metropolitano de Lisboa a adesão dos trabalhadores à greve é de 100 por cento, nos Serviços de Transportes Colectivos do Porto de 99 por cento (cinco autocarros a circular) e na Rodoviária Nacional de 98 (menos de 150 autocarros), pelo que, para os sindicalistas, a greve pode já ser considerada um êxito.

Na TAP, onde grande parte do pessoal de terra está abrangido pela greve, mantém-se parte dos voos mas, segundo a empresa, deverão ser cancelados cerca de metade. Nas palavras dos dirigentes sindicais, só se estão a efectuar os voos de escalas que não necessitam de manutenção.

Também hoje em greve estão mais de 200 mil trabalhadores metalúrgicos, com uma adesão que a Federação sindical do sector estima entre os 80 e 90 por cento.

(«Diário de Lisboa», 3/2/89)

Governo enganou-se

Com paralisações a cem por cento nos transportes terrestres e fluviais e cancelamentos de voos na ordem dos setenta por cento, a greve dos transportes de ontem constitui a maior de sempre, em termos globais, no sector. Para tal, não foi certamente alheia a capacidade demonstrada pelos sindicatos de diferentes tendências em se unirem e conjugarem esforços. Ao contrário do afirmado, na véspera, pelo portavoz do Governo, os transportes pararam mesmo, incluindo a TAP.

Níveis de adesão entre os 80 e os 100 por cento dos trabalhadores e de 98 e 100 para o tráfego, marcaram de forma histórica para o sindicalismo português a greve que ontem os trabalhadores do sector público dos transportes desenvolveram em todo o país.

Não circulou qualquer comboio da CP, não navegaram barcos no Tejo, não ro-

daram autocarros da Carris nem comboios do Metropolitano de Lisboa. Da Rodoviária Nacional circularam cerca de dois por cento das camionetas, na TAP foram cancelados todos os voos mais importantes e nos transportes do Porto apenas circularam cinco autocarros no turno da manhã e um único da parte da tarde.

Os alternativos, na sua maioria, chegaram. Não porque fossem em número suficiente ou porque não oferecessem conforto, já que, pelo menos na cidade de Lisboa, a maioria era «auto-pullman», mas simplesmente, por falta de procura. Ou seja, a população não acreditou neles.

Contactados os serviços de relações públicas e conselhos de gerência das empresas envolvidas, só na TAP os números divergiram relativamente aos fornecidos pelos sindicatos. Aí não houve cancelamento de voos, mas à hora marcada, os aviões não partiram. Segundo referiu ao EUROPEU um elemento da comissão sindical da TAP, a adesão foi de cem por cento nas zonas operacionais e entre 70 a 80 nas áreas administrativas, sendo superior a 90 por cento no conjunto da empresa.

Aviões partiram quatro até ao princípio da tarde, dos quais dois para o Funchal, um para Paris e outro para Londres, graças ao «zelo» de um técnico norte-americano, em cerca de 50 que se deveriam ter efectuado.

Segundo Jesus Amaro, do gabinete de imprensa da TAP, realizaram-se 15 voos, mas «os que se realizaram não eram tão importantes quanto os que foram cancelados à última da hora».

No sector ferroviário a greve determinou a paralisação de todos os comboios sem excepção, o que foi confirmado ao nosso jornal por um elemento das relações públicas da CP.

Idêntica foi a adesão nos barcos quer da CP quer da Transtejo.

Na Rodoviária Nacional, onde não era aguardado o nível de paralisação verificado na ordem dos 98 por cento, houve múltiplas carreiras que não se verificaram, naquela que foi a greve que registou maior adesão na empresa.

Também nos transportes colectivos do Porto esta acabou por ser a maior paralisação de sempre. Números referidos ao EUROPEU pelas relações públicas da empresa indicam a circulação de apenas cinco autocarros durante a manhã e de apenas um durante a tarde. Refira-se a propósito, que deveriam ter circulado em cada um dos turnos, 400 autocarros.

Castro e Sola, da Metropolitano de Lisboa, referiu ao nosso jornal não ter andado qualquer composição durante todo o período de greve, acrescentando «presumo que a adesão tenha sido elevada, visto os serviços mínimos não terem sido assegurados».

A Carris foi, por seu turno, a única empresa onde os trabalhadores aproveitaram a paralisação a cem por cento

da frota para efectuar plenarios, onde decidiram avançar para nova greve dia 24 de Fevereiro. Aprovada por unanimidade, o documento propunha ainda a possibilidade de em convergência, a greve geral vir a realizar-se nessa data.

(«Europeu», 4/2/89)

300 mil em greve

Manuel Carvalho da Silva, coordenador da Comissão Executiva do Conselho Nacional da CGTP-IN, realçou ontem a importância da greve de 24 horas nos sectores dos transportes e metalurgia e em outras empresas. Os trabalhadores estão unidos contra a política social do Governo e o Executivo e o patronato não podem deixar de ter em consideração a demonstração demonstrada.

Foi a maior greve no sector dos transportes e noutras empresas. Os acessos a Lisboa ficaram congestionados durante horas, o Porto andou a pé e o Algarve ficou sem transportes. Mas a situação foi idêntica em todo o País.

Castelo Lopes, da Comissão Coordenadora da Greve Nacional dos Transportes, que inclui sindicatos da UGT e independentes, afirmou também ontem que a adesão dos trabalhadores a esta jornada de luta superou a que se registou na greve geral do ano passado.

A grande adesão à greve de ontem «prova que os trabalhadores estão unidos contra a inaceitável política social e de contenção salarial do Governo», disse ontem em conferência de imprensa Carvalho da Silva, da CGTP. A paralisação abrangeu cerca de 300 mil trabalhadores e teve repercussões no sector do comércio, o qual foi profundamente afectado.

Os trabalhadores em defesa dos seus direitos e da democracia, demonstraram ter consciência de que «a infalção propagandeada pelo Governo é falsa», exigindo mudança na política salarial e o abandono do pacote laboral.

Para o Coordenador Geral da CGTP, «o Governo e o patronato não podem deixar de ter em consideração esta greve» que mais uma vez demonstrou a determinação de todos os trabalhadores em prosseguirem a luta.

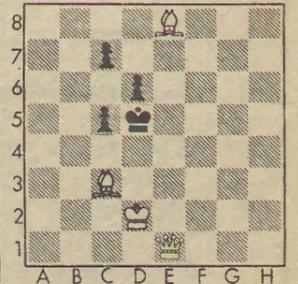
«O que está em causa é fazer convergir os esforços», salientou Carvalho da Silva, «porque a luta é de todos os trabalhadores e não de bandeiras».

O Conselho Nacional da CGTP-IN vai reunir no próximo dia 10 para analisar a situação e encontrar uma orientação generalizada às respostas dos trabalhadores, visando formas concretas de luta. É ainda importante frisar que a CGTP «não decide à margem da luta dos trabalhadores», nomeadamente em relação ao sector dos transportes «como alguns órgãos de informação quiseram fazer supor», mas sim pela vontade de todos aqueles que estão empenhados em melhorar as suas condições de vida, acrescentou Carvalho da Silva.

(«Fim de Semana», 4/2/89)

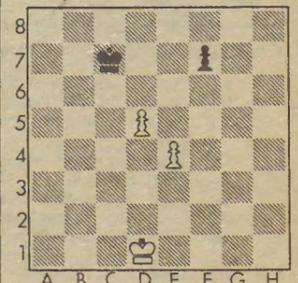
Xadrez

CXC - 9 de Fevereiro de 1989
Proposição N.º 190-A
Por: J. Mieses
«Deutsche Schachzeitung», 1904
Pr.: [4]: Ps. g5, g7, d6-Rd5
Br.: [4]: Bs. ç3, ç8-Dé1-Rd2



Mate em dois lances
Proposição N.º 190-B

Por: J. Moravec
«Parallèle 50», 1950
Pr.: [2]: Pf7-Rç7
Br.: [3]: Ps. d5, é4-Rd1



Jogam as brancas e ganham

SOLUÇÕES DO N.º CXC
N.º 190-A (J.M.): Chave: 1. Dbl! blocus!

1. ... ç4; 2. Df5++

1. ... ç6; 2. Bf7++

1. ... Rç4; 2. Da2++

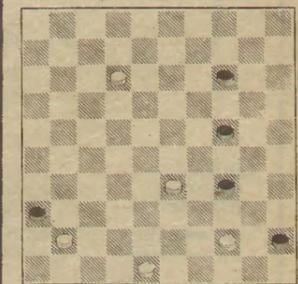
1. ... Ré6; 2. Dé4++

N.º 190-B (J.M.): 1. Ré2, Rd6; 2. Rf3, Ré5; 3. Rg4, f6; 4. Rh5, F5; 5. d6, R: d6; 6. é: f5 e Br. ganham

A. de M.M.

Damas

CXC - 9 de Fevereiro de 1989
Proposição N.º 190
Por: Venema
1957
5x5



Jogam as Brancas e ganham

Golpe N.º 190

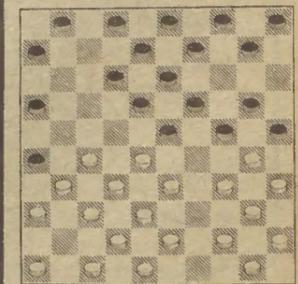
Campeonato da Bélgica, 1956
Por: Oscar Verpoest

Pr.: [20]: 1-2-3-4-5-6-8-9-10-12-13-16-18-19-20-23-24-25-26

Br.: [20]: 27-28-30-31-32-33-34-35-36-37-38-40-42-43-44-45-46-47-48-50

As brancas jogaram: 34-29, tentando o erro!

As pretas caíram!



Jogam as Brancas

Solução do N.º CXC

Miniatura n.º 190 (V): 12-7 e 7-1 e 44-39, e 1x40 e 48x10+

Golpe N.º 190 (O.V.): 34-29! (25x34?) [as pretas caíram]; 27-

22 (18x27); 29x7 (1x12); 40x29; (12-8); 32x21 (26x17) A 29-23

(18x29); 28-22 (17x9); 43x25+

A - (16x27); 31x22 (18x27); 37-31 (26x37); 42x22+

A. de M.M.